

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

TIAGO FURTADO CARNEIRO

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE
INDEXAÇÃO PARA ACERVOS DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
E MEMÓRIA DO TEATRO**

Belo Horizonte
2022

TIAGO FURTADO CARNEIRO

**DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE
INDEXAÇÃO PARA ACERVOS DE CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO
E MEMÓRIA DO TEATRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento, da Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do diploma de Mestre.

Área de concentração: Ciência da Informação

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientadora: Professora Dra. Benildes Coura
Moreira dos Santos Maculan

BELO HORIZONTE
2022

C289d

Carneiro, Tiago Furtado.

Diretrizes para elaboração de uma política de indexação para acervos de centros de documentação e memória do teatro [recurso eletrônico] / Tiago Furtado Carneiro. - 2022.

1 recurso online (102 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 87-92.

Apêndice: f. 93-96.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Indexação – Teses. 3. Catalogação por assunto – Teses. 4. Teatro – Belo Horizonte (MG) – Teses. 5. Grupo Galpão – Teses. I. Maculan, Benildes Coura Moreira dos Santos. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.4:792

Ficha catalográfica: Elaine Diamantino Oliveira – CRB: MG/2742

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

FOLHA DE APROVAÇÃO

DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO TEATRO

TIAGO FURTADO CARNEIRO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 25 de novembro de 2022, por videoconferência, pela banca constituída pelos membros:

Profa. Dra. Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan (Orientadora) (ECI/UFMG)

Profa. Dra. Gercina Ângela de Lima (ECI/UFMG)

Profa. Dra. Célia da Consolação Dias (ECI/UFMG)

Profa. Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço (ECI/UFMG)

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2022, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cin a de Azevedo Lourenco, Professora do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gercina Angela de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2064764&infra_sistema... 1/2



Documento assinado eletronicamente por **Celia da Consolação Dias, Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2022, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1919009** e o código CRC **35B3DA2D**.

Referência: Processo nº 23072.269238/2022-23

SEI nº 1919009

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2064764&infra_sistema...



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ECI PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO - PPGOC

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO

TIAGO FURTADO CARNEIRO

Realizou-se, no dia 25 de novembro de 2022, às 14:00 horas, por videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO TEATRO*, apresentada por TIAGO FURTADO CARNEIRO, número de registro 2020660681, graduado no curso de BIBLIOTECONOMIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, na área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan - ECI/UFMG (Orientadora), Profa. Gercina Ângela de Lima - ECI/UFMG, Profa. Célia da Consolação Dias - ECI/UFMG e Profa. Cíntia de Azevedo Lourenço - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 25 de novembro de 2022.



Assinatura dos membros da banca examinadora:
Documento assinado eletronicamente por **Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan, Professora do Magistério Superior**, em 25/11/2022, às 21:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cin a de Azevedo Lourenco, Professora do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gercina Angela de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 29/11/2022, às 19:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celia da Consolação Dias, Professora do Magistério Superior**, em 30/11/2022, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2064749&infra_sistema.../1/2



12/12/2022 15:57 SEI/UFMG - 1918997 - Ata de defesa de Dissertação/Tese

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0,

informando o código verificador **1918997** e o código CRC **DA9B30E8**.

Referência: Processo nº 23072.269238/2022-23

SEI nº 1918997

https://sei.ufmg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2064749&infra_sistema.../2/2

AGRADECIMENTOS

Para esta investigação, agradeço imensamente à minha orientadora Profa. Dra. Benildes Coura Moreira dos Santos Maculan pelo incentivo, pela força e atenção que dedicou à minha pessoa como aluno e pesquisador para que este estudo pudesse se concretizar.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio à pesquisa, permitindo ampliar os horizontes da ciência em nosso país.

À Profa. Dra. Cíntia de Azevedo Lourenço, da Escola de Ciência da Informação (ECI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela participação na banca de defesa, e às Profas. Dras. Célia da Consolação Dias e Gercina Ângela de Lima, ambas da ECI/UFMG, e Elizabeth Ferreira Cardoso Ribeiro Azevedo, da Universidade de São Paulo (USP), pela participação na banca de defesa e também pelas contribuições durante o processo de qualificação do projeto de mestrado, um carinhoso abraço.

Aos meus colegas de disciplinas que acompanharam a árdua caminhada.

Para a amiga, e sempre amada Leylianne Alves, que foi essencial para a existência deste trabalho.

E, em especial, aos meus pais, Dona Regina e Sr. Fernando (*in memoriam*), que sempre me incentivaram ao estudo e à leitura, para que o conhecimento fosse minha maior e mais exemplar herança.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa PQ-2 no PROCESSO: 303650/2019-2 de minha orientadora.

RESUMO

As políticas de indexação são ferramentas de gestão e têm colaborado para o desenvolvimento de acervos. Elas orientam todo o processo de organização da informação, em função do estabelecimento de diretrizes para a indexação e catalogação dos acervos. Esse processo contribui para aprimorar a busca, o acesso e a recuperação da informação, promovendo maior interação entre os acervos e seus usuários. No âmbito dos centros de documentação e memória do teatro, existem estudos sobre a memória e o patrimônio teatral que promovem discussões acerca da preservação desse patrimônio enquanto prática imaterial, e de seus documentos e itens de registro. Contudo, ainda são incipientes pesquisas que tratem sobre as políticas de indexação para o contexto teatral. Em vista desse problema, este estudo tem como objetivo geral levantar um conjunto de diretrizes para apoiar a elaboração de uma política de indexação para o tratamento de acervos de centros de documentação e memória do teatro, que englobam recursos informacionais arquivísticos, bibliográficos e museológicos, tendo por base as especificidades observadas no Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT). O CPMT é um setor do centro cultural Galpão Cine Horto do Grupo Galpão de Belo Horizonte, Minas Gerais, que reúne acervos de caráter arquivístico, bibliográfico e museológico especializados na memória teatral. A metodologia emprega os métodos de abordagem dedutivo e de procedimento monográfico, com uma abordagem qualitativa de análise dos dados. Para atender aos objetivos propostos neste estudo, os procedimentos metodológicos englobam oito etapas: 1) Preparação, com a identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) Revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave; 4) Revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 5) Revisão narrativa: identificação e seleção de estudos; 6) Categorização dos estudos selecionados; 7) Mapeamento de diretrizes a partir das atividades realizadas no CPMT e 8) Interpretação dos resultados. Os resultados apontam um conjunto de diretrizes que devem ser observadas ao se elaborar uma política de indexação para centros de documentação e memória do teatro e evidenciam diretrizes híbridas, pois envolvem questões gerais e também especificidades relacionadas à arquivologia, biblioteconomia e museologia. Pelas demandas verificadas no CPMT, já foi possível visualizar algumas diretrizes necessárias à construção de políticas de indexação que atuem em espaços responsáveis por acervos teatrais. Por conjectura, conclui-se que é indispensável a formalização dos procedimentos, a produção de documentos e manuais para as políticas de indexação que sirvam como orientação para serviços vigentes e como prova concreta da evolução das atividades das instituições de documentação e memória do teatro.

Palavras-chave: Políticas de indexação. Acervos do teatro. Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT). Galpão Cine Horto. Grupo Galpão.

ABSTRACT

Indexing policies are management tools and collaborate for the development of collections. They guide the entire process of organizing information, in terms of establishing guidelines for indexing and cataloging collections. This process contributes to improve the search, access and retrieval of information, promoting greater interaction between collections and their users. Within the scope of theater documentation and memory centers, there are studies on memory and theatrical heritage that promote discussions about the preservation of theatrical heritage as an intangible practice, and its documents and registration items. However, research on indexing policies for the theatrical context is still incipient. In light of this issue, this study has the general objective of raising a set of guidelines to support the elaboration of an indexing policy for the treatment of collections from theater documentation and memory centers, which include archival, bibliographic and museological informational resources, having based on the specificities observed in the Theater Research and Memory Center (in Portuguese, Centro de Pesquisa e Memória do Teatro or CPMT). The CPMT is a sector in the Galpão Cine Horto cultural center of the Grupo Galpão in Belo Horizonte, Minas Gerais, which gathers archival, bibliographic and museological collections specializing in theatrical memory. The methodology uses the methods of deductive approach and monographic procedure, with a qualitative approach of data analysis. In order to meet the objectives proposed in this study, the methodological procedures comprise eight stages: 1) Preparation, with the identification of the theme and selection of the research question; 2) Establishment of inclusion and exclusion criteria; 3) Integrative review: determination of sources and keywords; 4) Integrative review: identification of pre-selected and selected studies; 5) Narrative review: identification and selection of studies; 6) Categorization of selected studies; 7) Mapping of guidelines based on activities carried out at the CPMT and 8) Interpretation of results. The results show a set of guidelines that must be observed when designing an indexing policy for theater document and memory centers and show hybrid guidelines, as they involve general issues and also specificities related to archival science, library science and museology. Guided by the needs identified in CPMT, it was already possible to visualize some guidelines that are necessary for the construction of indexing policies that act in spaces responsible for theatrical collections. Looking ahead, it is concluded that it is essential to formalize procedures, produce documents and manuals for indexing policies that serve as guidelines for current services and as concrete proof of the evolution of the activities of theater documentation and memory institutions.

Keywords: Indexing policies. Theater collections. Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT). Galpão Cine Horto. Grupo Galpão.

RESUMEN

Las políticas de indexación son herramientas de gestión y han contribuido al desarrollo de las colecciones. Dirigen todo el proceso de organización de la información, estableciendo directrices para la indexación y catalogación de las colecciones. Este proceso contribuye a mejorar la búsqueda, acceso y recuperación de la información, promoviendo una mayor interacción entre las colecciones y sus usuarios. En el ámbito de los centros de documentación y memoria del teatro, existen estudios sobre la memoria y el patrimonio teatral que promueven discusiones sobre la preservación del patrimonio teatral como práctica inmaterial y de sus documentos e ítems de registro. Sin embargo, aún son incipientes las investigaciones que tratan sobre las políticas de indexación para el contexto teatral. En vista de este problema, este estudio tiene como objetivo general recopilar un conjunto de directrices para apoyar la elaboración de una política de indexación para el tratamiento de colecciones de centros de documentación y memoria del teatro, que incluyen recursos informativos archivísticos, bibliográficos y museológicos, basados en las especificidades observadas en el Centro de Investigación y Memoria del Teatro (CPMT por sus siglas en portugués). El CPMT es un sector del centro cultural Galpão Cine Horto del Grupo Galpão de Belo Horizonte, Minas Gerais, que reúne colecciones de carácter archivístico, bibliográfico y museológico especializadas en la memoria teatral. La metodología emplea los métodos de enfoque deductivo y procedimiento monográfico, con un enfoque cualitativo de análisis de datos. Para cumplir con los objetivos propuestos en este estudio, los procedimientos metodológicos incluyen ocho etapas: 1) Preparación, con la identificación del tema y selección de la pregunta de investigación; 2) Establecimiento de criterios de inclusión y exclusión; 3) Revisión integrada: determinación de las fuentes y palabras clave; 4) Revisión integrada: identificación de los estudios preseleccionados y seleccionados; 5) Revisión narrativa: identificación y selección de estudios; 6) Categorización de los estudios seleccionados; 7) Mapeo de directrices a partir de las actividades realizadas en el CPMT y 8) Interpretación de los resultados. Los resultados apuntan a un conjunto de directrices que deben ser observadas al elaborar una política de indexación para centros de documentación y memoria del teatro y evidenciaron directrices híbridas, ya que involucran cuestiones generales y también especificidades relacionadas con la archivología, biblioteconomía y museología. Dirigidas por las necesidades verificadas en el CPMT, ya ha sido posible visualizar algunas directrices que son necesarias para la construcción de políticas de indexación que actúen en espacios responsables de acervos teatrales. Mirando hacia el futuro, se concluye que es indispensable la formalización de los procedimientos, la producción de documentos y manuales para las políticas de indexación que sirvan como orientación para servicios vigentes y como prueba concreta de la evolución de las actividades de las instituciones de documentación y memoria del teatro.

Palabras clave: Políticas de indexación. Acervos del teatro. Centro de Investigación y Memoria del Teatro (CPMT por sus siglas en portugués). Galpão Cine Horto. Grupo Galpão.

RÉSUMÉ

Les politiques d'indexation sont des outils de gestion et ont contribué au développement de collections. Ils orientent tout le processus d'organisation de l'information, en fonction de l'établissement de lignes directrices pour l'indexation et la catalogage des collections. Ce processus contribue à améliorer la recherche, l'accès et la récupération de l'information, en promouvant une plus grande interaction entre les collections et leurs utilisateurs. Dans le domaine des centres de documentation et de mémoire du théâtre, il existe des études sur la mémoire et le patrimoine théâtral qui suscitent des discussions sur la préservation du patrimoine théâtral en tant que pratique immatérielle et de ses documents et objets d'enregistrement. Cependant, il existe peu de recherches sur les politiques d'indexation pour le contexte théâtral. En vue de ce problème, cette étude a pour objectif général de recueillir un ensemble de lignes directrices pour soutenir l'élaboration d'une politique d'indexation pour le traitement des collections des centres de documentation et de mémoire du théâtre, qui incluent des ressources informationnelles archivistiques, bibliographiques et muséologiques, en s'appuyant sur les spécificités observées au Centre de Recherche et de Mémoire du Théâtre (CPMT par ses sigles en portugais). Le CPMT est un secteur du centre culturel Galpão Cine Horto du Grupo Galpão à Belo Horizonte, Minas Gerais, qui regroupe des collections d'archivage, bibliographiques et muséologiques spécialisées dans la mémoire théâtrale. La méthodologie utilise les méthodes d'approche déductive et monographique, avec une approche qualitative de l'analyse des données. Pour répondre aux objectifs de cette étude, les procédures méthodologiques comprennent huit étapes: 1) Préparation, avec l'identification du thème et la sélection de la question de recherche; 2) Établissement de critères d'inclusion et d'exclusion; 3) Révision intégrative: détermination des sources et mots clés; 4) Révision intégrative: identification des études présélectionnées et sélectionnées; 5) Révision narrative: identification et sélection d'études; 6) Catégorisation des études sélectionnées; 7) Mapping de lignes directrices à partir des activités menées au CPMT et 8) Interprétation des résultats. Les résultats indiquent un ensemble de lignes directrices qui doivent être observées lors de l'élaboration d'une politique d'indexation pour les centres de documentation et de mémoire du théâtre et ont mis en évidence des lignes directrices hybrides, car elles impliquent des questions générales et également des spécificités liées à l'archivistique, à la bibliothéconomie et à la muséologie. Guidées par les besoins observés au CPMT, il a déjà été possible de visualiser certaines lignes directrices qui sont nécessaires pour construire des politiques d'indexation qui opèrent dans des espaces responsables de collections théâtrales. En regardant vers l'avenir, on peut conclure qu'il est indispensable de formaliser les procédures, de produire des documents et des manuels pour les politiques d'indexation qui servent de guide pour les services en vigueur et comme preuve concrète de l'évolution des activités des institutions de documentation et de mémoire du théâtre.

Mots-clés: Politiques désindexation. Collections de théâtre. Centre de recherche et de mémoire du théâtre (CPMT Par ses sigles en portugais). Galpão Cine Horto. Grupo Galpão.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Espaço do CPMT	59
---------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Elementos de uma política de indexação, segundo Rubi (2012)	26
QUADRO 2 - Tipo de informação descritiva na musealização	33
QUADRO 3 – Etapas do processo de documentação museológica	33
QUADRO 4 - Método para a análise do material coletado	64
QUADRO 5 - Síntese dos documentos recuperados, por base consultada	70
QUADRO 6 - Compilação de Diretrizes para Centros de Documentação e Memória Teatral	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	MOTIVAÇÃO, PROBLEMA E JUSTIFICATIVA.....	14
1.2	OBJETIVOS.....	17
1.2.1	Objetivo Geral.....	17
1.2.2	Objetivos específicos.....	17
1.3	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1	POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: BREVE HISTÓRICO.....	20
2.2	ESPAÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA.....	35
2.3	TEATRO: origem e caracterização.....	41
2.4	ESPAÇOS ESPECIALIZADOS: RECURSOS INFORMACIONAIS TEATRAIS.....	50
2.4.1	O Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT)	55
3	METODOLOGIA.....	61
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	61
3.2	INSUMOS METODOLÓGICOS.....	62
3.2.1	Revisão integrativa da literatura.....	62
3.2.2	Revisão narrativa da literatura.....	63
3.2.3	Método para análise do material coletado.....	64
3.3	PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA.....	65
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	68
4.1	RESULTADOS ETAPA 1.....	68
4.2	RESULTADOS ETAPA 2	68
4.3	RESULTADOS ETAPA 3.....	69
4.4	RESULTADOS ETAPA 4.....	70
4.5	RESULTADOS ETAPA 5.....	71
4.6	RESULTADOS ETAPA 6.....	71
4.7	RESULTADOS ETAPA 7.....	71
4.8	RESULTADOS ETAPA 8.....	72
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS.....	89
	APÊNDICE A – Compilação da seleção inicial da Revisão Integrativa.....	97
	APÊNDICE B – Compilação da seleção final da Revisão Integrativa.....	99
	APÊNDICE C – Compilação da seleção final da Revisão Narrativa.....	100

1 INTRODUÇÃO

A história do teatro europeu começa aos pés da Acrópole, em Atenas, sob o luminoso céu azul-violeta da Grécia. (BERTHOLD, 2014, p. 103).

Dos gregos se devem o esplendor do desenvolvimento de vários campos de conhecimento e a arte, que até os dias de hoje se fazem presentes e são importantes à construção das sociedades. Para citar alguns exemplos, podem-se destacar a arquitetura, a filosofia, a matemática, a medicina, a política, a música e as artes. Das artes, o teatro, como é concebido nos tempos contemporâneos, é um desses campos ao qual os gregos deixaram grande legado. Berthold (2014) afirma que o teatro, como uma arte social e comunal, foi mais verdadeiro na Grécia antiga. As artes cênicas não são uma exclusividade dos gregos e, em várias civilizações do passado, são encontradas formas de representação cênica, comumente com fins religiosos, como eram no Egito antigo, que possivelmente foram as maiores influências para os gregos formatarem o teatro na estrutura como é conhecido hoje. A partir daí, a evolução foi grande, da dramaturgia dos textos e formas de atuação até a arquitetura dos edifícios teatrais.

Aristóteles (384 a.C. a 322 a.C.), um dos grandes filósofos gregos, também foi responsável por registrar e criar as primeiras categorizações conhecidas sobre o conhecimento humano. Em sua obra “Arte Poética”, registra as formas de constituição textual que compunham a poesia e o texto dramático, que eram os tipos de maior produção entre os autores gregos na Antiguidade; colabora para definir as principais categorias de gênero dramático como drama, comédia e tragédia. Posteriormente, o teatro grego foi influência para o teatro romano, e um dos autores mais prolíficos de seu tempo, o poeta Horácio (65 a.C. a 8 a.C.), fez um trabalho em versos de mesmo nome, “Arte Poética”, em que aborda, dentre vários assuntos nas artes, o como fazer teatro.

Esses escritos sobre teatro podem ser considerados os primeiros modelos de organização da teoria teatral, já que o trabalho de Aristóteles vai um pouco além e expande sua reflexão sobre a categorização da arte e constrói uma coletânea de exemplos em que eram citadas diversas obras dramáticas. Algumas delas não permaneceram hodiernamente, ficando seus textos perdidos na história. Esse catálogo informal é usado pelos estudiosos para o reconhecimento das obras cada vez que a arqueologia faz alguma nova descoberta textual.

Passados mais de 2500 anos de história, ainda hoje, a preocupação com a salvaguarda da memória teatral é assunto e atividade de instituições públicas e privadas que tentam, de várias formas, estabelecer parâmetros e adequar-se à criação de novas tecnologias,

que proveem novos suportes e técnicas a cada momento. Arquivos, bibliotecas e museus, cada qual com suas especificidades, redobram-se para conseguir dar a essas coleções seu devido valor e sentido. Em centros de memória, espaços híbridos dessas instituições, a tarefa não é diferente. As áreas de conhecimento científico, como a Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação, têm provido os principais recursos teóricos e técnicos para que a organização da informação de acervos teatrais seja conduzida com maior eficiência e eficácia.

Na Biblioteconomia e Ciência da Informação, o campo do tratamento da informação é responsável por estudos que visam facilitar a organização de recursos informacionais para a disseminação e a recuperação de informações úteis às necessidades da sociedade. A função de organização da informação inclui processos que procedem da produção, seleção e coleção de objetos informacionais; incidem no trabalho de representação, atribuição de entidades a classes de um sistema de classificação, recuperação e acesso; e abrangem o uso da informação e suas implicações pela sociedade (SOLOMON, 2002).

Por todo o mundo, a Ciência da Informação tem sido uma aliada das instituições que se propõem a criar acervos teatrais, pois os fundamentos da organização do conhecimento e informação são primordiais para que, em sua gestão, coleções se mantenham salvaguardadas, em boas condições de conservação física, e, ainda, possuam estratégias de uso e pesquisa por parte dos envolvidos e dos públicos em geral.

No Brasil, a preservação da documentação e das informações sobre o Teatro e as Artes Cênicas, que remonta às últimas décadas do século XX e após os anos 2000, avança consideravelmente, à medida que os grupos e instituições se conscientizam de que o registro e organização dos processos, espetáculos e guarda de objetos cênicos, cenários e figurinos lhes favorecem em mediações de continuidade. Santos (2012) relata a busca por documentos e memória do teatro e ressalta o interesse da sociedade por esse tipo de material, principalmente nas publicações, que ganham valor histórico-documental. Para o autor, para além desse valor, elas retratam também os sentimentos e memórias do público teatral que veem, nesses registros (imagem, relatos, ensaios, entre outros gêneros), a materialização de que fizeram parte de sua própria história.

Dessa maneira, surgem diferentes iniciativas pelo país, em sua maioria, concentradas na região sudeste, como o Laboratório de Informações e Memória do Departamento de Artes Cênicas (LIM CAC) da Universidade de São Paulo (USP), iniciado em 1997. Em parceria com o Núcleo de Apoio à Pesquisa do Traje de Cena (NT) criou-se o Centro de Documentação Teatral (CDT), que possui uma base de dados comum para

compartilhamento de informação sobre conservação, catalogação, políticas de desenvolvimento de acervo e estratégias para comunicação e disseminação desse conhecimento. Ainda no Estado de São Paulo, algumas outras referências são o trabalho arquivístico realizado pelo Centro de Documentação e Memória do Teatro da Universidade Católica (TUCA; PUC-SP), fundado em 2005 e as atividades da Biblioteca Jenny Klabin Segall, ligada ao Museu Lasar Segall e fundada em 1973. No estado do Rio de Janeiro podemos destacar a atuação da Fundação Nacional de Artes (Funarte), que fundou o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC), aberto à pesquisa desde 1992, que tem como objetivo a preservação e disseminação da história, memória e patrimônio cultural artístico brasileiro.

Em Minas Gerais, há algumas propostas para a salvaguarda da documentação e memória teatral, na capital mineira de Belo Horizonte, tais com o Museu do Giramundo (criado em 2001); o Centro de Produção e Documentação do Teatro Universitário (CPD-TU), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), e o Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT), do Galpão Cine Horto (criado em 2005). Soma-se a essas iniciativas, o fato de a prefeitura de Belo Horizonte ter reconhecido os fazeres teatrais como patrimônio imaterial da cidade, englobando o teatro de rua, o teatro de bonecos e um circuito de casas de espetáculo.

O CPMT originou-se como único espaço de documentação e memória aberta ao público na cidade, oferecendo como serviços uma biblioteca especializada e documentação histórica sobre o Grupo Galpão, Galpão Cine Horto e do teatro na cidade. Para sustentação dessas atividades, o espaço busca aportes teóricos oriundos de áreas como Arquivologia, Biblioteconomia, Ciência da Computação, Ciência da Informação, História, Museologia; e participar de redes de intercâmbio de conhecimento e experiência como a REMIG (Rede Memória das Instituições de Minas Gerais).

Reconhecendo que, no CPMT, o recurso informacional se separa distintamente nos níveis arquivístico (por meio do acervo de cartazes e demais peças gráficas usadas na publicidade das atividades); biblioteconômico (representado pela acervo bibliográfico especializado em teatro); arquivísticos e museográfico (com a coleção de figurinos, adereços e objetos provindos de espetáculos do Grupo Galpão e do centro cultural), esta pesquisa levanta literatura científica dentre esses eixos temáticos, referentes primeiramente às políticas de indexação e, em um segundo momento, às especificidades dos acervos teatrais.

As políticas de indexação no Brasil têm um marco teórico centrado no trabalho de Carneiro (1985), que compilou diretrizes (requisitos, elementos e suas variáveis) para a elaboração de uma política de indexação em bibliotecas. A constante evolução das bases de

dados torna perceptível aos funcionários especializados das áreas de informação uma influência do processo de indexação para a gestão, uso e disseminação da informação, dando visibilidade à necessária implementação de normas que padronizem e sistematizem as atividades dos indexadores, permitindo maior eficiência da indexação nas unidades de informação e no diálogo entre essas unidades.

Depois de Carneiro (1985), sobretudo com estudos da pesquisadora Mariângela Spotti Lopes Fujita, as políticas de indexação no Brasil expandiram seus horizontes para áreas correlatas à Biblioteconomia, tais como a Arquivologia e a Museologia, que passaram também a desenvolver teorias sobre as atividades de tratamento da informação em seus espaços. A formulação de políticas de indexação importa para uma instituição, ou setor mantenedor de acervos, autoavaliar-se, avaliar os seus processos e a construção identitária de sua coleção; entender e reconhecer seus usuários e perceber que níveis de recursos devem ser empregados no atual estágio dos processos de trabalho em que se encontra o acervo.

Dentro dessas premissas, esta investigação se norteia pela situação problemática descrita na próxima seção.

1.1 MOTIVAÇÃO, PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

A motivação para este estudo se baseia na prática profissional do autor desta dissertação como bibliotecário contratado para atender ao Centro de Pesquisa e Memória de Teatro (CPMT), um setor do Galpão Cine Horto (GCH) responsável pela documentação histórica do Grupo Galpão, criado em 2005. Para além dessa atividade profissional, o autor é ator e produtor cultural, formado em oficinas livres de teatro, na metodologia do Teatro do Oprimido. Também fez parte do Grupo “Levante de Teatro do Oprimido” (de 2009 a 2013) e participa do Grupo “Batatas e Carambolas” (desde 2014), participando de espetáculos e de atividades performáticas, o que contribuiu para sua inserção e entendimento do acervo, do espaço pesquisado e da arte teatral em si.

O CPMT concede suporte ao tratamento de uma diversidade de materiais que compõe o seu acervo e retrata a memória do Galpão e do GCH, bem como a pesquisa especializada em teatro. O espaço possui uma coleção bibliográfica e uma coleção videográfica que se encontram no interior da biblioteca; coleções iconográficas (como cartazes, programas e panfletos), que ficam no arquivo; e, por fim, existem alguns itens que constituem uma coleção museológica (figurinos, objetos cênicos e quadros para exposições permanentes e temporárias), que se espalham pelos espaços do centro cultural. Até hoje, é o

único centro de memória de Minas Gerais gerido por um grupo a tratar documentos especializados em Teatro.

O GCH, como Centro Cultural especializado em teatro, mantém grande parte das suas atividades com recursos de leis de incentivo, provendo diversos projetos de formação artística voltados à comunidade e à classe artística, que são chamados de bens simbólicos, tais como espetáculos advindos de projetos como o “Oficinão”, o “Cine Horto Pé na Rua”¹ e seus festivais anuais², como, por exemplo, o Festival “Cenas Curtas” (RAMOS, 2008). Esses projetos contribuem para a disseminação de arte e cultura e para a produção de informação e conhecimento que, materializados em documentos, registrados em fotografias, vídeos de atividades e material publicitário impresso, tornam-se um patrimônio que representa um momento histórico de uma geração produtora de teatro e um dos maiores colaboradores para a gestão do conhecimento e dos fazeres teatrais no país. Isso é um elemento importante, sobretudo porque a Prefeitura de Belo Horizonte reconheceu os fazeres teatrais como patrimônio imaterial da cidade, englobando o teatro de rua, o teatro de bonecos e o circuito de casas de espetáculo, em 22 de outubro de 2014.

Assim, para se promover a organização da informação, no CPMT, são utilizados recursos como base de dados, planilhas, mostruários, controles estatísticos e termos de compromisso institucionais. O centro também é regido por uma política de acervo, constituída pouco tempo após a sua inauguração, e por normas e procedimentos que regem, de modo geral, a organização e o tratamento dos materiais que constituem o acervo local. Porém, ainda carece de uma política de indexação mais completa, que abranja recursos heterogêneos (arquivo, biblioteca e museu) que formam o seu recurso informacional.

Alberto Tibagi (2002) destaca que uma característica fundamental do teatro é ser uma arte dispersa, que se dissipa em sua execução, cujos registros não reconstituem integralmente o cerne histórico do espetáculo, mas colaboram para a recriação do próprio teatro, sob outra linguagem. Esses suportes do efêmero, como são chamados por Fontana (2017), remontam coleções e acervos teatrais que demandam um tratamento especializado, pois eles também têm seu estado de conservação limitado.

Portanto, evidencia-se a relevância dos centros de documentação e memória do teatro, como uma consequência da busca pela documentação e patrimonialização do teatro. Existem alguns estudos sobre a memória e o patrimônio teatral, sendo um deles provenientes

¹ Os projetos *Oficinão* e *Pé na Rua*, propostos em 1999, são as primeiras experiências voltadas para a reflexão e o exercício sistemático do processo colaborativo de criação de teatro, e sua produção dramaturgica ancora a coleção *Cadernos de Dramaturgia do Galpão Cine Horto*.

² Na década de 1990 surgem os primeiros festivais realizados anualmente pelo Galpão Cine Horto.

de pesquisadores da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas (ABRACE), organização que regularmente promove congressos para debater os caminhos da pesquisa do teatro brasileiro. Esses eventos colaboram e fomentam a preocupação com a preservação do patrimônio teatral, enquanto prática imaterial, e com a preservação de seus documentos e itens de registro. Contudo, no conjunto de estudos do grupo, e na literatura em geral, ainda são incipientes conteúdos que abordem, especificamente, as políticas de indexação para o contexto teatral. Na atividade profissional do autor desta dissertação, muitas vezes houve dificuldade em encontrar material publicado com orientações, sobretudo sobre políticas de indexação para recursos informacionais de museu.

Outra instituição bastante ativa no segmento teatral tem sido o LIM CAC, já mencionado anteriormente, que promoveu, em 2012, o I Seminário de Preservação de Acervos Teatrais, com a intenção de averiguar quem realiza as ações de preservação documental teatral no Brasil e como elas têm sido feitas. Das conclusões geradas nesse seminário, Azevedo (2012, p. 23) destaca como problema a falta de pessoal especializado para garantir a “[...] manutenção da documentação física, a circulação e o compartilhamento de informações a partir de iniciativas relativamente simples de digitalização e descrição documental”. Nesse evento, os insumos teóricos da Ciência da Informação foram apontados como relevantes para o desenvolvimento dos serviços de registro e organização documental, conservação e preservação, com finalidade de recuperação da informação teatral. Infelizmente, a iniciativa desse seminário não teve continuidade, tendo sido o único ocorrido no Brasil, deixando de existir um espaço especializado de debate que pudesse concretizar o propósito de fortalecimento do construto teórico desse domínio.

Ainda que existam iniciativas pontuais de políticas de indexação nos centros de memória teatral, estas são, em geral, locais e dispersas, a exemplo do que ocorre no CPMT. Esse fato se torna um problema no sentido de que não há a possibilidade de reuso de conhecimento já construído e de continuidade no desenvolvimento teórico e metodológico no domínio.

Uma política de indexação, segundo Carneiro (1985), é um instrumento que serve de guia para a tomada de decisões em unidades de informação, assim como o são os centros de documentação e memória do teatro. Nesses centros, que envolvem o tratamento de acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, a constituição de uma política de indexação é essencial para que haja uma gestão coesa e assertiva de todo o recurso informacional. Fujita (2012) ainda acrescenta que essas políticas delimitam, em níveis qualitativos e quantitativos, a cobertura temática; definem os seus objetivos; estabelecem critérios e princípios, com vista à

especificidade do domínio e às necessidades de seu público. A gestão de um centro de documentação e memória também tem como foco possibilitar o acesso e a recuperação da informação por seus usuários.

Mediante isso, este estudo se propõe a responder à seguinte questão de pesquisa: “quais diretrizes devem compor uma política de indexação para o tratamento de recurso informacional de centros de documentação e memória do teatro, tendo por base as especificidades observadas no Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT) do Galpão Cine Horto?”

Acredita-se que este estudo reforça as práticas em centros de memória do teatro, cuja colaboração para a patrimonialização desse recurso informacional é fundamental para a continuidade e manutenção desses espaços. As políticas de indexação contribuem para o processo de gestão dos centros e por notabilizarem o entendimento de suas propriedades e elementos, buscam ferramentas que auxiliem a tomada de decisão pelos gestores, contribuindo para o desenvolvimento do setor na guarda e uso de seus materiais.

1.2 OBJETIVOS

Partindo da situação problemática já descrita e pelas questões levantadas e contextualizadas, definiram-se o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa, descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo Geral

Levantar um conjunto de diretrizes para apoiar a elaboração de uma política de indexação para o tratamento de acervos de centros de documentação e memória do teatro, que englobam recursos informacionais arquivísticos, bibliográficos e museológicos, tendo por base as especificidades observadas no Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT).

1.2.2 Objetivos específicos

1. Conhecer e caracterizar as políticas de indexação ao longo do tempo, analisando pontos referentes aos arquivos, bibliotecas e museus.
2. Levantar e compilar, na literatura, as diretrizes para a constituição de uma política de indexação para coleções teatrais arquivísticas, bibliográficas e museológicas.

3. Mapear os procedimentos de tratamento do recurso informacional do CPMT, com vistas a complementar os subsídios para o desenvolvimento da proposta deste estudo.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Os capítulos da Dissertação foram estruturados da seguinte maneira, o Capítulo 1º, dedicado à introdução e aos temas motivação, problemas e justificativa (Subseção 1.1), em que são expostas as primeiras provocações e demandas para a realização da pesquisa, seguidos dos objetivos geral e específicos (Subseção 1.2), elencando as metas a serem completadas na pesquisa e a estrutura da dissertação (Subseção 1.3), para evidenciar o percurso da escrita textual.

O Capítulo 2º foi reservado ao Referencial Teórico, para conceituar os principais temas e conjugar informações históricas dos arquivos, bibliotecas e museus, buscando as origens das atividades de indexação e suas propriedades até a elaboração de requisitos e elementos que compõem uma política de indexação (Subseção 2.1), com destaque para os trabalhos de Carneiro (1985) e Gil Leiva e Fujita (2012). Há também uma subseção para conceituação dos espaços de documentação e memória, espaços híbridos que utilizam de recursos teóricos e práticos de uma ou mais tipologias de unidades de informação e tratamentos diferenciados para suas coleções (Subseção 2.2). Seguem-se ainda a caracterização do teatro, temática central do acervo do CPMT, onde resumidamente se expõem suas origens, principais autores e movimentos artísticos influenciadores para composição da arte (Subseção 2.3). Em seguida, mostram-se espaços especializados em recursos informacionais, documentação e memória do teatro até serem contadas as origens e atividades do Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT) do centro cultural Galpão Cine Horto do Grupo Galpão (Subseções 2.3 e 2.4).

As Metodologias foram reservadas ao Capítulo 3º, espaço utilizado para caracterizar as atividades da pesquisa (Subseção 3.1) e o percurso deste estudo. Optou-se por uma abordagem qualitativa, a partir de métodos de revisão integrativa e narrativa, apresentação dos insumos coletados (Subseção 3.2) por esses métodos e das etapas que foram elencadas para elaborar e identificar os temas e questões da pesquisa (Subseção 3.3); estabeleceram-se critérios para incluir e excluir os insumos; compuseram-se duas etapas para uma revisão integrativa, em que foram determinadas fontes e palavras-chave, primeiramente, e, posteriormente, identificaram-se os estudos pré-selecionados e selecionados;

imediatamente, realizou-se a revisão narrativa para integração de novos estudos; a categorização dos estudos selecionados; o mapeamento dos requisitos para elaboração das políticas de indexação a partir do CPMT; e a interpretação dos resultados.

Os Resultados foram apresentados no Capítulo 4º, considerando as oito etapas já apresentadas no capítulo anterior, por meio do levantamento, análise e explicitação quantitativa, dependendo do insumo e do objetivo de cada etapa (Subseções de 4.1 à 4.8). Após o aprofundamento, é apresentado um quadro final com a compilação dos dados, conectando os requisitos e elementos necessários para o desenvolvimento de uma política de indexação em âmbitos mais gerais, comuns a todas unidades de informação, específicas para arquivos e museus e ainda mais específicas, focadas em espaços de documentação e acervo teatral com base no referencial teórico consultado e nas experiências e atividades do CPMT.

As Considerações Finais foram reservadas ao Capítulo 5º, que discorre sobre os objetivos alcançados com a pesquisa, futuras propostas e aplicações dos resultados, fortalecendo a necessidade do aumento de trabalhos e pesquisas sobre políticas de indexação, assim como sua visibilidade e usabilidade frente às bibliotecas, arquivos, museus e espaços híbridos como os de documentação e memória. Ao CPMT, deixa-se o legado do desenvolvimento de uma política de indexação pioneira que possa abrir portas para novas pesquisas e contribuir para o melhoramento dos tratamentos dos acervos teatrais pelo país.

Ao final, compete a seção das Referências e os Apêndices A, B e C, que trazem as referências utilizadas como insumos para o referencial teórico, coleta de dados e formulação dos resultados de pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo tem como premissas fundamentar os tópicos que alicerçam esta pesquisa, definir os principais conceitos que perpassam a implantação de uma política de indexação, assim como identificar as diretrizes que compõem a sua estrutura. Partindo desse princípio, busca-se examinar as práticas da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação (CI) aplicadas à organização de acervos de documentação e memória e, por conseguinte, a acervos e coleções teatrais.

2.1 POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO: BREVE HISTÓRICO

As reflexões e elaboração de Políticas de Indexação para arquivos, bibliotecas e museus vão se construindo ao longo do tempo. Partindo da ideia de bibliotecas da Antiguidade, aquelas anteriores aos livros impressos, identificam-se suportes informacionais compostos por tabletes de argila e, posteriormente, por rolos de papiro ou pergaminhos, classificadas por Martins (2002) como bibliotecas de minerais, de vegetais e de animais, devido ao material com o qual eram fabricados esses suportes. Dessa ideia até período da Idade Média, época marcada pelo desenvolvimento editorial e crescimento do registro e disseminação da informação e do conhecimento, a biblioteca em si sofreu modificações insignificantes.

As primeiras construções de edifícios voltadas para o armazenamento de acervos são relacionadas às regiões da Mesopotâmia, Egito e Grécia entre os anos de 2500 a.C. até aproximadamente 300 a.C., sendo a Biblioteca de Alexandria, no Egito, a mais importante e requintada de todas, e até hoje seu acervo é considerado um dos mais ricos e representativos frente à gama de obras que compunham suas coleções. De toda forma, por mais que as bibliotecas tenham alcançado esse lugar de prestígio junto à sociedade antiga, pela representação que até se pode considerar de opulência e dominação, elas mantinham um caráter mais arquivístico (ou documental), caracterizando-se mais pelo armazenamento e perpetuação das obras que pela disseminação de seu conteúdo, como é dito por Casson (2018).

Gil Leiva (2012) mostra que, mesmo nesse período, a necessidade de recuperação da informação já era nítida, e algumas medidas foram criadas para suprir essa demanda. Na contemporaneidade essas iniciativas são reconhecidas como as primeiras práticas de indexação, tal como as etiquetas de barro na Mesopotâmia afixadas às cestas, onde eram guardadas as tabuletas de argila; ou como existente no Egito, quando os próprios papiros eram

marcados com uma etiqueta ou cartela; ou mesmo, na Mesopotâmia, quando os papiros passaram a vir com frases ou palavras que identificavam o conteúdo do documento.

Da Antiguidade até a Idade Média, a estrutura das bibliotecas sempre se baseou nos pilares: armazenamento, organização e acesso limitado, este último, não por princípio dela, mas consequência de um processo bastante lento de alfabetização, já que, à época, o letramento era destinado somente a membros da realeza, religiosos e funcionários administrativos. A necessidade de pessoas para lidar com a leitura e a escrita fez nascer profissões especializadas, tais como eram os escribas, no Egito, e, durante a Idade Média, os copistas, na Europa. Em contraponto, na Grécia antiga, havia a preocupação com o ensino e aprendizado da escrita, e filósofos como Platão e Aristóteles propuseram o ensino e alfabetização dos cidadãos, o que, em algumas localidades, ocasionou um maior uso das bibliotecas, mesmo se sabendo que, na Grécia antiga, grande parte da população não era considerada cidadão grego.

A história mostra que, nesse período, a distinção entre religião, magia e ciência não era óbvia, o que possibilitou aos seus praticantes o aprendizado de algum tipo de letramento, ainda que um conhecimento insuficiente de escrita e leitura. A grande massa da população não tinha contato com a escrita, e muitos ensinamentos ainda provinham da herança transmitida por meio da oralidade. Nesse contexto, Martins (2002, p. 71) usa o termo “profanos” para se referir aos leigos, que eram as pessoas mais distantes do letramento.

Até à Renascença, as bibliotecas não estão à disposição dos profanos: são organismos mais ou menos sagrados, ou, pelo menos religiosos, a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa “ordem”, de um “corpo” igualmente religioso ou sagrado. Nesse particular, as sandálias macias do monge medieval repetiam, no eco das abóbadas, o mesmo som ancestral dos sacerdotes sumerianos da biblioteca de Assurbanipal (MARTINS, 2002, p. 71).

Mesmo com a presença somente dos monges ou sacerdotes nas bibliotecas, algumas ferramentas de gestão, criadas nesse período, foram importantes para o desenvolvimento de acervos. Exemplo disso é o catálogo da Biblioteca de Alexandria, creditado a Calímaco de Cirene, um dos diretores da afamada biblioteca (CASSON, 2018), que, também influenciado pelas categorias de conhecimento propostas por Aristóteles, contribuiu para a criação de diversas formas de catalogação e representação em listas bibliográficas; e de etiquetas, que acompanham os rolos e estantes para recuperação do conteúdo nas obras. Os catálogos e listas foram muito usados durante a revolução causada pelo aprimoramento técnico de processos chineses, da feitura do papel à impressão, tanto

textual quanto de gravuras, em um sistema mecânico de tipos móveis (tipografia) durante o séc. XV, na Europa, que se espalhou causando um aumento no número de gráficas e editoras.

Com isso, foi inevitável o aumento exponencial bibliográfico, e as bibliotecas se multiplicaram em igual escala, mas, ainda assim, restritas às sociedades mais abastadas, haja vista o alto custo dos materiais e, consecutivamente, das publicações. Uma nova função social para as bibliotecas somente começou a ser discutida em meados do século XVI, trazendo à tona caracteres principais, que transformaram a instituição biblioteca semelhantes às que se conhecem hoje: “1) laicização; 2) democratização; 3) especialização; 4) socialização”. (MARTINS, 2002, p. 325).

Assim como bibliotecas, arquivos e museus também têm sua origem na Antiguidade. Em relação aos arquivos, Tallafigo (1994) divide a história deles em quatro fases: 1) Período palaciano na Antiguidade; 2) Época dos cartórios, entre os séculos XII e XVI; 3) Período dos arquivos como arsenal de autoridade, entre os séculos XVI e XIX; e 4) Período dos arquivos como laboratório de história dos séculos XIX e XX. Nos dois primeiros períodos, nota-se, ainda, o fator excludente dos arquivos, pois somente no século XVIII a sociedade começou a ter abertura ao contato com os acervos documentais, e a concepção de arquivos ligados à administração pública, que é aberta a cidadãos e pesquisadores, é bem mais recente, iniciada somente no século XX.

Em relação aos museus, a história deles é quase mitológica, atrelada aos antigos templos das musas, os *mouseons*. Na Antiguidade, alguns desses espaços tinham características universitárias, pois eram locais reservados à pesquisa e convivência. O modelo de museus como é conhecido hoje tem sua origem na Europa, nos gabinetes de curiosidade (ou gabinetes das maravilhas), frutos do colecionismo, muitas vezes bancados pela realeza ou nobreza local. Eles tiveram, no período do Renascimento, seu auge e esplendor, formados por coleções de arte, documentos históricos e artefatos que remetiam a estudos de ciências naturais. Entre os séculos XVII e XVIII, movidos por sentimentos nacionalistas, e as primeiras nações; os Estados promoveram a abertura dos primeiros museus ao público, para que fossem uma instituição a serviço da sociedade. Mesmo com essa abertura, o público inicial desses espaços era restrito a estudantes universitários, pesquisadores e especialistas.

Mas foi pela observação das bibliotecas do início do século XX, principalmente, pelos elementos elencados por Martins (2002), e confirmados por Battles (2003), que se percebeu um perfil mais socializador e dinâmico nessas instituições. Os autores destacam que os bibliotecários começaram a ter maior visibilidade; e a contribuir teoricamente para a gestão desses espaços. Assim, as primeiras políticas de indexação começaram a ser geradas, como

forma de sistematização da catalogação e organização de recurso informacional. Nesse período ainda não havia proliferação de cursos ou formações para a profissão em Biblioteconomia³ e, para se ocupar um cargo de bibliotecário, eram indicadas pessoas que tinham conhecimento e apreço pelos livros e pela leitura, em geral, estudiosas com senso de gestão e organização. A biblioteconomia moderna de Melville Louis Kossuth Dewey, ou simplesmente Melvil Dewey, originou-se a partir de uma vaga de assistente bibliotecário em uma escola de Amherst, Massachusetts, nos Estados Unidos, em 1873. O incômodo com a desorganização da biblioteca exigiu formas de classificação suficientes para revolucionar um sistema que ainda evocava aquele usado na Antiguidade, derivando-se dessa experiência a classificação decimal, formalizando a padronização da classificação e práticas bibliotecárias mundiais. Assomando-se a esquemas catalográficos e a um uso maior e corrente das bibliotecas, vários serviços foram implementados e, até o séc. XX, surgiu uma ciência totalmente voltada para gestão e organização da informação, focada nos itens informacionais e em sua utilização.

Para o pesquisador Gil Leiva (2012), esse período correspondeu à criação e à sistematização de catálogos, dicionários, listas de cabeçalhos de assuntos e às primeiras técnicas descritivas de um material. Isso prosseguiu até culminar, em 1957, com a indexação automática, iniciativa de Meter Luhn, que buscou aplicar métodos onde quantificava a frequência de uso dos termos no texto. Daí em diante, o que se vê na história é o aumento exponencial do uso de listas de cabeçalhos, o surgimento de outras ferramentas auxiliares, tais como os tesouros, e o aparecimento de normas que regulam e potencializam os métodos descritivos.

Na década de 1960, a Ciência da Informação passou a ser reconhecida como campo de estudo sobre o fluxo de informação, ganhando importância com um fenômeno que ficou conhecido como explosão informacional, ocorrido com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no século XIX. No pós-guerra, mais especificamente depois da Segunda Guerra Mundial, ficam evidentes teorias e práticas para organização e recuperação necessárias frente ao volume de informação produzida e demandada pela sociedade.

A invenção de modos de impressão criados pelos chineses e potencializados por Gutemberg, na década de 1430, com sua máquina de impressão por tipos móveis, no século XV, foi o estopim para que a sociedade desse os primeiros passos rumo a um letramento

³ Foi o Decreto 8.835, de 11 de julho de 1911, que criou o primeiro Curso de Biblioteconomia no Brasil, na Biblioteca Nacional, em um esforço pessoal de Manuel Cícero Peregrino da Silva, seu diretor à época.

coletivo, com o ensino da leitura. Logo a difusão de conhecimento deixou de ser algo raro e incomum entre as pessoas para alcançar grandes quantidades de leitores pelo mundo.

Em meio ao advento de tecnologias, associado à busca e recuperação de informação, as bibliotecas avançaram e se tornaram agentes de transformação social e, mesmo a longo prazo, influentes na educação da sociedade. Aponta-se a contribuição de Frederick Wilfrid Lancaster, bibliotecário, cuja carreira, ainda na década de 1960, e experiência em Biblioteconomia e Ciência da Informação, definiram as atividades avaliativas de uma biblioteca em dois ramos: 1) o da organização e controle, que envolvia catalogação, classificação, indexação, redação de resumos e tradução; e 2) o de serviços, que provia o fornecimento de documentos, buscas bibliográficas, encaminhamentos e notificações (LANCASTER, 2004). O autor considerava a biblioteca uma interface entre os recursos de informação e a comunidade de usuários.

Outros pesquisadores, tais como Borko e Bernier (1978), García Gutiérrez (1984) e Mai (2005), trouxeram suas contribuições para o desenvolvimento dos métodos de indexação, mas sempre pautadas na importância da análise do documento, entendimento e identificação do conteúdo e adequação da linguagem ao sistema de indexação, otimizando a recuperação de temas, assuntos e conceitos.

A literatura a respeito da indexação apresenta ainda três maneiras de pensar os processos indexadores, segundo Gil Leiva (2012): 1) indexação centrada no documento: a indexação é realizada sem consideração aos contextos e demandas informacionais apontadas por seus usuários, mantendo a precisão e fidelidade ao documento; 2) indexação centrada no usuário: os conceitos indexados são convertidos em termos controlados por linguagem de indexação, baseados nos conhecimentos e necessidades dos usuários; e 3) indexação centrada no domínio: proposta por Mai (2005), a indexação é realizada em quatro processos, de “análise do domínio, das necessidades dos usuários, papéis desempenhados ou adotados pelos indexadores e, finalmente, da análise do documento.” (GIL LEIVA, 2012, p. 71). Esse método permite agregar à análise elementos extrainformacionais, dando um caráter intertextual à indexação.

Há outros aspectos sobre a indexação que se referem à qualidade, e Lancaster (2004) elenca elementos como a exaustividade, a consistência, a especificidade e a correção nas práticas de indexação, convergindo para um resultado final pautado na coerência. De acordo com o pesquisador, os serviços de indexação, aliados a bibliotecas especializadas, tendem a ser mais claros e objetivos. Segundo o autor, a eficácia das ações de análise da

interdependência de recursos, da capacidade, do uso e dos benefícios de um serviço nas bibliotecas influencia aspectos gerenciais.

A partir desse ponto, percebe-se o quanto as atividades de uma biblioteca estão intrinsecamente ligadas; e que a organização, controle e serviços são funções cíclicas de mediação, que alimentam toda a cadeia de tarefas que necessitam de uma ordem e/ou padrão para serem executadas. Pensando nisso, os bibliotecários começaram a estabelecer diretrizes operacionais, e, no Brasil, um dos trabalhos pioneiros a discutir a questão foi o de Marília Vidigal Carneiro (1985), sobre políticas de indexação, ressaltando requisitos e elementos que influenciam diretamente as decisões tomadas nos serviços de indexação e suas implicações nos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI).

[...] o objetivo de uma política de indexação é principalmente definir as variáveis que influem no desempenho do serviço de indexação. Além das variáveis, cita os objetivos de [...] estabelecer princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço, racionalização dos processos e consistência das operações nele envolvidas.” (CARNEIRO, 1995 *apud* FUJITA, 2012, p. 20).

Para otimização dos processos desenvolvidos em uma política de indexação, Carneiro (1985) apontou alguns requisitos que são: “a identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema; e os recursos humanos, materiais e financeiros.” (CARNEIRO, 1985, p. 222).

Segundo a autora, a identificação da organização é fundamental para implementar uma política de indexação, e devem ser conhecidos seus objetivos e quais atividades são realizadas na instituição. Esses fatores são determinantes para definir que tipo de demanda de dados, processos, métodos, teorias e quais sistemas de indexação podem ser favoráveis à organização.

A clientela, ou usuários, deve ser analisada igualmente como os objetivos, pois influenciam uma organização por meio de suas estratégias e potenciais como buscadores informacionais (CARNEIRO, 1985). Para pensar o papel dos usuários em uma organização, Venâncio e Nassif (2008) levantam uma questão relevante sobre o que o usuário vai fazer com a informação buscada, o que, no contexto de uma organização, aponta para o caminho da tomada de decisão.

Nos estudos organizacionais, a busca de informação é frequentemente associada à tomada de decisão. A literatura sobre processos decisórios discute modelos que oscilam em um *continuum*, que vai, desde modelos mais formais e processuais - adequados para situações em que os problemas são bem definidos, e os objetivos e técnicas são claros para os membros da organização; até modelos menos formais, que privilegiam aspectos como emoção, experiências vivenciadas e relações pessoais para a análise de

situações inesperadas, incompreensíveis, pouco definidas e com alto nível de equívocidade e incerteza percebidas. (VENÂNCIO; NASSIF, 2008, p. 95).

Lancaster (1968) e Carneiro (1985) confirmam que a definição das informações pode ser eficaz para a tomada de decisão de um usuário na organização, e que se devem considerar alguns fatores, tais como:

1) Ocupação e campo de interesse dos usuários; 2) Educação e grau de experiência; 3) Tipo de produto exigido; 4) Delegação da busca; 5) Conhecimento de língua estrangeira; 6) Tempo coberto pelos documentos; 7) Preferência pelo formato de saída do sistema e 8) Exemplos de perguntas feitas por usuários de outros sistemas de recuperação. (CARNEIRO, 1985, p. 224-225).

Apesar desses fatores serem preponderantes para a construção de uma política de indexação, Fujita (2012) ressalta que não se deve pensar nela como “uma lista de procedimentos a serem seguidos, e sim como um conjunto de decisões que esclareçam os interesses e objetivos de um sistema de informação e, particularmente, do sistema de recuperação da informação.” (FUJITA, 2012, p. 17). Dessa maneira, nota-se que, desde a Antiguidade, as unidades de informação rastreiam maneiras de sistematizar e organizar a informação, criando métodos que permitam a identificação e recuperação da informação.

Para Redigolo *et al.* (2012),

a implementação de uma política de indexação pressupõe dois aspectos fundamentais: a interdependência de seus elementos e a avaliação constante, visto que é um processo retroalimentável por natureza (mudam os documentos, as áreas de interesse da organização, os perfis dos usuários, as linguagens de indexação etc. (REDIGOLO *et al.*, 2012, p. 76).

Ainda para as autoras, “a política de indexação influencia em questões como a otimização de serviços, a racionalização de processos e a consistência das operações de tratamento e organização de conteúdos informacionais” (REDIGOLO *et al.*, 2012, p. 76).

Para a elaboração de uma política de indexação, é necessário levantar quais diretrizes são capazes de proporcionar melhor desempenho aos resultados, com vistas à satisfação do usuário em recuperar informação que necessita. Rubi (2012) fez uma síntese das principais diretrizes e das suas fontes teóricas, conforme mostra o Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 - Elementos de uma política de indexação, segundo Rubi (2012)

(continua)

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Avaliação do sistema	Carneiro (1985)
Campos e subcampos do formato MARC	Moen e Benardino (2003)
Capacidade de consulta a esmo (<i>browsing</i>)	Fosket (1973)

ELEMENTOS DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO	FONTES
Capacidade de revocação e precisão do sistema	Carneiro (1985)
Cobertura de assuntos	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Consistência/ Uniformidade	Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Manuais INIS, AGRIS e BIREME
Economia	Vilchez Pardo (2002)
Escolha da linguagem	Carneiro (1985); Vilchez Pardo (2002)
Especificidade	Cutter (1876); Foskett (1973); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Connell (1996); Olson e Boll (2001); Vilchez Pardo (2002)
Estratégia de busca	Carneiro (1985)
Adequação	Olson e Boll (2001)
Exaustividade	Lancaster (1968; 1993); Carneiro (1985); Chaumier (1986); Van Slype (1991); Olson e Boll (2001)
Forma de saída dos resultados	Carneiro (1985)
Formação do indexador	Fosket (1973)
Manual de indexação (elaboração/utilização)	Manuais INIS, AGRIS e BIREME; Guimarães (2000)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	Carneiro (1985); Guimarães (2000)
Síntese	Vilchez Pardo (2002)
Uso (pelo usuário)	Vilchez Pardo (2002)

Fonte: Rubi (2012, p. 118).

As diretrizes expostas no Quadro 1 não constituem um conjunto pronto para a aplicação e elaboração de políticas de indexação, mas orientam a composição das mesmas, desde que se observe e contextualize cada proposição, observando-se, por exemplo, que, quando Carneiro (1985) elencou as diretrizes que lhe eram plausíveis, não considerara as tecnologias que impactassem os processos de busca e recuperação da informação na internet.

Rubi (2012, p. 108) faz algumas ponderações sobre a constituição e a aplicação das políticas de indexação: “A elaboração de uma política de indexação deve ser uma ação desenvolvida no âmbito da administração da biblioteca, representada por uma filosofia que reflita os seus objetivos e que sirva de guia para os bibliotecários”. Há, ainda, alguns aspectos, elaborados por Cesarino (1985), que focam a elaboração das políticas de indexação pautadas

na identificação do usuário, no volume de literatura, nas questões abordadas pelo usuário e na determinação de recursos e equipamentos disponíveis. Para Fujita (2003), existem ainda dois fatores complementares, o sociocognitivo, do indexador (que leva em conta as políticas, regras, procedimentos, linguagens e a relação entre o usuário e seus interesses de busca), e o físico, do indexador e sua gerência (que compõem o sistema de informação).

As mudanças institucionais que impactam os aspectos de gestão da informação das organizações só reafirmam a necessidade de que as instituições invistam em políticas de indexação aptas para acompanhar os avanços das relações entre os documentos, a indexação e seus usuários. Os profissionais envolvidos na gestão devem-se manter atualizados, em constante formação, e as políticas só agregarão valor se devidamente documentadas, pois [...] uma política só poderá ter continuidade e aperfeiçoamento, no decorrer dos anos, se devidamente registrada em documentos, de modo que se possa ter clareza (independentemente dos elementos humanos) do conjunto de decisões tomadas, de suas razões e de seu contexto. (GUIMARÃES, 2000, p. 55-56).

Historicamente, Rubi (2012) acredita que

[...] os princípios de Cutter e as Leis de Ranganathan podem ser considerados indícios primários de uma política de indexação, uma vez que se referiam ao modo como deveriam ser as entradas dos assuntos pelos termos determinados (princípio da entrada específica), por indicarem as relações associativas, de equivalência e hierárquicas entre os termos (princípio da estrutura sindética), além de alertarem sobre a necessidade dos usuários no momento da descrição dos assuntos (princípio do uso). (RUBI, 2012, p. 112).

Charles Ammi Cutter (1837-1903) gerou regras e princípios que deram origem à Tabela de Cutter, sistema de classificação que considera a autoria e o nome da obra para definição de um código alfanumérico de organização. Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), matemático e bibliotecário indiano, criou as cinco leis da biblioteconomia: 1) Os livros são escritos para serem lidos; 2) Todo leitor tem seu livro; 3) Todo livro tem seu leitor; 4) Poupe o tempo do leitor; e 5) Uma biblioteca é um organismo em crescimento.

Gil Leiva e Fujita (2012) ressaltam que

a maioria das grandes instituições documentais deveria contar com uma política de indexação explícita com o objetivo de alcançar a máxima coerência possível nas tarefas de representação da informação. Uma política de indexação básica deveria contemplar a forma de realizar a indexação, o uso de vocabulários controlados e as listas de autoridades (identificadores, nomes de pessoas, nomes de lugares etc.), assim como mecanismos de revisão e avaliação. (GIL LEIVA; FUJITA, 2012, p. 122).

Uma política de indexação documentada e transformada em manual deveria ser material imprescindível às unidades de informação. Porém, não foi o que Gil Leiva e Fujita

(2012) encontraram nas Bibliotecas e Arquivos Nacionais pela América Latina, pois poucas dessas instituições possuíam uma política de indexação sistematizada, ainda que houvesse sistemas de informação e o uso de vocabulários controlados para indexação local.

Acredita-se que a criação de uma política de indexação deve apresentar uma série de manuais, conforme Rubi (2012), que lista três principais: Manual de operação ou procedimentos, Manual de política e o Manual de organização, que devem conter as informações e documentações oficiais sobre o gerenciamento da unidade de informação, as deliberações que auxiliam a tomada de decisões e caráter pedagógico, para que os profissionais possam manipular com facilidade o documento.

Para a coleta inicial de dados e criação de uma política de indexação, Fujita (2012) propõe que sejam levantados os seguintes dados: 1) informações sobre a instituição e sobre a unidade de informação estabelecida no local, 2) conhecer o usuário e 3) conhecer o profissional responsável pela indexação. Para a autora, desse modo, deve-se apresentar um documento (manual ou guia) que contenha a estrutura: Introdução; Apresentação do ambiente da unidade de informação; Identificação da organização; Comunidade de usuários; Estrutura física de recursos humanos e materiais; Cobertura de assuntos; Seleção e aquisição de documentos; Clientela; Estratégia de busca; Formato de saída; Exaustividade e especificidade; Capacidade de revocação e precisão do sistema.

Por fim, Fujita (2012) conclui que

essa política torna-se importante porque visa à gestão da informação registrada de modo a dar visibilidade à recuperação da informação para as bibliotecas e serviços de indexação e resumos, além de identificar condutas teóricas e práticas das equipes de tratamento da informação documentária envolvidas para definir um padrão de cultura organizacional coerente com a demanda da comunidade acadêmica interna e externa. (FUJITA, 2012, p. 231).

As políticas de indexação não se restringem somente às bibliotecas, aos arquivos e aos museus; possuem suas próprias demandas de indexação. Nos arquivos, a indexação também é conhecida por pontos de acesso, e, com as novas tecnologias de gestão documental em meio eletrônico, os itens arquivísticos passaram a necessitar de entradas que representassem sua versão digital. Diferente das obras de caráter bibliográfico, um item arquivístico preza por entradas que representem seu órgão de origem, destino da documentação, datas e nomes de pessoas referenciadas no documento. Mesmo não sendo o principal ponto de acesso de um documento, a representação temática não é descartada, já que é fundamental à geração de índices para inventários e catálogos de coleções.

Campos (2006) descreve sobre as naturezas dos pontos de acesso aos documentos que, como unidade material, devem relevar seus aspectos objetivos (ou físicos), relacionados à autoria, data, local e qualquer outro dado que não necessite de interpretação e que seja passível de identificação; e os subjetivos (ou intelectuais), que necessitam de análise interpretativa, extraíndo temáticas que podem tratar de um assunto, pessoa, instituição ou local, contidos no documento.

Existem, ainda, alguns instrumentos normativos que auxiliam a prática descritiva, como mostrado por Medeiros e Medeiros (2020).

O padrão internacional para a descrição arquivística é a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G), traduzida e adaptada em 2006 para o português e à realidade brasileira, dando origem à Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Ambas apresentam regras para o preenchimento dos campos de descrição, porém a NOBRADE acrescenta a “área 8”, destinada à representação de assunto, a qual é definida como: “área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição.” (BRASIL, 2006). Apesar do aparente avanço com a criação deste campo, não consta na Norma como desenvolver essa representação (MEDEIROS, MEDEIROS, 2020, p. 3).

As autoras também destacam que Maurel e Champagne (1999) e Santos Canalejo (1998) defendem que a indexação sempre foi uma prática arquivística, pois a análise de documentos e a subsequente elaboração de índices fazem parte das atividades desempenhadas em arquivos. Segundo Medeiros e Medeiros (2020), as pesquisadoras Maurel e Champagne (1999) afirmam ser importante frisar as diferenças existentes entre os conceitos de descrição e indexação, pois esses conceitos designam distintas funções que fazem parte de um conjunto que os autores chamaram de “sistema de descrição e indexação”, que compreende:

a) as funções ou o processo, ou seja, a descrição em múltiplos níveis dos arquivos mantidos pela organização, a indexação de pontos de acesso não temáticos (principalmente relacionados com a proveniência), a indexação de pontos de acesso temáticos (assuntos), vocabulário (escolha e forma dos nomes comuns); b) os produtos ou instrumentos resultantes dessas funções, nomeadamente os instrumentos de pesquisa que registram as notas descritivas de um ou mais índices, o processo de autoridade e a lista de vocabulário controlado que facilitam a elaboração dos índices, bem como as descrições; c) políticas, procedimentos, diretrizes estabelecidas em um esforço para sistematizar o processo e os instrumentos. (MAUREL; CHAMPAGNE, 1999, p. 256-257 *apud* MEDEIROS; MEDEIROS, 2020, p. 12).

Também baseado no trabalho de Maurel e Champagne (1999), Medeiros e Medeiros (2020) nomearam os procedimentos de extração dos pontos de acesso por indexação temática e indexação não temática, o primeiro se referindo aos assuntos e tópicos e, o segundo, à proveniência dos documentos.

Outra distinção usada por autores como MacNeil (1996) e Martin (1987) se refere à indexação de nome e à indexação de assunto:

Como usado aqui, “indexação de nome” refere-se à seleção e uso de qualquer nome pessoal, geográfico e institucional em um documento como ponto de acesso, considerando se que a entidade nomeada é o assunto do documento; “indexação de assunto” refere-se às áreas temáticas cobertas por documentos, como “política” ou “química orgânica”. (MARTIN, 1987, p. 2apud MEDEIROS; MEDEIROS, 2020, p. 15).

Por mais que os autores concordem que a indexação, a descrição e a classificação são indispensáveis ao tratamento documental em arquivos, Hudon (1997-1998) discorda que o objetivo da indexação seja organizar ou estruturar o conteúdo de coleções. Ele acredita que a indexação temática somente completa pontos de acesso já existentes, sendo que esses pontos de acesso não costumam identificar e recuperar o documento em si, mas um conjunto de documentos agrupados em fundos, séries ou dossiês.

No âmbito de centros de documentação e memória, Fujita e Troitiño (2019) consideram três fatores como desafios para a preservação dos recursos informacionais: reconhecer a proveniência de um acervo, criação de um plano de classificação consistente e a realização da gestão documental. Para qualquer unidade de informação é esperado que haja documentos, guias e procedimentos editados em formas de manual, que sirvam para orientar os funcionários quanto à sua gestão. Esses manuais devem conter as políticas ou procedimentos operacionais padrões. Em arquivos, existe a política arquivística que

[...] pode ser entendida como o conjunto de parâmetros, valores e ações voltadas para a gestão da instituição, tanto em relação à sua governança, quanto ao tratamento do acervo e informações relacionadas. A política arquivística constitui uma política geral, abrangente, que se relaciona com outras mais específicas e direcionadas a importantes questões tangenciais, como são as políticas de acervo, segurança, preservação, indexação, reprodução etc.; todas devendo estar articuladas entre si e integradas a um ambiente arquivístico. (FUJITA; TROITIÑO, 2019, p. 94-95).

Para Vasques Murillo (2015) e Sousa (2006), a política arquivística deve propor e assegurar as melhores condições de servir à sociedade e ao interesse da instituição, e não constituir uma ferramenta de regras imutáveis; e possibilitar adaptações às contingências e necessidades momentâneas. Quando se referirem a informações no âmbito público, as políticas arquivísticas devem ser criadas, assegurando não existir qualquer viés ligado aos direitos do cidadão à informação e suprir apoio administrativo quanto à proteção da memória e ao desenvolvimento científico, estes últimos apontados como objetivos principais por Fuster Ruiz (1995).

Um dos desafios arquivísticos do século XXI é a digitalização dos acervos e coleções. Fuster Ruiz (1995) aponta os benefícios da reprodução documental em formatos que

pudessem transitar por meio virtual: 1) traz segurança para o documento original; 2) mudança dos meios de consulta que evitam que o documento original sofra algum risco de dano ou perda; 3) gera demanda por envio de documentos em meio digital, minimizando custos; 4) gera demanda por maiores reproduções documentais; 5) gera disseminação ilimitada da informação; e 6) evidencia resultados positivos na pesquisa e na educação.

Acredita-se que a virtualização dos processos de disseminação da informação e a digitalização de documentos geram a necessidade de que sejam agregadas às políticas vigentes uma nova seção para tratamento da política arquivística digital. Com isso, além das informações extraídas na indexação temática e não temática e na catalogação, devem ser incluídos descritores (metadados) sobre o formato digital e a procedência do documento em seu estado físico.

Reconhecendo as políticas de indexação como um procedimento intermediário nas políticas arquivísticas, Fujita e Troitiño (2019) consideram a indexação e sua sistematização estratégias imprescindíveis às políticas de preservação digital, com vistas a viabilizarem o acesso a “documentos únicos e de difícil resgate” (FUJITA; TROITIÑO, 2019, p. 108), devido aos altos custos financeiros do processo.

Para os museus, as políticas de indexação dialogam com um outro tipo de documento que é gerado a partir de um processo conhecido por musealização, que, para Cury (2005) e Mendonça (2017), são um conjunto de etapas, tais como aquisição, pesquisa, conservação e comunicação, ocorridos em um dado espaço, que um objeto museal enfrenta para se estabelecer como parte de uma coleção de museu. Sampaio e Oliveira (2013) consideram esses objetos patrimônios culturais sobre os quais devem ser feitos registros com a intenção de preservar sua historicidade.

No âmbito da Ciência da Informação, e discorrendo sobre o estudo de Briet acerca do conceito de documento, Buckland (1997) destaca que qualquer objeto pode ser tratado como documento se houver uma intencionalidade informativa e/ou uma posição fenomenológica. Confirmando tal concepção, Davallon (1997, p. 29) afirma que a museologia é, “cada vez mais, uma ciência do tratamento de objetos pelo museu enquanto patrimônio e suporte de informação”. Na percepção da Ciência da informação, os museus são unidades de informação responsáveis por tratar, armazenar, recuperar e disseminar informações, a partir de seu acervo (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2013).

Os pesquisadores Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021) apresentam algumas visões sobre os tipos de informação que são substanciais às análises de um objeto museal. Nesse processo de documentação, o levantamento histórico deve garantir representatividade

ao objeto, o que, para Loureiro e Loureiro (2013), é a perda da sua função original e o ganho de novos valores e significados, que serão descritos para o processo de musealização, conforme mostra o Quadro 2.

QUADRO 2 - Tipo de informação descritiva na musealização

TIPO DE INFORMAÇÃO	CONTEÚDO	FONTE
Estética	teor cultural, conhecimento prévio do receptor	Castro (1999)
Semântica	teor científico, desenvolvida por linguagem estruturada e conceitual	Castro (1999)
Intrínseca	análise do objeto e suas propriedades físicas	Ferrez (1994) e Cândido (2006)
Extrínseca	informações obtidas na entrada do objeto ao museu e por fontes de pesquisa arquivística e bibliográfica	Ferrez (1994) e Cândido (2006)

Fonte: Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021, p. 12).

Conforme mostra o Quadro 2, os registros ganham valores informativos e, a partir desse ponto, passam a demandar sistematizações e aplicação de técnicas de organização da informação, que proverão formas de busca e recuperação da informação, auxiliando as montagens de representação e contextualização das exposições. Um fator importante, apontado por Nascimento (1994), é que essas informações contextualizadas devem aproximar e ser úteis também aos usuários das coleções, sobretudo para gerar novos conhecimentos e acompanhar o objeto por toda a vida dele na instituição.

Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021) apresentam uma tabela com etapas do processo de documentação museológica, conforme mostra o Quadro 3.

QUADRO 3 – Etapas do processo de documentação museológica

Etapas	Descrição
Aquisição do acervo	É o processo pelo qual se adquirem os objetos de uma coleção. Pode se dar de diferentes formas: coleta de campo, compra, legado, permuta e doação. Essa aquisição deve ser de forma estratégica e relacionada com os objetos do museu (FERREZ, 1994).
Identificação e Registro	É a identificação do objeto para seu posterior tratamento técnico. Precisa haver clareza e exatidão no registro dos dados, contendo apenas informações básicas sobre o objeto. O livro de registro ou inventário é o instrumento utilizado para armazenar essas informações (FERREZ, 1994; PADILHA, 2014).
Registro Fotográfico	O registro fotográfico é uma etapa fundamental para a documentação museológica, pois permite representar o objeto de forma objetiva e mais próxima da realidade, contribuindo para diversos aspectos de pesquisa (FERREZ, 1994).

Etapas	Descrição
Catalogação/ Ficha Catalográfica	A catalogação/ficha catalográfica é a atividade que permite referenciar os objetos do museu em uma ficha técnica, condensando informações intrínsecas e extrínsecas, que, de outra forma, estariam dispersas (BOTTALLO, 2010), permitindo o desenvolvimento de ações museológicas futuras. Pode ser feita de forma manual ou automatizada.
Classificação dos Objetos	A classificação é a atividade que busca distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias, agrupando-os de acordo com suas características comuns, variando de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos da instituição (FERREZ, 1994).
Pesquisa	São os instrumentos de pesquisa diversos como guias, catálogos, inventários, listagens, que permitem elucidar o contexto histórico, social, artístico e cultural do objeto (FERREZ, 1994).

Fonte: Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021, p. 13) *apud* Ferrez (1994), Bottallo (2010) e Padilha (2014).

Cerávolo e Tálamo (2000) afirmam que o processo descrito no Quadro 3 não é eficiente para gerar um conteúdo para recuperação da informação, pois não representa o conteúdo do documento, apenas descreve fisicamente o objeto e necessita de um padrão terminológico. Para os autores, com o objetivo de transformar os documentos em fontes de consulta, seria necessário indexar os objetos musealizados, mesmo com a dificuldade premente e limitadora de aspectos como a tridimensionalidade e a subjetividade.

Em termos terminológicos, na Museologia, já existem instrumentos, tais como o *Thesaurus* para Acervos Museológicos, do Museu Histórico Nacional, criado por Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini, em 1987; e a ficha catalográfica, elaborada pelo Comitê Internacional de Documentação (CIDOC⁴). Porém, considera-se que a área nunca deu a merecida atenção ao desenvolvimento de políticas de indexação, tal como foi feito na Biblioteconomia. Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021, p. 802) consideram que a prática da documentação museológica carece de “planejamento de diretrizes, como uma política de indexação, para guiar os afazeres do processo de catalogação das coleções museológicas”. Segundo os autores, “não há uma sistematização, na forma de um documento dentro da instituição, que dê respaldo para essa atividade” (2021, p. 802), e o que se percebem são iniciativas isoladas e pontuais, caso da iniciativa do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM⁵), que visa:

⁴ O CIDOC investiga normas de terminologias ligadas à gestão de museus.

⁵ O INBCM é um instrumento da Política Nacional de Museus, instituído pela Lei n. 11.904/2009 e regulamentado pelo Decreto n. 8.124/2013, para registro dos dados sobre os bens culturais que integram os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico dos museus brasileiros, para fins de acautelamento, preservação e consulta (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020, *online*).

(i) a identificar os bens culturais que integram o acervo dos museus brasileiros; (ii) permitir o intercâmbio e a difusão de informações dos bens culturais musealizados; (iii) manter atualizadas e disponibilizar as informações referentes aos bens culturais musealizados; e (iv) fornecer padrões e procedimentos para a identificação dos bens culturais musealizados (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2020, *online*).

Mediante o crescimento de museus e acervos museológicos digitais, expostos de forma virtual, a integração com repositórios e bases de dados eletrônicas, é necessário que se agreguem padrões de metadados e que haja consulta às normativas específicas de outras áreas (por exemplo, Arquivologia e Biblioteconomia), para que se possam estabelecer conceitos, padronizações, normas e procedimentos que otimizem o acesso e a consulta às informações.

Tendo em vista que este estudo busca diretrizes para uma política de indexação em centros de memória teatral, a próxima seção trata sobre esses centros para, em seguida, tratar sobre a caracterização do teatro e dos centros especializados em teatro, detalhando o CPMT e seus acervos.

2.2 ESPAÇOS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA

Primeiramente, antes de entender espaços de documentação e memória e levantar alguns fatores que levam ao colecionismo, é preciso compreender os conceitos de documentação e de memória, já que são fundamentais à criação de acervos teatrais.

Inicia-se com as discussões sobre o conceito de memória, quando autores como Michel Foucault, Pierre Nora, Jacques Derrida, Maurice Halbwachs, Jacques Le Goff e Jacques Lacan levantaram diversos aspectos que qualificam e caracterizam a memória que, aliada à diversidade do conhecimento humano, compõe as bases que ajudam a compreender a história, as relações humanas e os fenômenos sociais e psicológicos.

Maurice Halbwachs (2006), influenciado pelo pensamento sociológico de Durkheim, faz um estudo antropológico sobre a memória, sendo um dos primeiros pesquisadores a utilizar o tema na academia. Para o autor, o passado deixa na sociedade vários vestígios que são recuperados por meio de imagens, pensamentos e sentimentos inconscientemente conservados, a reconstrução da história é feita através daquilo que se perpetua e se renova através do tempo. Com isso, a possibilidade da recordação e da localização das lembranças apoia-se nos contextos dos grupos sociais. A memória seria, para o autor, a relação entre a consciência coletiva e a consciência de si no reconhecimento de um tempo social. Dessa maneira, identificam-se três meios de classificação da memória: a individual, coletiva e histórica. A memória surgiria da relação social e mental dos indivíduos,

na tentativa de evocar o passado, podendo ser uma simples reconstrução ou uma evocação verdadeira. Dois fatores que influenciam o resgate das lembranças seriam o tempo e o espaço das coisas, e estes simbolicamente muito importantes na reabilitação da memória.

Para Le Goff (1992), toda atividade humana relativa à memória tem como objetivo resguardar os conhecimentos de uma sociedade e é um modo de resgatar o passado e projetá-lo no presente, para avaliar que caminhos já foram traçados e quais poderiam ser os próximos passos, sem repetir atitudes desnecessárias e ineficazes. Foucault (2012, p. 55) define como “meticulosa e pacientemente documentária” a ação de encontrar pistas para que o desejo por resgatar a singularidade dos acontecimentos empreendam nas mais diversas atividades exploratórias e façam ressurgir uma história efetiva das coisas.

Nora (1993) diz que a perda da memória propicia a necessidade de se encontrarem novos lugares para ela, por isso a humanidade vem, desde tempos remotos, se apoiando em recursos como o da memória oral, passando aos registros escritos e, por fim, por meio do colecionismo, estrutura-se em unidades de informação especializadas na salvaguarda do conhecimento e da memória. Lugares de memória foi o conceito elaborado por Nora (1993) para estabelecer um consenso e não apenas validar instituições como arquivos, bibliotecas e museus, mas também proposições patrimoniais como locais onde são erigidos bandeiras e monumentos, assim como representações de cunho cultural imaterial, tais como festas e celebrações. Para o pesquisador Silva e Ribeiro (2011), às unidades formais de informação, arquivos, bibliotecas e museus, seria legado o conceito de instituições de memória, que, juntamente com o conceito de lugares de memória, foi, por algum tempo, bastante usado pela Ciência da Informação.

A pesquisadora Ana Maria Camargo, em sua palestra “Arquivos ou Centros de Memórias?”⁶, proferida durante o Encontro Sesc Memórias, em 2009, que deu origem à obra “Centro de Memórias: uma proposta de definição” (CAMARGO; GOULART, 2015), chama a atenção aos cuidados na definição da terminologia a ser utilizada, pois, a nova proposta conceitual, a de Centros de Memória (CM) tipicamente formados por acervos heterogêneos, não deixa de ser arquivos no seu cerne constitucional. Para Camargo e Goulart (2015), há uma diversidade de relações nas modalidades institucionais e, mesmo que consigam uma convivência de forma pacífica, devem considerar as distinções em relação aos requisitos tais

⁶ CAMARGO, Ana Maria. “Arquivos ou Centros de Memórias?” (palestra), Sesc Memórias, São Paulo, SP, 25 de março de 2009. Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gWI-GfNNI3s>. Acesso em: 12 out. 2022.

como funções primárias, mecanismos de constituição do acervo, natureza dos documentos, características formais predominantes dos documentos e sua abordagem.

Pode-se dizer que o uso da terminologia centros de memória tem origem em um contexto em que as instituições, reconhecendo que os registros da memória poderiam ser um ponto estratégico dentro de suas empresas, como uma forma de contato com seu público, passaram a investir recursos na criação de espaços onde poderiam armazenar e tratar documentos de valor histórico, posteriormente criando formas e atividades para a disseminação da informação. Essas atividades vão além de exposições e publicações, já que, com o advento de tecnologias de comunicação, os *sites* e redes sociais são veículos importantes para a propagação desse tipo de conteúdo.

Tessitore (2003) define os centros de memória como unidades mistas, que podem conter as seguintes características:

[...] possuir documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo; ser um órgão colecionador e/ou referenciador; ter acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; possuir como finalidade o oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada; realizar o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custodia. (TESSITORE, 2003, p. 14).

Camargo e Goulart (2015) também apontou a questão das afinidades das três áreas: Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, como o tripé essencial para constituição dos centros de memória, e até brinca, lembrando a alcunha criada por Johanna W. Smit, que chamou a trindade "As Três Marias". As duas autoras concordam que a missão comum dessas três entidades é tornar acessível a informação contida nos acervos, minimizando as divergências teóricas e disciplinares entre as áreas no que tange às questões operacionais de preservação e tratamento da informação. Em resumo, um centro de memória

[...] é uma área da instituição cujo objetivo é reunir, organizar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo. Ecoando os valores das instituições, os CMs geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional. (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 12).

De acordo com Marques (2007), um centro especializado em memória:

[...] tem o caráter mais histórico, dando ênfase não só à documentação arquivística, mas também aos objetos, depoimentos e informações registradas que possuam algum sentido histórico, como fotografias, publicações e tudo o que, de alguma forma, possa resgatar a memória da instituição. (MARQUES, 2007, p. 35).

O cuidado com a própria memória nas instituições se tornou uma preocupação no início do séc. XX, mas se expandiu, em maior escala, nos pós-guerras, em que a evolução das tecnologias de comunicação e informação (TC e TI) proporcionaram importantes ferramentas para que a informação fosse um grande mote para uma nova cultura global. Para Camargo e Goulart (2015), a própria cultura das instituições foi severamente alterada, surgindo setores e profissões diretamente ligadas a analisar e atuar em ramos como competitividade, *marketing*, processos de produção e recursos humanos jamais imaginados. Os centros de memória institucional surgem como mais uma ferramenta para agregar valor à empresa e dar visibilidade às ações e produtos gerados.

A capitalização do conhecimento legitima a criação desses espaços, no intuito de garantir sua continuidade, as instituições buscam dar foco para o capital intelectual, que, junto aos bens tangíveis ou materiais, insumos físicos e financeiros que podem ser mensuráveis aos olhos de uma empresa, constituem o verdadeiro valor de uma organização. Já o capital intelectual:

Os exemplos são muitos, apesar da dificuldade de submetê-los à mensuração: ativos de mercado, como marcas, clientes, negócios em andamento, franquias; ativos humanos, como *expertise*, criatividade, domínio de conceitos, habilidades; ativos de propriedade intelectual, como *know-how*, segredos industriais, *copyright*, patentes, *designs*; ativos de infraestrutura, como tecnologia, sistemas de informação, métodos gerenciais. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 41).

São esses produtos, ou *expertises*, que geram os documentos a serem guardados em um centro de memória, dando vazão às questões que envolvem a administração atual com suas matrizes históricas. Esse resgate histórico simboliza, além da comunicação entre gerações, o desejo de mostrar à sociedade o papel decisivo da instituição para o desenvolvimento social local.

No Brasil, as primeiras iniciativas remontam aos anos 1980, em que, com a retomada de valores coletivos e o cenário de redemocratização do país, as empresas procuraram, por meio da sistematização e organização documental, aumentar o contato com seu público interno e externo, restituir elementos de preservação da cultura e identidade institucional. Camargo e Goulart (2015) cita também a situação da memória e do patrimônio na retomada da reconstituição histórica nacional:

Apesar dos casos de negligência do poder público em relação a fontes de grande importância para o conhecimento do passado nacional, há hoje uma nítida consciência da necessidade de preservar a memória das organizações como parte significativa da própria memória da sociedade. Tal preocupação é visível não apenas em projetos acadêmicos empenhados em reabilitar a história institucional, antes associada à crônica política dos acontecimentos,

mas também na iniciativa de contratar profissionais da área de história para realizar essa tarefa com empresas de todo tipo. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 64).

O subsídio dessas atividades de memória passa primeiramente pelo reconhecimento, por parte da gestão institucional, das necessidades de documentação e salvaguarda de sua história. Comemorações de datas importantes geralmente são a motivação para que as entidades deem início ao planejamento de suas atividades, passando por setores de comunicação e expandindo os serviços até profissionais especializados, como arquivistas, bibliotecários e museólogos, que darão forma e identidade à unidade de informação necessária à instituição.

A mudança que deu início ao uso do termo centros de memória talvez tenha relação com a afirmação de Souza (2016, p. 36), quando ele destaca que o conceito de centro de documentação “não é amplamente conhecido pela sociedade, o que leva muitas vezes a confundir centro de documentação com arquivos, bibliotecas ou museus, enquanto, na realidade, ele reúne elementos desses três em um único lugar”. Ele reafirma que os centros de documentação “reúnem por compra, doação ou permuta documentos únicos ou múltiplos de origens diversas, originais ou cópias. Possuem um caráter colecionista, montando seu acervo artificialmente” (ARAÚJO, 2015, p. 13 *apud* SOUZA, 2016, p. 36), muitas vezes conforme demandas e interesses locais.

Oliveira e Silva (2017, p. 1) ainda destacam que

Os centros de documentações têm como finalidade salvaguardar documentos e, como locais de preservação da memória documental, são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento histórico, pois possibilitam o contato direto do professor/pesquisador com fontes primárias que dialogam diretamente com diversas realidades locais. (OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 1).

São as realidades locais que dão origem aos centros híbridos, de documentação e memória, trazendo a preservação dos produtos de conhecimento e da história da instituição, que podem ser empregados como recurso de sua identidade e para a pesquisa.

Souza (2016, p. 38-39) relata que o que motiva a criação de centros de documentação é a necessidade de “conservação de uma memória institucional, a salvaguarda e custódia de elementos que fizeram parte de uma história no passado e que agora promovem a identificação de um grupo, de uma comunidade ou da sociedade através do resgate desse passado”, preservando a trajetória que foi construída ao longo do tempo. Desse modo, neste estudo, considera-se denominar essa instância de centro de documentação e memória combinada ao conceito de documentação – como recurso informacional heterogêneo – ao de

memória, tal como já resgatado até este ponto – como aquilo que se deseja preservar sobre a trajetória de um grupo.

O resgate dos documentos inicialmente é sempre feito com muitos percalços devido a acervos deteriorados, censura e à dificuldade de setores e membros das organizações em desapegarem do seu produto informacional. Contudo, é nesse cenário que os acervos e coleções se configurem com aquilo que é possível e com o que se quer guardar para a posterioridade. Sobre esse sentimento, que perpassa pelos arquivos e museus, Lima e Carvalho (2005) definem o colecionismo institucional e privado sendo os espaços que

[...] compartilham procedimentos que orientam a produção de sentidos em torno da definição biográfica de seu titular. Em outras palavras, a coleção alimenta e molda formas de identidade as mais diversas, desde aquelas de estatura nacional até outras, de natureza individual e afetiva. O colecionismo é, por isso, uma plataforma estratégica quando se trata de entender aspectos da reprodução das relações sociais. Para tanto é preciso historicizar as práticas da curadoria que estão na origem de coleções privadas tornadas institucionais. (LIMA; CARVALHO, 2005, p.86-87).

Mesmo que esse pensamento sirva para se pensar o papel das coleções e sua constituição para arquivos e museus, estendem-se esses conceitos aos centros de documentação e memória e a outras instituições de guarda documental. Esse desejo de autobiografar-se requer, para além da atividade técnica, do tratamento e dos processos de preservação e conservação, uma curadoria que identifique recortes históricos e materiais que reforcem relações sociais e locais.

Entende-se o colecionismo pelo ato de colecionar, e as motivações para essa ação são muitas. Sundström e Albuquerque (2020) traçam um panorama das conceituações sobre coleções e citam vários pesquisadores como Suano (1986), que define o colecionismo pelos atos de manter e preservar o objeto; Baudrillard (2004) se atenta à simbologia e funcionalidade, agindo dualmente na expectativa de ressignificar a coleção e criar novas concepções de si e do objeto colecionado, a cada novo item inserido nela; Pomian (2000) faz uma leitura institucional e traça diferenças entre o colecionar e o acumular, conferindo fatores como ordem, representatividade e senso de continuidade ao ato de colecionar; Crippa (2005) relata a reflexão em torno dos objetos, o sentido histórico das coleções e traz discussões sobre o colecionismo contemporâneo, em que há uma desmaterialização das coleções devido às novas tecnologias digitais, especialmente em um período em que há uma “serialização dos objetos” fundamentada por esse consumismo, como dito por Renault e Araújo (2015).

Para as instituições, os documentos mais colecionáveis remetem às funções administrativas e às que veiculam “produtos e serviços, como propaganda, *marketing*,

comunicação corporativa” (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 70), sendo esses os que comumente são os mais pesquisados e procurados pelo público de determinada instituição. São recolhidos documentos de diversos gêneros: textuais, audiovisuais, sonoros, iconográficos, objetos e artefatos. A partir do momento da implantação de um centro de documentação e memória, este se torna agente ativo na captação de coleções e se faz necessária a criação de políticas de acervo, que são normas e procedimentos que sistematizam o recolhimento das informações e documentos, mantendo um fluxo sem a interrupção do processo.

Com seus desafios estabelecidos, a forma de se avaliar um centro de documentação e memória é analisar se o espaço está cumprindo primeiramente sua missão de gerenciar a preservação dos documentos, resgatar a historicidade local, produzir informação, promover atividades educacionais e dar apoio à comunicação institucional. A instituição deve ter ciência de que o centro de documentação e memória deve “priorizar a representatividade contínua e sistemática da instituição como um todo, com a perspectiva de atender a quaisquer demandas provenientes de seus diferentes setores”. (CAMARGO; GOULART, 2015, p. 106).

Como este estudo focaliza os centros de documentação e memória no domínio do teatro, a próxima seção apresenta a sua origem e caracterização.

2.3 TEATRO: ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO

Menezes (2005) destaca que a palavra teatro, etimologicamente, significa ver, e este é um dos paradigmas que devem ser adotados para além dos palcos, criando-se uma memória que se possa ver – o Teatro da Memória –, como Giulio Camillo nomeava os espaços onde os espectadores pudessem entrar em contato com os mais diversos conhecimentos, de maneira interativa e intertextual.

Para se entender o conceito de teatro, mais que demonstrar teorias, importa localizar de onde vem toda a história teatral. Reconhecendo que, por todo o mundo, as mais diversas civilizações tiveram algum tipo de desenvolvimento cênico. Para este estudo, pauta-se a herança artística teatral ocidental, legada ao Brasil durante seu período colonial, advinda dos europeus, resquício de séculos de criação que remetem aos primeiros tratados importantes sobre a teoria do teatro, como a *Poética* de Aristóteles (384-322 a.C.) e outros comentários acerca dos fazeres teatrais de autores como Aristófanes (448-380 a.C.), Platão (427-347 a.C.), Isócrates (436-338 a.C.), ambos na Grécia Antiga, e Plauto (254-184 a.C.) e Cícero, em Roma.

Entendendo que as artes cênicas antecedem à prática e formalização grega da arte, Berthold (2014), em sua busca documental pela origem do teatro, notou vestígios de uma arte dramática nos primórdios da humanidade. Uma arte cênica tribal e ritualística permeou as primeiras comunidades que representavam seus anseios pelo divino e sobrenatural.

O teatro dos povos primitivos assenta-se no amplo alicerce dos impulsos vitais, primários, retirando deles seus misteriosos poderes de magia, conjuração e metamorfose – dos encantamentos de caça dos nômades da Idade da Pedra, das danças de fertilidade e colheita dos primeiros lavradores dos campos, dos ritos de iniciação, totemismo e xamanismo e dos vários cultos divinos. (BERTHOLD, 2014, p. 2).

Com a grande voluptuosidade da civilização egípcia, foram percebidos avanços em vários campos das artes como conhecidas atualmente, já que, por costume, os faraós, governantes do período que vai aproximadamente de 3000 a 300 a.C., reconhecidos como reis-deuses, unindo sentidos religiosos e políticos em sua autoridade, eram homenageados em diversas expressões artísticas como na música, dança e no diálogo dramático, sendo constantes essas celebrações em festivais que glorificavam a vida e o pós-vida desses que eram as figuras centrais do governo.

Os gregos tomaram contato com a civilização egípcia e, de lá, levaram consigo muitos conhecimentos para as terras europeias. Assim, agregaram, em suas cerimônias, as representações cênicas, em especial, os sagrados festivais chamados báquicos e menádicos, que eram feitos em homenagem a Dionísio, divindade que, entre tantas atribuições, era a figura que representava a agricultura, a procriação e a vida.

Berthold (2014) relata o rigor com que os gregos definiram uma estética simultaneamente a uma criatividade exuberante e à manutenção de um tipo de teatro vibrante que atraía multidões a suas encenações durante aproximadamente dois milênios.

O teatro é uma obra de arte social e comunal; nunca isso foi mais verdadeiro que na Grécia antiga. Em nenhum outro lugar, portanto, pôde-se alcançar tanta importância como na Grécia. A multidão reunida no *theatron* não era meramente espectadora, mas participante, não no sentido literal. O público participava ativamente do ritual teatral, religioso, inseria-se na esfera dos deuses e compartilhava o conhecimento das grandes conexões mitológicas. (BERTHOLD, 2014, p. 104).

Ainda retratando a origem do teatro, Augusto Boal (2008, p. xx), o mais importante teatrólogo brasileiro, desenvolvedor da metodologia do Teatro do oprimido, apresenta uma lenda chinesa de dez mil anos a.C., “a belíssima fábula de Xuá-Xuá, a fêmea pré-humana que descobriu o teatro.” A lenda conta a história de Xuá-Xuá, que, ao observar o nascimento e as primeiras reações de seu filho, compreendeu que, mesmo vindo de seu corpo, eram dois indivíduos, na ação em que ela era atriz e espectadora ao mesmo tempo e, ao

encontrar-se a si mesma, descobre o teatro, que é “a arte de nos vermos a nós mesmos, a arte de nos vermos vendo!” (BOAL, 2008, p. xx).

Esse teatro primitivo é considerado por Berthold (2014), que vê, nos ritos mágicos, xamânicos, no totemismo e nos cultos divinos os primórdios da atividade teatral; um inesgotável repertório de danças, mímicas, máscaras, músicas, acessórios e figurinos que retratavam as ações do cotidiano. O teatro, nesse período, poderia ser visto “enquanto compensação para a rotina da vida, encontrado onde quer que as pessoas se reunissem, na esperança da magia que os transportasse para uma realidade mais elevada.” (BERTHOLD, 2014, p. 6).

Da Grécia veio o desenvolvimento da concepção do teatro ocidental destacada por Carlson (1997), pois ali se desenvolveram técnicas de atuação e os tipos de gêneros narrativos, tais como a tragédia e a comédia, além dos diversos conceitos apropriados à construção dramaturgica, exemplificados pela purgação ou clarificação (*kátharsis*), o enredo (*mythos*) e o erro de cálculo ou falha trágica (*hamartia*) entre outros. Esses conceitos e práticas se espalharam por vários lugares da Europa, difundidos aos povos latinos e anglo-saxões conquistados pelo Império Romano.

Segundo o autor, apesar de o teatro grego ser tratado com grandiosidade, isso não implica que outras regiões pelo mundo não tivessem desenvolvido um tipo de artes cênicas de mesma importância cultural que permeasse o teatro em suas regiões, sempre com variações que usassem mais ou menos da música, da dança, da poesia e de técnicas como a pantomima, máscaras, sombras e manipulação de bonecos, com os mesmos propósitos ritualísticos já reconhecidos desde os tempos dos egípcios e gregos. Como exemplo dos tipos mais conhecidos, as práticas do *Tazyiyé*, baseadas em sombras e bonecos na Pérsia (região onde atualmente se encontra o Irã); o *Kathakali*, com forte influência da dança nas civilizações Indo-Pacíficas, onde atualmente se configura a Índia; as peças musicais da *Ópera de Pequim* na China, e o *Kabuki* e o *Nô* no Japão. Carlson (1997) destaca uma característica marcante para cada prática tão contundente para cada região, que é a estética desenvolvida, bastante refinada e carregada de muita dramaticidade no emprego de máscaras, maquiagens e figurinos.

Retoma-se o teatro ocidental, que passou por períodos obscurecidos quando da ascensão do cristianismo ao Império Romano, sendo considerado, assim, como outras artes representativas, uma prática pagã e pecaminosa, fazendo os artistas se tornarem uma classe malvista. Berthold (2014) nos fala da “severidade com a qual a Igreja Cristã se opôs a todas as formas de *spetaculum* por mil anos – até criar uma nova forma de teatro própria”. Segundo a

autora, este era o chamado teatro sem drama, cuja particularidade era a encenação bíblica com finalidades catequéticas, que passou a ser regulado pela Igreja, sendo apresentado em festivais religiosos, ora em locais eclesiásticos, ora em locais públicos, dependendo dos eventos e feriados.

Com a chegada à Idade Moderna, na Europa, o teatro revisita seus propósitos primitivos, fundados nas camadas populares que, pela atuação de artistas mambembes, faziam da rua seu palco principal (BERTHOLD, 2014). A autora destaca que artistas itinerantes começaram a se agrupar formando as primeiras trupes, suas peças tinham propósitos políticos e, seguindo estruturas canônicas, representavam comédias denunciando as mazelas sociais, estatais e religiosas da época. As feiras e festivais foram os espaços onde esses artistas conquistaram notoriedade e, com a ruptura estado-religião, que ocorreu em diversos lugares, algumas trupes foram patrocinadas pela nobreza, surgindo novos espaços teatrais. O ser humano volta a ser foco da dramaturgia, e, além do caráter psicológico discutido em seu conteúdo, observam-se questões sociais e políticas. Nesse período, sobressaem-se nomes como William Shakespeare (1554-1616), na Inglaterra; Pierre Corneille (1606-1684), Jean Racine (1639-1699) e Molière (1622-1673), na França; Lope de Vega (1562-1635) e Calderón de La Barca (1600-1681), na Espanha; Ludovico Ariosto (1474-1533), na Itália, que logo substituem o teatro moral e catequético vigente ao longo período da Idade Média.

Berthold (2014) conta que, enquanto esse movimento se espalhou pela Europa, na Península Ibérica, Portugal e Espanha disputavam o domínio marítimo, e os portugueses consolidaram sua força na navegação, dando início à colonização de terras desconhecidas, com práticas conquistadoras sobre os nativos, quando inseriram um teatro pastoral aplicado por jesuítas, ordem religiosa de grande importância no período, que ajudou a catequizar e cristianizar muitas tribos indígenas. O teatro, desde essa época, seguiu o padrão europeu, sendo, por muito tempo, representado por companhias europeias que vinham exclusivamente à colônia portuguesa para apresentar suas peças.

Do século XV em diante, em períodos de correntes filosóficas e movimentos artísticos tais como o Iluminismo, o Classicismo alemão, o Romantismo e o Realismo, Berthold (2014) relata o fortalecimento do teatro decorrente da prosperidade da classe burguesa. As casas de teatro se tornaram suntuosas, e o teatro se desenvolveu junto às questões filosóficas sobre o homem; o teatro ocidental trocava suas primeiras impressões com o teatro oriental, principalmente o chinês, que influenciou algumas obras na França. Voltaire (1694-1778) e Diderot (1713-1784), filósofos do período iluminista francês, foram também escritores e dramaturgos e deram grande contribuição à teoria do teatro, pois seus

pensamentos foram preponderantes para a introdução de uma nova metodologia poética para o teatro. Voltaire e Diderot se opunham quanto às suas teorias, pois Voltaire defendia e conservava os preceitos poéticos da rima do teatro advindos da *Comédie Française*, enquanto Diderot rompia toda essa estrutura, apostando no gosto e na genialidade dos encenadores em busca da natureza e da verdade das coisas, em oposição à moda vigente (BERTHOLD, 2014).

A autora afirma que, nessa época em que o teatro, a ópera e o balé dominavam as casas de espetáculo na Europa, começa-se também a desenvolver um teatro com caráter mais nacionalista, quando se destaca o teatro alemão, cujo principal expoente são as obras de Wolfgang von Goethe (1749-1832). Junto a esse movimento do teatro nacional, grandes mudanças ocorreram devido às ideias constituídas pelo Naturalismo. O plano central era dar voz aos oprimidos, vítimas de um sistema exploratório da era das máquinas. Nesse período temos o teatro russo como grande expoente, mas, em toda a Europa, nomes como o do russo Meierhold (1874-1940), dos alemães Erwin Piscator (1893-1966) e Berthold Brecht (1898-1956), influenciados pelo escritor francês Emile Zola (1840-1902), foram os grandes precursores de um teatro dialético que propunha a crítica social e a popularização do teatro, estabelecendo um Naturalismo Cênico em que também se destacou o russo Constantin Stanislávski (1863-1938) e o austríaco Max Reinhardt (1873-1943).

Desse efervescente ápice de criação do teatro, têm-se experiências voltadas para diversos ramos da prática teatral. Na Rússia, foram encenadas obras de importantes autores, como Anton Tchekhov (1860-1904), Nicolai Gogol (1809-1852) e Maximo Gorki (1868-1936), que versavam sobre a sociedade e o cotidiano, introduzindo um novo olhar para a comédia. O norueguês Henrik Ibsen (1822-1906) foi um dos autores de maior expressão no realismo e subsequentemente do simbolismo no teatro, tornando-se um dos precursores do teatro moderno. Na França surgem os primeiros expoentes do que hoje se conhece como Teatro do Absurdo, em que se destacaram Alfred Jarry (1873-1907), Jean Genet (1910-1986) e o romeno Eugène Ionesco (1909-1994). Em outros pontos da Europa também se encontram outros autores precursores do Teatro do Absurdo, como o irlandês Samuel Beckett (1906-1989), o russo Arthur Adamov (1908-1970), o inglês Harold Pinter (1930-2008), o espanhol Fernando Arrabal (1932-) e, na América do Norte, destaca-se o estadunidense Edward Albee (1928-2016).

Considerando-se a formação do ator e a criação de espetáculos, um dos grandes teóricos do teatro no século XX foi o polonês Jerzy Grotowski (1933-1999), que postulou teorias baseadas em ser o teatro para o povo, pois sua função era extremamente social e política. Ele criou uma diversidade de exercícios para a formação do ator, denominados

fundamentos para um teatro pobre, que se tornaram, não só uma prática corporal, mas um tipo influência desde a atuação até a elaboração estética do espetáculo. Grotowski influenciou uma nova geração de teatrólogos, várias companhias surgiram pelo mundo e um dos seus primeiros alunos, o norueguês Eugênio Barba (Brindisi, 29 de outubro de 1936) desenvolveu uma linha de pesquisa conhecida como antropologia teatral, junto ao grupo *Odin Teatret*, que busca reconhecer, no âmago de culturas diversas, a prática teatral e ritualística, separando as ações cotidianas e extracotidianas, assim como entendendo o texto de uma forma volátil e não estagnada, pulsante e atemporal. Em sua teoria, Barba (2010, p. 2014) conclui que “as palavras estáveis possuem a fragilidade da sua estabilidade. Para cada afirmação clara existe um equívoco”. Para o pesquisador, na observação dos equívocos e na busca pela essência das ações e palavras, o autor investiga a funcionalidade de seu teatro. Também pertencente a essa geração de pensadores, pesquisadores e teatrólogos, o inglês Peter Brook (1925-2022), fundador do Centro Internacional de Pesquisas Teatrais (CIPT), em Paris, na França, defende o equilíbrio sutil e a identificação dos gestos conhecidos e desconhecidos para a visualização do invisível. Esse invisível, como parte de um mistério ao qual as premissas são: “Aceitar o mistério é muito importante.” e “a arte dos detalhes é que conduz ao coração do mistério.” (BROOK, 2010, p. 64). Desse modo, Brook (2010) busca encontrar o que ele chama de o tecido da vida, e propõe um teatro que reflita sobre os aspectos da existência humana, dignificando qualquer forma de vida e suas infinitas formas de linguagem, pois estas possuem lugar no potencial dramático.

Contemporâneo aos últimos autores apresentados, o ator e teatrólogo francês Antonin Artaud (1896-1948) pregava um teatro revolucionário, renovado, impactante e revelador das emoções psicológicas mais íntimas. O autor defendia que o teatro não devia deixar o público intacto, mas incomodar e acionar modelos críticos da realidade, abandonando a moral e os preconceitos.

Diante de tanta história, o teatro chega à atualidade pedindo pelo que sempre foram seu alimento, a inventividade e a vida. Do lado do espectador, a caixa cênica é mágica, Ortega e Gasset (2007) explicam a simplicidade do que pode ser o teatro nessa perspectiva, um lugar onde

Deixamos que os atores nos façam – por exemplo, que nos façam chorar, que nos façam rir. Ao que parece, o Teatro consiste numa combinação de hiperativos e hiperpassivos. Somos, como público, hiperpassivos porque a única coisa que fazemos é o mínimo fazer que cabe imaginar: ver e, para começar, nada mais. Certamente, no teatro também ouvimos, mas, segundo vamos em seguida perceber, o que ouvimos no Teatro o ouvimos como que

dito por aquilo que vemos. O ver é, pois, nosso primário e mínimo fazer no Teatro. (ORTEGA; GAZZET, 2007, p. 33).

Desse modo, pode-se dizer que o teatro promove o autoconhecimento do espectador, do ator e do dramaturgo, por meio do processo de comunicação.

No Brasil, a história teatral remete-se ainda ao período colonial, e parte dela pode ser observada sob a perspectiva europeia, já que os registros de qualquer atividade cênica praticada pelos povos nativos, e mais tarde pelos advindos do continente africano, se misturam com a formação de outras práticas culturais e folclóricas populares. Magaldi (2004) relata que os primeiros registros brasileiros datam de práticas jesuítas ainda no século XVI, após a chegada portuguesa, utilizando o teatro como ferramenta de catequese. O autor afirma que, nessa época, destacam-se os autos de Anchieta (1534-1597) que, percebendo a sensibilidade dos povos nativos para música e dança, apoiou-se nesse viés para aplicar os mandamentos religiosos. Ele acrescenta ainda que, como estratégia e veículo mais direto de comunicação, alguns textos e encenações foram permitidos em línguas nativas, tendo o tupi como uma língua expoente, presente nos textos medievais em português e castelhano encenados nesse período.

Nos dois séculos seguintes, não há registros de que o teatro praticado no Brasil tenha gerado ou desenvolvido uma arte nacional, ou mesmo se tornado preferência popular entre suas práticas culturais. O teatro só voltou a ter um impulsionamento devido à vinda da Coroa Portuguesa ao país, que, por volta de 1808, propiciou um desenvolvimento econômico, gerador de “bibliotecas, museus, jornais e escolas superiores” (MAGALDI, 2004, p. 34), incentivando a atividade artística local. O autor destaca que, nesse período, soma-se a vinda de muitos grupos e companhias europeias a se apresentar em casas de espetáculo, surgidas em meio ao desenvolvimento urbano das grandes cidades da época.

Todo o movimento e clima internacional apontado por Magaldi (2004) proporcionaram ao teatro nacional incursões no ramo da encenação, tendo João Caetano como figura expoente nesse quesito. E a dramaturgia, segundo o autor, foi representada por autores como Martins Pena (1815-1848), Gonçalves Dias (1823-1864), Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), José de Alencar (1829-1877), só para citar alguns, que contribuíram fortemente para a escrita de uma dramaturgia típica e pautada em situações cotidianas do país.

Os artistas inicialmente autodidatas puderam criar as primeiras companhias de teatro, e na literatura encontra-se a criação de uma dramaturgia própria que, já em meados do século XX, passou a ser encenada conjuntamente aos clássicos europeus. Também da Europa, principalmente da Itália, vieram profissionais que colaboraram com o desenvolvimento de

diversos campos do teatro, tais como cenografia, cenotécnica, figurino e iluminação para espetáculos.

Faria (2012) destaca a profissionalização do teatro entre os anos de 1920 e 1950, principalmente com o fortalecimento do teatro de comédia. Nomes como Nelson Rodrigues (1912-1980), na dramaturgia; Cacilda Becker (1921-1969), na atuação; Augusto Boal (1931-2009), na direção; e grupos tais como Os Comediantes (fundado em 1943), Teatro Experimental do Negro (fundado em 1944), Teatro de Arena (fundado em 1953) e Teatro Oficina (fundado em 1958); assim como lugares como o Teatro Brasileiro de Comédia-TBC (1948), criado por Franco Zampari (1898-1966), entre muitos expoentes, contribuíram para o firmamento de um teatro que, para além do eixo Rio-São Paulo, onde acontece um cenário cultural mais efervescente e de maior impacto e investimento, incentivaram e influenciaram várias vertentes teatrais por outras regiões do país.

A cada década, percebem-se ressignificações teatrais, tal como o fortalecimento do teatro de rua, nos anos de 1980, que levou ao desenvolvimento do teatro de grupo. Em Minas Gerais não é diferente, nesse contexto, cria-se o Grupo Galpão, no ano de 1982, incentivado pelos festivais e grupos que viajavam, provocando um intercâmbio cultural entre as regiões brasileiras. O cenário teatral mineiro, tendo as peças cariocas e paulistas como parâmetro, desenvolve-se; e prospera o teatro de grupo como base. Grupos como o Giramundo (fundado em 1970), de teatro de bonecos e o Galpão (fundado em 1982) tornam-se expoentes, influenciadores, compondo uma geração e um novo cenário para o teatro mineiro, hoje representado por grupos como o Armatrux (fundado em 1991), Luna Lunera (fundado em 2001), Espanca (fundado em 2004), Maria Cutia (fundado em 2006) e Quatroloscinco (fundado em 2007).

Os fazeres teatrais do país distinguem-se pela diversidade que os permeia, notam-se seus regionalismos, evocando-se aquilo que Berthold (2014) constata sobre o teatro grego. O teatro brasileiro é, na contemporaneidade, uma arte social e comunal não apreciada de forma unânime, como na Grécia antiga, pois em nenhum lugar do mundo o teatro manteve sua popularidade como outrora. Mas é dessa história, com o desenvolvimento de uma identidade social, agregada à prática teatral que nasce a necessidade de salvaguardar a história do teatro brasileiro, dando origem ao que se denominam, neste estudo, centros de documentação e memória.

Os debates sobre a efemeridade e dispersividade do teatro não são recentes, pois concerne aos pensadores, pesquisadores ou espectadores teatrais a reflexão sobre a questão. Em sua trajetória, Féral (2008), pensadora de um teatro performativo, entende a necessidade

do espectador para que a obra aconteça. Ela reitera a imaterialidade da performance teatral, desse acontecimento que tem por princípio o olhar recíproco. Pois, como afirma Fontana (2017),

O tema mostra que a adoção do “efêmero” na distinção do patrimônio documental do teatro corresponde a uma determinada compreensão do que seja ele em termos de sua historicidade, a qual, em última análise, se liga às articulações entre teoria e prática na defesa do próprio teatro como campo específico no seio das artes, da cultura e da sociedade. (FONTANA, 2017, p. 14).

Ao longo dos séculos, o teatro tem sido um meio para as mais diversas propostas de entendimento e problematização da vida, do ser humano e das experiências de si. E é a preservação desse teatro, de toda essa história, que influencia a criação de novas propostas cênicas que estão em discussão nos meios teatrais. Isso acontece para que não se percam seus registros e sentimentos, para que virem patrimônio protegido e que existam, para além dos limites dos palcos e cenários, informações disponíveis para os criadores, amantes da arte, e para pesquisadores e estudantes do teatro.

Em Minas Gerais, são poucas as iniciativas para resgate da memória teatral; o CPMT e o Museu do Giramundo⁷, criado em 2001, continuam sendo as únicas unidades de informação especializadas na memória teatral. Iniciativas como essas são importantes para que os órgãos públicos possam reconhecer o teatro como prática cultural e estabelecer políticas públicas que garantam seu tombamento. Em Belo Horizonte, a Política de Proteção do Patrimônio Cultural, criada na década de 1980, é hoje reconhecida como uma das mais avançadas políticas de proteção e gestão do Patrimônio do Brasil. Capitaneado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), criado em 1984, juntamente à sociedade, esse órgão delibera uma diversidade de ações para preservação do Patrimônio Cultural do Município.

Por meio desse mecanismo e do reconhecimento público dos fazeres teatrais, em 2014, o teatro de Belo Horizonte foi reconhecido como um Patrimônio Imaterial da cidade. Com isso, o Circuito de Teatros de Belo Horizonte (livro dos lugares), o Teatro de Rua e o Teatro de Bonecos (formas de expressão) são protegidos e fazem parte dos planos de gestão cultural que preveem ações de curto, médio e longo prazos, para investimento em ações de propagação e salvaguarda dos bens culturais registrados.

⁷ O Museu Giramundo é o maior acervo de teatro de bonecos do Brasil, ainda com grande parte dos espetáculos originais em atividade, tem também coleção de desenhos e projetos técnicos e coleção de fotografias históricas do Giramundo, com mais de 1000 bonecos construídos e 36 montagens. O Museu do Giramundo mantém, em sua sede, um espaço expositivo recontando parte de sua história; e recentemente, em 2021, iniciou a organização de seu acervo arquivístico.

2.4 ESPAÇOS ESPECIALIZADOS: RECURSOS INFORMACIONAIS TEATRAIS

O ator, pesquisador e homem de teatro, o francês Guénoun (2004), conclui que “a pessoa vai ao teatro com a intenção de que ali lhe apresentem uma operação de teatralização. O que se quer é ver o tornar-se-teatro de uma ação, de uma história, de um papel. Os espectadores de teatro, a fórmula é talvez menos boba do que parece, vão ao teatro para ver teatro” (GUÉNOUN, 2004, p. 139). Como apresentado na fábula de Xuá-Xuá, o teatro é “a arte de nos vermos a nós mesmos, a arte de nos vermos vendo!” (BOAL, 2008, p. xx), é uma ideia que segue sendo o princípio das aspirações humanas sob o teatro. Conforme conclui Guénoun (2004, p. 138), “nem a constituição do olhar nem a da cena saem ilesas desta transmutação”, em sua tentativa de responder à questão *O teatro é necessário?* que intitula seu livro. Guénoun (2004) apresenta os dispositivos que fizeram a humanidade se arriscar ao teatro, mesmo em um fenômeno de esvaziamento das salas, resistir e residir em outros desejos.

A modernidade apresenta outros desafios, e a arte da atuação, o atuator e o espectador devem mover seu olhar de forma a obliterar o que veem, buscar o diferente e transformar a experiência.

E nesse afã, após o espetáculo, o que sobram são as reverberações, as lembranças, a memória, tanto por parte do espectador quanto do artista. A pesquisadora do Laboratório de Informação e Memória do Departamento de Artes Cênicas da ECA/USP - LIM CAC, Elisabeth R. Azevedo (2012), aponta que o teatro é uma arte que consegue reunir distintos elementos

[...] das esferas material e imaterial, organicamente interligadas. É necessário, portanto, preservar o conjunto desse patrimônio, dos mais complexos itens até os mais simples: textos, cadernos de direção, revistas, recortes, fotos, imagens, sons, partituras, diários, entrevistas, materiais publicitários, projetos de figurinos, adereços e cenários, os próprios figurinos, adereços e cenários, registros de companhias, registros administrativos e muitos outros, procurando integrá-los e relacioná-los (AZEVEDO, 2012, p. 18).

Esse é o ponto de partida dos espaços especializados em documentação e memória do teatro que buscam estabelecer uma coleção, reconhecer as dificuldades operacionais e as demandas que elas empreendem. As iniciativas de criação desses espaços partem de alguns fatores importantes, já citados em capítulo anterior, tais como o reconhecimento, por parte da instituição teatral (grupo, companhia ou mesmo artista solo) da necessidade da organização do seu acervo, para imprimir estratégias de continuidade e gestão da informação sobre a carreira da instituição. Azevedo (2012) destaca uma passagem da pesquisadora francesa Béatrice

Picon-Vallin (1999), que confirma essa necessidade: “O artista de teatro não pode avançar em sua arte sem confrontar com o que for possível saber sobre obras teatrais anteriores.” (PICON-VALLIN, 1999, p. 97). E para saber das obras anteriores, seus registros devem estar preservados.

O entendimento da importância da documentação sobre a memória artística de uma sociedade deve ser compartilhado por aqueles que a praticam, pelo público que a acompanha e pelas instituições de governo, que devem estar atentas aos interesses sociais e prover políticas públicas para criação de subsídios para salvaguarda das artes que fazem parte do desenvolvimento e memória social.

Em toda a história da humanidade houve coleções das mais distintas, Meneses (2005), em citação aos estudos da especialista em educação de museus; Eilean Hooper-Greenhill (1988) examinou relatos renascentistas e encontrou com frequência os termos *Theatrum Mundi*, *Theatro Naturae*, *Theatrum Sapientiae*.

No universo das artes, desde a Antiguidade, existem espaços que se reservaram aos acervos de pinturas, artesanias, esculturas e todos os tipos de artefatos, pois é grande o potencial desse material para a expografia. As artes cênicas podem obter acervo semelhante, devido aos figurinos, cenários e objetos cênicos utilizados nos espetáculos. Na contemporaneidade, há, ainda, outros suportes, considerando-se a existência das fotografias, publicações dramatúrgicas, paratextos publicitários, peças de propaganda e de material audiovisual.

Por parte do público, o crítico teatral Valmir Santos (2012) mostra que o movimento em busca da memória teatral, no Brasil, só começou a partir da década de 1990, com diversas publicações remontando à historiografia do teatro, principalmente de teatros de grupo, normalmente escritos e publicados pelos próprios artistas. O desejo dos grupos de contar sobre suas realizações soma-se ao interesse da sociedade por esse tipo de material, sobretudo pelas publicações, que são o meio de maior acesso ao público, já que os demais suportes de registros da memória ficam em posse dos grupos e instituições.

Todo tipo de registro possui um valor histórico-documental e, de certo modo, um valor sentimental não só para o grupo, mas também para o público que vivenciou o espetáculo teatral. Esses materiais, quando publicados, retratam “uma retrospectiva alentada em imagem, relatos, ensaios, reportagens e outros gêneros em torno dos integrantes, da dramaturgia e do repertório.” (SANTOS, 2012, p. 38). Acompanhar um grupo de atores e suas criações torna esses elementos também da memória do espectador, que, quando tem a possibilidade de

adquirir algum produto do registro daqueles espetáculos, esse objeto se torna fonte para uma lembrança mais concreta.

As primeiras iniciativas de institucionalizar acervos teatrais e provê-los aos públicos aparecem em algumas localidades no exterior e em especial em museus. Alguns foram criados exclusivamente para recursos do teatro, e outros se especializaram em trajes teatrais, praticamente recontando a memória do Teatro, pois herdaram figurinos teatrais para a composição do acervo. Fausto Viana (2010) fez um estudo para a criação de um Museu do Teatro em São Paulo e destaca que um dos fatores importantes para esses espaços é levar em consideração as pessoas no desenvolvimento de suas políticas, sendo essa uma questão fundamental, uma vez que a reconstrução mítica da cena, no imaginário popular, é que dá razão à existência de um museu do teatro.

De acordo com Viana (2010), os museus mais significativos no mundo que contêm acervos especiais de teatro são: Museu do Teatro de Moulins ou Museu de Teatro da França, em Moulins, na França; Teatro-Museu Dalí, em Figueres, na Espanha; Museu de Teatro do Canadá, em Toronto, no Canadá; Museu do Teatro, em Nova York, nos Estados Unidos; Museu das Marionetes, em Augsburg, na Alemanha; Museu das Marionetes, em Taipei, Província de Taiwan na China; Museu Bakrushin, Casa Museu Stanislavski e Museu de Teatro de Arte de Moscou, na Rússia; Museu de Teatro da Áustria, em Viena, na Áustria; Museu do Teatro no Castelo, em Cesky Krumlov, na República Tcheca; Museu de Teatro de Pequim, na China; Museu Nacional de Teatro, em Buenos Ayres, na Argentina. Todos esses museus primam por coleções de grandes autores, atores e espetáculos produzidos em seus países.

Viana (2010) relata, ainda, a existência de uma associação, a Sociedade Internacional de Bibliotecas e Museus de Artes Cênicas (SIBMAS), filiada ao Conselho Internacional de Museus (ICOM), fundada em 1954, que atua com o objetivo de fomentar a pesquisa, facilitar o intercâmbio sobre coleções de artes cênicas entre instituições internacionais e realizar congressos que gerem publicações para fortalecer o desenvolvimento do tratamento e formação de coleções. Segundo o autor, a SIBMAS tem participação importante na congregação de todos os museus e demais unidades de informação ligadas ao teatro.

Outra associação reconhecida no cenário mundial é a *Theatre Library Association* (TLA), fundada em 1937, que tem o objetivo de congregar e oferecer suporte para bibliotecas e arquivos de acervos teatrais e artes cênicas. Uma de suas principais iniciativas é a

publicação do periódico *Performing Arts Resources*, que fornece a seus associados informações sobre o tratamento e conservação de acervos teatrais (VIANA, 2010).

Segundo o autor, no Brasil, os primeiros registros de atividade teatral são os fragmentos das obras de Padre José de Anchieta, datadas do século XVI. Viana (2010) destaca que o teatro ganhou visibilidade e importância somente com a vinda da família real portuguesa para as terras colonizadas em 1808, pois o crescimento urbano, gerado pela permanência da coroa, permitiu o surgimento das primeiras casas de ópera, onde se representavam diversos gêneros artísticos existentes à época. E, entre esses espetáculos, foram encenadas obras teatrais por companhias trazidas da Europa. Segundo o autor, nesse período, tem-se registro em desenho de figurinos usados nas encenações das casas de ópera e dos primeiros textos dramáticos da literatura nacional.

Porém, somente no final do século XX, o desenvolvimento de coleções da memória teatral começou a surgir, resgate este feito por instituições como museus e colecionadores particulares, que tiveram condições de conservar acervos importantes das mais variadas formas de registro do teatro e das artes. Em São Paulo, por exemplo, há o Museu Lasar Segall, criado em 1967, que, em 1973, funda a Biblioteca Jenny Kablin Segall em homenagem à esposa de Lasar Segall (artista plástico), idealizadora do museu, tradutora e colecionadora de textos dramáticos, que é um dos acervos brasileiros mais ricos, com mais de 530 mil itens. Por sua vez, o Theatro Municipal de São Paulo, primeiramente como um museu, criado em 1983, foi incorporado ao Centro de Documentação, recém-nomeado Arquivo Histórico do Theatro Municipal de São Paulo, que mantém exposições de figurinos e um arquivo de peças gráficas. Também na Universidade de São Paulo (USP), existe o “LIM CAC (já citado anteriormente), fundado em 1990, que exerce papel fundamental como centro de documentação de teatro no Estado, sendo responsável por projetos tais como a Bibliografia Crítica do Teatro Brasileiro e o Inventário da Cena Paulistana (ambos disponíveis na internet). Já no Rio de Janeiro, tem-se o Centro de Documentação e Informação da Funarte (Cedoc/Funarte), fundado em 1991, após o Governo fundir os acervos de três instituições voltadas às artes cênicas que foram fechadas (Fundação Nacional de Arte/Funarte, a Fundação Nacional de Artes Cênicas/Fundacen e a Fundação do Cinema Brasileiro/FCB).

Nos anos 2000 observa-se o desenvolvimento de outros centros, em São Paulo, onde se cria o Centro de Documentação e Memória (CDM) do Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (TUCA - PUC-SP), que tem um acervo bastante interessante, voltado principalmente para o movimento teatral paulistano à época da Ditadura Militar. Esse teatro passou por alguns incêndios e, graças aos esforços de reformas, o prédio

ainda é ativo e modernizado. E ainda há, em Ribeirão Preto/SP, o Centro de Documentação e Memória (CEDOM), do Teatro Pedro II, fundado em 2007; no Rio de Janeiro, o Centro de Documentação do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que é um teatro antigo, datado do início do século XX, teve a sistematização de seu acervo possível após os investimentos e reformas iniciados em 2008. Em Minas Gerais, há, como já mencionadas, iniciativas como o Museu do Giramundo (grupo especializado em teatro de bonecos), fundado em 2001 e o Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT) do Galpão Cine Horto e do Grupo Galpão, criado em 2005, que é objeto de estudo deste trabalho.

Pelo país, ainda se encontra uma diversidade de iniciativas que se somam a essas outras já citadas na reconstituição da memória teatral, algumas mais recentes e outras mais tradicionais, tais como, no Rio de Janeiro, o Museu dos Teatros, fundado em 1942. Alguns espaços, mesmo sem acesso a financiamentos ou patrocínios, e com pouca divulgação, mantiveram as suas atividades, pelo menos durante algum tempo, e possuem acervos relevantes, tais como o Instituto Gianni Ratto, cenógrafo italiano estabelecido em São Paulo, e o Acervo do Dulcina de Moraes – Fundação Brasileira de Teatro, que retrata essa importante artista, mulher de teatro, que residia em Brasília.

A internet também se tornou um campo prolífico para acervos que não possuem espaços físicos para acesso público, pois diversos repositórios surgiram ou se consolidaram na década de 2010, de entre as quais se podem citar o Acervo Digital Chiquinha Gonzaga, responsável pela obra dessa importante artista, musicista carioca, que foi autora de obras de diversos gêneros musicais e peças para o palco; a Biblioteca Digital de Peças Teatrais, base de dados que contém o banco de textos de Sandro Polloni, que está sob responsabilidade da Universidade Federal de Uberlândia (MG); a Enciclopédia Itaú Cultural; o site oficial de Plínio Marcos, com obra completa de dramaturgia; o *Tramas do Café com Leite*, *blog* de autoria do pesquisador Fausto Viana sobre trajes de época, incluindo os trajes de cena; o repositório dos livros da Coleção Aplauso, lançado pela Imprensa Oficial de São Paulo; o acervo digital do Instituto Augusto Boal; o banco de dados Todo Teatro Carioca, que reúne acervo de informações do teatro no Rio de Janeiro do século XVIII até os dias atuais; e o *site Foco in Cena*, do fotógrafo mineiro Guto Muniz, de Belo Horizonte.

Independente do foco de cada uma das instituições ou projetos citados, o objetivo foi somente exemplificar a diversidade de propostas que podem surgir por meio das coleções e acervos de arte e, em específico, do teatro. Muitos outros espaços, como universidades, arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação e memória, casas de cultura, centros

culturais, sedes de grupos, entre outros, possuem artefatos ou pequenas coleções, mesmo que tímidas, da memória teatral local, cada um com sua motivação e sua proposta.

O Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT), que será apresentado na próxima seção, já que a proposta deste estudo se norteou pelas necessidades desse centro, teve experiências com grupos do interior de Minas Gerais, por meio do projeto “Memória em Circulação”, que não possui setores de memória tão elaborados para suas coleções, mas, mesmo que minimamente, exerce algum tipo de tratamento e aplica políticas de indexação ao material, ainda que sem algum tipo de orientação e/ou profissional especializado trabalhando no acervo.

2.4.1 O Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT)

O Grupo Galpão teve início, em 1982, como um grupo de teatro de rua e hoje é um dos maiores e mais famosos do país, há 40 anos em Belo Horizonte. Em 1998, criou o Galpão Cine Horto (GCH) e, mais tarde, em 2005, fundou o CPMT, com a finalidade principal de preservar sua memória e difundir os processos de teatro do grupo.

Muitos fatores contribuíram para que o CPMT viesse a ser fundado no ano de 2005, sob coordenação de Luciene Borges Ramos. O Grupo Galpão, desde o início, já vinha pavimentando sua história, preocupando-se com o registro e documentação de sua trajetória. Mesmo que de forma amadora e contando com ajuda de amigos, os espetáculos eram sempre registrados em foto e vídeo, desde a década de 1980. E também há os registros, conhecidos como “os caderninhos da Wanda”, que são diários, onde a atriz Wanda Fernandes anotava informações sobre processos de criação, oficinas, reuniões e toda a cronologia de espetáculos, levantando estimativa de público, dinheiro arrecadado com ingressos ou com a passagem do chapéu (prática comum ao teatro de rua), assim como as ocorrências e intempéries durante as apresentações, tais como cenas invadidas por bêbados e cachorros, por exemplo. Com esses cadernos, pôde-se remontar todo um calendário, com datas, horários e locais onde o Galpão se apresentou durante os doze primeiros anos do grupo, de modo ricamente descrito, pois até as estreias de novos integrantes era relatada de maneira que todos pudessem rememorar aquele momento.

Ramos e Coletta (2015) descrevem bem o nascimento do grupo:

Criado na década de 1980, época em que mudanças tecnológicas e o advento da Sociedade da Informação colocava na ordem do dia palavras como informação, registro e preservação, desde seu primeiro espetáculo o Grupo Galpão preocupou-se em registrar suas atividades e constituir uma trajetória duradoura e consistente. Os primeiros registros, feitos de forma amadora

pela atriz Wanda Fernandes em caderninhos de notas adornados com muito esmero e afeto, armazenavam dados de cada apresentação: data, horário, local, número de espectadores, quantia arrecadada com o cachê ou ao “passar o chapéu”, condições climáticas, curiosidades, presenças ilustres e fatos inusitados (RAMOS; COLETTA, 2015, p. 147).

O ano de 1998 foi um marco para o Grupo Galpão no quesito memória, ano das comemorações dos 15 anos do grupo, mesmo ano que em fundaram o centro cultural Galpão Cine Horto, e o fizeram de modo performático, na forma de um baile de debutantes e com os atores dançando valsa com trajes de gala e pernas de pau. No âmbito administrativo, foi o período em que o grupo escolheu (e precisava) repensar sua trajetória, rever seus conceitos e aprimorar suas práticas de trabalho que, com o centro cultural, haviam crescido de forma rápida e desordenada. Necessitando de um novo modelo organizacional, o Galpão buscou o auxílio de uma consultoria especializada, que fez diagnósticos precisos sobre os conflitos e dilemas do grupo e elencou ações para alcançar novos objetivos. Dessa maneira, foi elaborado o primeiro organograma do Grupo Galpão e, nele, havia uma função agregada à Coordenadoria de Produção que era o Núcleo de Registro Histórico e Acervo. Foi com a organização e com os primeiros passos dados por esse setor que Luciene Borges Ramos, em 2005, conseguiu dar vazão a uma ideia que o grupo tinha de montar um centro de referência e memória das artes cênicas.

Luciene Borges foi uma das gratas surpresas trazidas pelos ventos do Oficínio. Atriz da primeira edição, em 1998, foi se deixando ficar após o encerramento do espetáculo Noite de Reis, Formou-se em Comunicação Social e especializou-se em Arte Contemporânea, mas desde sempre esteve interessada na organização e na preservação da memória do Galpão e do Galpão Cine Horto (PELÚCIO; AVELAR; 2014, p. 169).

Os autores ainda relatam como Luciene iniciou as atividades do CPMT, juntamente com Laura Bastos, que era coordenadora do centro cultural nessa época, buscando reunir a “extensa documentação até então dispersa nos arquivos do Grupo e do Galpão Cine Horto, jogada em caixas sem qualquer sistematização ou ainda simplesmente espalhada pelas casas dos atores” (PELÚCIO; AVELAR; 2014, p. 169). Foi com foco na reunião desse material e na preocupação com os riscos de deterioração desse acervo, que se apressaram em estabelecer um espaço para o tratamento, organização e disseminação dos documentos encontrados.

A iminência da criação do CPMT também se deve aos esforços de outros atores do Galpão, que, assim como Wanda Fernandes, deram muita importância e colaboraram ativamente para que a memória do grupo fosse ricamente registrada, um deles é Eduardo Moreira, que, após a aquisição da sede na rua Pitangui, providenciou armários para instalar

uma biblioteca e um arquivo de memória; mais tarde Beto Franco se engajou plenamente no desafio da construção de um centro de documentação, e Chico Pelúcio, nos últimos anos, trabalhando arduamente na manutenção dos trabalhos.

Inicialmente pensado para ser o “Centro de Referência das Artes Cênicas do Galpão Cine Horto”, no segundo semestre do ano de 2005, foi inaugurado o Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT), instalado no segundo andar do Galpão Cine Horto, abrigando uma biblioteca e uma videoteca em seu espaço.

Durante o período de implantação, o foco das atividades foi a organização do acervo documental já existente e a reunião de documentos relativos aos projetos realizados. Também se trabalhou na profissionalização dos serviços e na organização e ampliação de uma biblioteca especializada em teatro. O CPMT foi inaugurado com um acervo de 500 títulos na biblioteca e cerca de 1500 documentos textuais, hemerográficos, iconográficos e audiovisuais em processo contínuo de tratamento, que inclui levantamento, inventário, seleção, digitalização, indexação e catalogação em base de dados. Do ponto de vista da conservação, foram tomadas medidas para controle de temperatura e umidade, modernização dos equipamentos e estabelecimento de uma política de acesso ao acervo (RAMOS; COLETTA, 2015, p. 148).

A partir desse momento, o CPMT, em constante evolução de suas atividades, teve um papel relevante na organização documental do Galpão e do centro cultural. Buscando parcerias em universidades e com colaboradores, esboçaram-se os primeiros projetos. Com o espaço inaugurado e o início do atendimento ao público, formado por iniciantes em teatro e pesquisadores especializados, investigando fontes sobre a memória do Galpão, uma base de dados se fez necessária para dar acesso ao acervo. Depois de uma experiência não muito eficiente com um *software* livre, no segundo ano, o sistema foi substituído pelo PHL, que realiza a gestão eletrônica de dados e permite a consulta *online*. O novo sistema já passou por algumas atualizações, o que permitiu ampliar as possibilidades de pesquisa e acesso ao acervo, já que disponibiliza arquivos digitais em sua plataforma. Visitas guiadas foram instituídas como ação educativa para alunos e visitantes externos.

Luciene Ramos (2014, p.183) já recomendava que o espaço, desde a inauguração do CPMT, se mantivesse “com frequentes ajustes, melhorias técnicas e investimentos em infraestrutura”, o que levou o CPMT a rever constantemente seu espaço, bastante limitado, mas que, ainda assim, conseguiu aumentar consideravelmente seu acervo bibliográfico. Com muitas parcerias, doações e aquisições, a biblioteca possui um dos mais completos e atualizados acervos especializados em teatro de Minas Gerais.

O ano de 2006 foi efervescente para as atividades do CPMT, pois muitos dos projetos que formam a base das atividades começaram a surgir, sendo um deles a criação do selo editorial, Edições CPMT, que assumiu a Subtexto: Revista de Teatro do Galpão Cine

Horto, uma revista especializada em teatro, que teve seus primeiros números publicados pelo Centro Cultural e, depois ficou sob responsabilidade do CPMT. A revista é publicada de forma digital, podendo ser acessada *online*, hospedada no *site* da instituição. Além da revista, o selo editorial proporcionou a possibilidade de publicação de diversas coleções, dentre elas aquelas que contêm as obras dramáticas criadas em processo coletivo nos projetos “Oficinão” e “Pé na Rua” (os *Cadernos de Dramaturgia*), e também a publicação de livros teóricos de teatro e livros de memória como os *Diários de Montagem* do Grupo Galpão e o *Box de 15 anos* do Galpão Cine Horto.

Em 2007 firma-se parceria com a PUC Minas, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e o Curso de Ciência da Informação, para o desenvolvimento e implantação de um portal de artes cênicas, o *Primeiro Sinal*⁸, *site* que o CPMT administra e tem conteúdo composto de exposições fotográficas, listas de *sites* e publicações digitais de teatro, artigos e vídeos de profissionais da área e a cartografia dos grupos de teatro do Brasil.

Nesse mesmo ano, o CPMT se filiou à Rede Memória das Instituições de Minas Gerais (REMIG), uma grande parceira do desenvolvimento e aprendizagem sobre a gestão e tratamento de acervos de documentação e memória, assim como da discussão do patrimônio cultural das instituições. Inclusive, o Galpão Cine Horto foi sede na realização do I e do III Seminários Memória das Instituições de Minas Gerais, nos anos de 2008 e 2016, respectivamente.

Como desdobramento de uma atividade realizada pelo Núcleo de Figurino do Galpão Cine Horto, em 2011, o CPMT teve aprovado um projeto, junto ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para realizar a manutenção e conservação de figurinos e adereços de espetáculos fora do repertório do Galpão, contemplando as peças *Romeu e Julieta*, *Partido* e *A Rua da Amargura*. Sob coordenação de Ana Luiza Santos, o projeto *Memória Feita à Mão* perdurou até 2014, tendo como parceira a UFMG. As atividades consistiam em um Ateliê Aberto de caráter pedagógico, onde o público observava o passo a passo do trabalho de tratamento do acervo, para posterior exposição dos figurinos na entrada do teatro Wanda Fernandes, no centro cultural.

Em 2012, como forma de ampliar o tratamento do recurso informacional para organizar, de modo mais especializado, o material gráfico do Grupo Galpão e do Galpão Cine Horto, foi proposta a criação de um centro de documentação, o CEDOC-CPMT, que, com um viés arquivístico, impulsionou as formas de classificação e armazenamento dessa coleção. Ela

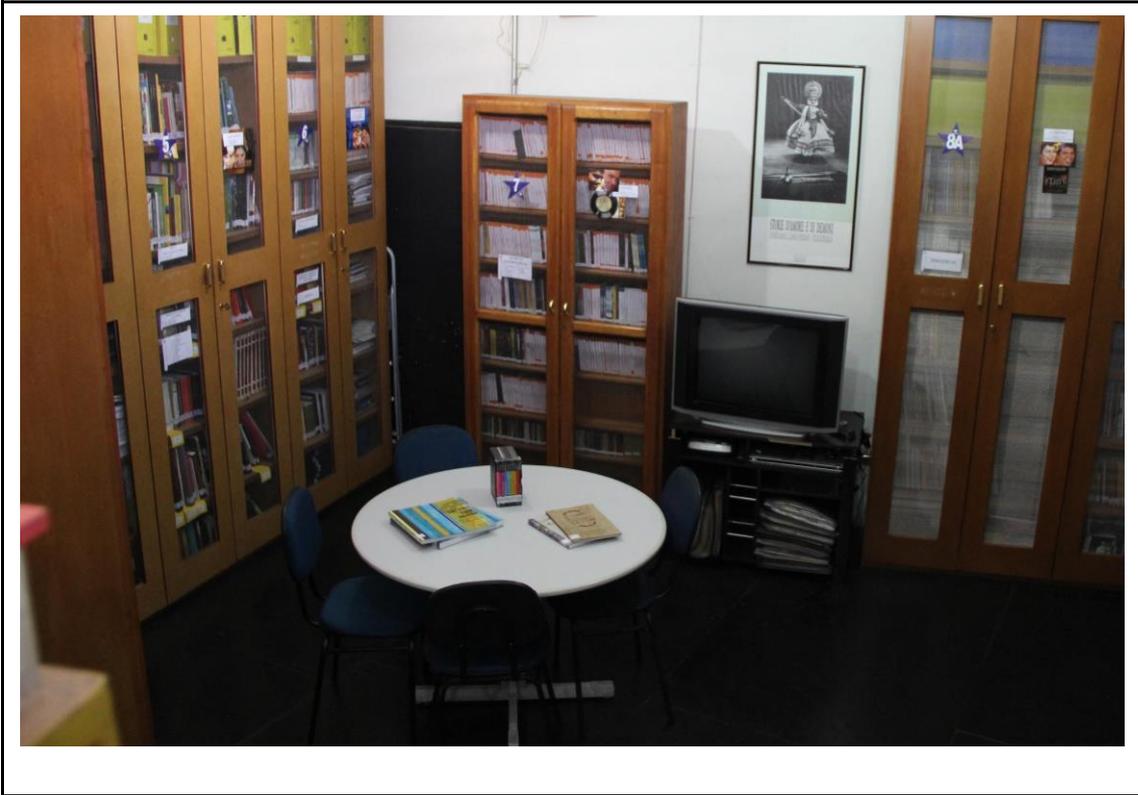
⁸ Disponível em: www.primeirosinal.com.br.

é constituída basicamente pelo material publicitário (entre panfletos, programas, cartazes e jornais), por objetos de cena e materiais de processos de criação, como diários e cadernos de anotação.

Com o crescimento de suas atividades, o CPMT, possui cada vez mais mão de obra especializada e colaboração de bolsistas dos Cursos Livres, assim como de voluntários na realização de trabalho de tratamento informacional. Essa força-tarefa contribuiu bastante para a manutenção e criação de novas atividades, dando início aos primeiros passos para fora do território belo-horizontino. Em 2016, conseguiu financiamento no edital do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e, em 2017, fez uma turnê com o “Memória em Circulação”, visitando cinco cidades: Teófilo Otoni, Uberlândia, Ipatinga, Divinópolis e Barbacena. Nesta oportunidade, houve atividades, tais como palestras e rodas de conversa, para que os diversos grupos expusessem suas práticas de registro e memória, insumos que foram utilizados, junto à experiência do CPMT, para reelaborar as metodologias de guarda e preservação do acervo.

Em 2022, com 17 anos de existência, os projetos do CPMT (Figura 1, espaço do CPMT) se encontram em estado de suspensão, com uma equipe reduzida a dois funcionários (um coordenador e um bibliotecário) que são a sustentação do espaço e enfrentam dificuldades devido às diminuições de aportes via editais de incentivo e patrocínios. Uma saída encontrada é voltar à pesquisa, replanejar e esperar o momento para crescer novamente, tendo em vista reavaliar e ponderar sobre os pontos de desenvolvimento no âmbito das políticas de indexação, buscando estabelecer o CPMT como uma das referências no trabalho de organização e preservação de acervos teatrais em nosso País.

FIGURA 1 – Espaço do CPMT



Fonte: Daniel Bandeira - Acervo CPMT (2017).

3 METODOLOGIA

A pesquisa lida com conhecimento científico, que, de acordo com Trujillo (1974), é caracterizado por ser real (factual), contingente, sistemático, verificável, falível e aproximadamente exato. Com vistas a isso, este Capítulo visa a apresentar a metodologia utilizada, a caracterização da pesquisa, o método empregado e os procedimentos usados para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O método científico “é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 83). De acordo com as autoras, os métodos se apresentam em duas vertentes que podem ser entendidas da seguinte maneira: 1) o método de abordagem, que pode ser indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e dialético; e 2) o método de procedimento, que pode ser histórico, comparativo, monográfico, estatístico, tipológico, funcionalista e estruturalista. Para esta pesquisa, o método **de abordagem dedutivo e o método de procedimento monográfico** caracterizam melhor a proposta de análise, por partir das teorias e normas que conceituam e configuram as políticas de indexação por meio da **revisão integrativa da literatura** e encontrar suas particularidades nos procedimentos de gestão de centros de memória do teatro.

Optou-se por uma **abordagem qualitativa**, que, para Creswell (2010), se diferencia de um estudo quantitativo por empregar estratégias de investigação com a análise e interpretação de dados baseadas em textos e imagens. Ainda sob o olhar do autor, para a pesquisa qualitativa, alguns fatores devem-se considerar para uma análise mais criteriosa e completa do problema apontado neste trabalho, entre esses fatores podemos encontrar: 1) presença no ambiente natural da pesquisa; 2) o próprio pesquisador como instrumento fundamental do estudo; 3) conhecimento da multiplicidade de fontes de dados; 4) análise de dados indutiva; 5) foco no significado do problema; 6) atenção às emergências do projeto; 7) identificação teórica dos conceitos; 8) interpretação; e 9) múltiplas perspectivas.

Por usar como método a **revisão integrativa** da literatura e a **revisão narrativa** da literatura, esta pesquisa se caracteriza também como **exploratória** e **descritiva**. Gil (2017, p. 26) destaca que “as pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”,

justamente o foco deste estudo, uma vez que envolve o levantamento bibliográfico e a análise da literatura recuperada e selecionada. Por sua vez, segundo o autor, as investigações exploratórias têm também natureza descritiva, uma vez que observam o fenômeno em estudo a partir de dadas necessidades, no intuito de descrever e registrar os elementos relevantes, as características de determinado fenômeno e as inferências sobre os dados coletados (GIL, 2017).

3.2 INSUMOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são apresentados os insumos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos estabelecidos neste estudo. Em um primeiro momento, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, que é uma abordagem sistematizada de busca e recuperação de documentos para responder a uma questão bem delineada. Tendo em vista que os resultados encontrados foram considerados insuficientes para responder à questão proposta, foi empregada também uma revisão narrativa da literatura, ponderando que o conhecimento prévio do pesquisador (autor deste projeto) poderia contribuir efetivamente para a inclusão de material relevante à proposta deste estudo.

3.2.1 Revisão integrativa da literatura

Na revisão integrativa da literatura, o sentido do “termo integrativa tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias provenientes das pesquisas utilizadas no método” (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011, p. 127). Assim, a revisão integrativa da literatura apresenta uma visão interpretativa dos elementos encontrados nos resultados, seja usando uma abordagem quantitativa ou qualitativa, uma vez que o foco está nas análises realizadas pelo pesquisador. Segundo Pompeo (2009, p. 435), “este método tem como principal finalidade reunir e sintetizar os estudos realizados sobre um determinado assunto, construindo uma conclusão, a partir dos resultados evidenciados em cada estudo, mas que investiguem problemas idênticos ou similares”. Nessa perspectiva, o conhecimento do pesquisador sobre a questão de busca é muito relevante para que as conclusões proporcionadas pelo estudo alcancem a qualidade desejada.

Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 133) recomendam que o método da revisão integrativa seja também “incorporado às pesquisas realizadas em outras áreas do saber, além das áreas da saúde e educação”, uma vez que ele permite sistematizar o que se sabe sobre determinada temática, aproximando o pesquisador da situação problemática estudada.

Souza, Silva e Carvalho (2010, p. 103) destacam que a revisão integrativa da literatura

Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas [de diversas naturezas]. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p.103).

Nesse sentido, delinear bem a questão a ser investigada deve ser a primeira preocupação do pesquisador, antes de passar para a busca bibliográfica, avaliação e análise dos dados e finalizar com a apresentação dos resultados. Essa noção é confirmada por Whitemore e Knafl (2005), quando afirmam que

O estágio inicial de qualquer método de revisão é uma identificação clara do problema que a revisão está tratando e do objetivo da revisão. Posteriormente, são determinadas as variáveis de interesse (isto é, conceitos, população alvo, problema de saúde) e o quadro de amostragem apropriado (isto é, tipo de estudos empíricos, inclusão de literatura teórica). Ter um propósito de revisão bem especificado e variáveis de interesse facilitará todas as outras etapas da revisão, particularmente a capacidade de diferenciar entre informações pertinentes e não pertinentes na etapa de extração de dados. [...] Qualquer revisão integrativa pode abranger um número infinito de variáveis, questões ou populações; portanto, a clareza do propósito da revisão é importante. Um propósito de pesquisa bem especificado em uma revisão integrativa facilitará a capacidade de operacionalizar com precisão as variáveis e, assim, extrair dados apropriados (...). Em qualquer caso, um problema claramente identificado e o propósito da revisão são essenciais para fornecer foco e limites para o processo de revisão integrativa da literatura (WHITTEMORE; KNAFL, 2005, p. 548).

Assim, percebe-se que a questão a ser respondida pela revisão integrativa da literatura deve estar explícita e bastante clara para o pesquisador, orientando toda a sua busca por informações relevantes.

3.2.2 Revisão narrativa da literatura

A revisão narrativa da literatura é também conhecida como revisão tradicional da literatura, consistindo no exame da bibliografia publicada sobre um dado tema da pesquisa científica (RUIZ, 1992). Segundo Rother (2007), neste tipo de revisão, a seleção dos estudos é feita de forma arbitrária, estando sujeita à subjetividade do pesquisador, uma vez que não usa estratégias de busca sistematizadas e exaustivas.

Green, Johnson e Adams (2006) afirmam que a revisão narrativa da literatura é adequada a questões abertas de pesquisa, que, assim, não se adaptam a um método sistemático de elaboração e apresentação dos resultados. Para eles, não há a intenção de uma busca

exaustiva em diferentes fontes, com um protocolo fechado, mas partir da *expertise* do pesquisador, pois devem ser utilizadas por especialistas de determinada área, em temas específicos. Os autores ainda acrescentam que este tipo de revisão relata as descobertas em um formato condensado, podendo trazer uma interpretação crítica de cada estudo incluído na amostra.

Os autores também destacam que a execução da revisão se inicia com uma etapa de preparação, que requer uma exploração inicial da bibliografia já publicada sobre o tema de interesse, com vistas a refinar o tópico e o objetivo a ser alcançado, evitando-se a possibilidade de sobreposição de pesquisas.

Uma revisão narrativa da literatura pode ter diferentes abordagens, e as etapas básicas, adaptadas de Ferrari (2015), são as seguintes: a) preparação: definição do objetivo e escopo; b) busca bibliográfica: estabelecer a estratégia de busca (bases de dados, palavras-chave etc.), determinar critérios de inclusão e exclusão (tipos de estudos, idiomas, períodos de tempo etc.), explorar a bibliografia já publicada; c) coleta e seleção: analisar os estudos selecionados, listar as referências selecionadas; d) interpretação e resumo: analisar os achados e resumir em relação à questão da revisão. Ferrari (2015) afirma que, mesmo não sendo uma revisão considerada sistemática, ela deve ser desenvolvida a partir de critérios de inclusão e exclusão, com vistas a minimizar a subjetividade das escolhas feitas pelo pesquisador.

3.2.3 Método para análise do material coletado

No que diz respeito à análise dos documentos recuperados, seguiu-se a modalidade de análise proposta por Gil (2002), que permite uma análise aprofundada dos dados, cujos passos descrevem-se no Quadro 4.

QUADRO 4 - Método para a análise do material coletado

Passos	Descrição
A) Leitura exploratória	Visão geral da obra para verificar se o estudo responde à questão de pesquisa, buscando diretrizes para políticas de indexação de recursos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, a partir da análise do título, resumo e palavras-chave.
B) Leitura seletiva	Análise mais aprofundada do conteúdo dos estudos selecionados na leitura exploratória para a determinação dos estudos que efetivamente vão responder à questão de pesquisa, não sendo uma seleção definitiva, podendo ser necessário voltar para uma nova análise.
C) Leitura analítica	Análise crítica para a ordenação e organização (categorização dos dados coletados), com a sumarização (síntese) das informações (ideias-chave) que interessam e responderão à questão de pesquisa, de maneira bastante objetiva, imparcial e aprofundada, com a leitura integral da obra.

Passos	Descrição
D) Leitura interpretativa	Dar significado mais amplo aos resultados obtidos até este ponto da análise, relacionando os dados coletados a outros conhecimentos prévios do pesquisador e aos novos conhecimentos obtidos com o estudo do material selecionado.

Fonte: Gil (2002).

Segundo o autor, esses passos para a análise do material nem sempre são realizados de modo linear, podendo-se voltar aos textos até que se esgotem as dúvidas acerca da inclusão e exclusão de um dado documento.

Neste estudo, os passos das alíneas A, B e C foram aplicados às Etapas 4, 5 e 6, das revisões integrativa e narrativa, e o passo descrito na alínea D foi utilizado na Etapa 8.

3.3 PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA PESQUISA

Este estudo faz a análise da literatura e busca responder aos objetivos propostos nesta pesquisa. Para tanto, os procedimentos metodológicos se estabeleceram a partir de uma revisão integrativa de literatura, adaptada de Botelho, Cunha e Macedo (2011); e de uma revisão narrativa da literatura, adaptada de Ferrari (2015); a análise do material seguiu o modelo de análise proposto por Gil (2002). Os procedimentos utilizados englobam oito etapas: 1) preparação com a identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave; 4) revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 5) revisão narrativa: identificação e seleção de estudos; 6) categorização dos estudos selecionados; 7) mapeamento de requisitos para a elaboração de políticas de indexação, obtidos a partir das atividades que são realizadas no CPMT; e 8) interpretação dos resultados; descritas a seguir.

Etapa 1: Preparação: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

Esta etapa tem como finalidade nortear a construção da revisão integrativa, com a determinação da situação problemática a ser investigada e a formulação de uma questão que deve ser respondida pela revisão, que deve ser clara e objetiva.

Etapa 2: Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão

Nesta etapa, determinam-se os critérios de inclusão e exclusão que irão nortear a seleção dos estudos a serem incluídos na revisão, que devem estar alinhados à amplitude da questão a ser respondida pela revisão. Os critérios de inclusão e exclusão podem ser

reorganizados à medida que o processo de busca se desenvolve, uma vez que a revisão integrativa da literatura não é um método linear.

Etapa 3: Revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave

Nesta etapa, devem ser definidas as fontes de informação para a coleta de dados e as palavras-chave que serão utilizadas na estratégia de busca.

Etapa 4: Revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Nesta etapa, inicia-se a análise pela leitura dos títulos, resumos e palavras-chave dos documentos recuperados, verificando a adequação deles aos critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, investiga-se o texto completo para uma análise mais profunda, compilando as referências dos estudos selecionados para a revisão integrativa. Nesta etapa, aplicam-se os passos das alíneas A, B e C do modelo de análise de Gil (2002), descritos no Quadro 4 (seção 3.2.3).

Etapa 5: Revisão narrativa: identificação e seleção de estudos

Nesta etapa, investigam-se novos estudos não recuperados na busca sistemática, que possam preencher as possíveis lacunas observadas pela análise dos documentos recuperados na revisão narrativa. Devido à dispersão terminológica, quando se buscam dados de áreas distintas, como é o caso deste estudo (que engloba dados advindos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia), o conhecimento do pesquisador se torna essencial para responder à questão de pesquisa. Assim, nesta etapa, verificam-se os estudos citados nas referências dos documentos recuperados com a revisão integrativa da literatura, além da investigação de outros documentos que são do conhecimento do pesquisador. Destaca-se que esta etapa é orientada pelo tema e questão de pesquisa (Etapa 1) e pelos critérios de inclusão e exclusão (Etapa 2). Nesta etapa também se aplicam os passos das alíneas A, B e C do modelo de análise de Gil (2002), descritos no Quadro 4 (seção 3.2.3), compilando-se as referências dos estudos selecionados para a revisão narrativa.

Etapa 6: Categorização dos estudos selecionados

Nesta etapa, deve-se elaborar uma tabela ou matriz de análise para sintetizar as informações pertinentes extraídas dos documentos selecionados, com vistas a manter o foco na questão investigada, permitindo ao pesquisador ter um panorama geral dos dados,

facilitando a atividade de análise interpretativa. É importante que a matriz também possibilite analisar os documentos individualmente, preservando as suas especificidades, para uma análise comparativa, caso se faça necessária. Para organizar os dados coletados e orientar as análises, nesta etapa, é preciso também criar categorias analíticas que orientem a ordenação dos resultados. Nesta etapa também se aplicam os passos das alíneas A, B e C do modelo de análise de Gil (2002), descritos no Quadro 4 (Seção 3.2.3).

Etapa 7: Mapeamento de diretrizes a partir das atividades realizadas no CPMT

Nesta etapa, deve-se fazer um levantamento das atividades que são realizadas no CPMT, sejam elas relativas a questões administrativas; de catalogação (descrição física: título principal, indicação de edição, detalhes específicos do material, primeiro editor, data de publicação etc.); de indexação (descritores de assuntos; palavras-chave) e de classificação (notação); de instrumentos de apoio (sistemas de classificação, AACR2, vocabulário controlado etc.); de manutenção e de preservação do acervo, que dizem respeito aos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos.

Etapa 8: Interpretação dos resultados

Nesta etapa, realiza-se a interpretação dos dados coletados, trazendo elementos empíricos e teóricos, evidenciando possíveis lacunas de conhecimento e percursos que podem ser empregados no futuro. Nesta etapa se aplica o passo da alínea D do modelo de análise de Gil (2002), descrito no Quadro 4 (Seção 3.2.3).

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste capítulo são apresentados os resultados da aplicação das oito etapas dos procedimentos (Seção 3.3), a saber: 1) Preparação: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa, 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, 3) Revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave, 4) Revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados, 5) Revisão narrativa: identificação e seleção de estudos, 6) Categorização dos estudos selecionados, 7) Mapeamento de diretrizes a partir das atividades realizadas no CPMT e 8) Interpretação dos resultados, descritas a seguir.

4.1 RESULTADOS ETAPA 1

Nesta etapa, foram definidos os seguintes pontos: a) determinação da situação problemática, que dá origem ao tema e b) formulação da questão a ser respondida pela revisão.

A **situação problemática (a)** se refere ao pressuposto de que a literatura sobre as políticas de indexação de recursos informacionais de biblioteca está bem definida na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, podendo ser levada para o âmbito dos Centros de Memória do Teatro. Porém, as políticas de indexação para recursos informacionais das áreas de Arquivologia e Museologia não parecem ainda bem delineadas na literatura.

Com base nisso, definiu-se a **questão de pesquisa (b)** para esta revisão, como *quais diretrizes devem ser consideradas para uma política de indexação para centros de documentação e memória do teatro, uma vez que englobam recursos de arquivo, de biblioteca e de museu?*

4.2 RESULTADOS ETAPA 2

Para orientar a seleção dos documentos a serem analisados na revisão integrativa da literatura, foram definidos os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

- a) idioma: inglês e português;
- b) período: sem restrição;
- c) tipo de documentos: sem restrição, com foco em livros, artigos, teses e dissertações;
- d) documentos disponíveis em texto completo;

- e) tratar o tema da política de indexação, trazendo como insumos as diretrizes necessárias à sua elaboração;
- f) descarte dos documentos duplicados;
- g) descarte de documentos que tratam políticas para o funcionamento de bibliotecas e/ou centros de memória, sem tratar as políticas de indexação.

4.3 RESULTADOS ETAPA 3

Nesta etapa foram definidos os seguintes pontos: a) definição das palavras-chave para a estratégia de busca e b) fontes de informação para a coleta de dados.

Para a estratégia de busca, que é a técnica utilizada para orientar a recuperação de informações em fontes de dados, houve a **definição das palavras-chave (a)**, no singular e plural, nos idiomas português e inglês, a saber: manual de procedimentos, guia de procedimentos, política de indexação, centro de memória, arquivo, biblioteca, museu e teatro. As palavras-chave foram combinadas de diferentes maneiras, também adaptando as *strings* às distintas bases de dados, conforme a necessidade, com vistas a recuperar o maior número de documentos disponíveis nelas.

Como **fontes de informação para a coleta de dados (b)** foram selecionadas as seguintes bases para a coleta de dados: *Web of Science*, *Scopus*, *Scielo*, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e *Library and Information Science Abstracts* (LISA). As bases foram selecionadas a partir dos seguintes critérios: relevância, abrangência, recuperar publicação em português e inglês. Levou-se em consideração o uso da base do *Google Acadêmico*, porém, o número de documentos inicialmente recuperado foi muito elevado (55.600 resultados) e, depois de aplicados diferentes filtros para a restrição desse resultado, ainda permaneceu muito grande (entre 20 e 10 mil itens), impossibilitando a análise intelectual neste estudo.

Destacam-se algumas características das bases consultadas:

- A base *Web of Science* permite maior precisão e especificidade nas buscas, permitindo resultados mais refinados e facilitando encontrar materiais em sua base.
- A base *Scopus* permite buscas com descritores em inglês e em português, sendo que em português é feita a tradução automática na hora da busca e os resultados são apresentados juntamente aos termos escolhidos. Com o conjunto de

descritores escolhidos, poucos resultados foram encontrados; em pesquisas com junções menores, a base se tornou mais eficiente.

- A busca na base *Scielo* aconteceu por junções de descritores mais simplificadas, formações complexas e não retornou qualquer resultado.

- A base do IBICT aceita buscas mais complexas, mas os resultados, em sua maioria, apresentaram alta revocação, ou seja, um número elevado de materiais. Sua interface e paginação são limitadas.

- A base LISA permite a busca tanto com descritores em português quanto em inglês. Porém o refinamento foi extremamente maior com os descritores em português, trazendo resultados mais precisos.

4.4 RESULTADOS ETAPA 4

A análise dos documentos recuperados foi iniciada pelos títulos, resumos e palavras-chave, quando houve uma pré-seleção. Em um segundo momento, buscaram-se os textos completos, quando houve uma análise mais aprofundada e foram selecionados aqueles que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão para a revisão integrativa. Esta análise foi realizada a partir da aplicação dos passos das alíneas A, B e C, descritos no Quadro 4, do método de análise proposto por Gil (2002).

O Quadro 5 mostra o detalhamento dos resultados em cada uma das bases de dados.

QUADRO 5 - Síntese dos documentos recuperados, por base consultada

Base de dados	Documentos recuperados	Documentos selecionados
<i>Web of Science</i>	52	4
<i>Scopus</i>	36	2
<i>Scielo</i>	248	11
BDTD Ibict	517	3
LISA	80	7
TOTAL	933	27

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nesta primeira rodada de análise, foram mantidos 27 documentos como amostra inicial, conforme discriminado no Apêndice A.

Uma leitura mais aprofundada dos 27 documentos revelou que apenas 11 documentos traziam diretrizes para políticas de indexação, especificamente; e que os outros 16 documentos tratavam questões teórico-conceituais ou revisões sobre elas. Dessa maneira, a amostra final da revisão integrativa da literatura foi composta por **11 documentos**, conforme discriminado no Apêndice B.

4.5 RESULTADOS ETAPA 5

Esta análise foi realizada a partir da aplicação dos passos das alíneas A, B e C, descritos no Quadro 4, do método de análise proposto por Gil (2002).

Ao final, a análise dos textos completos permitiu incluir, na amostra, alguns documentos que não haviam sido recuperados, mas que compunham a bibliografia dos estudos selecionados e/ou eram do conhecimento do pesquisador. Foram identificados e incluídos três documentos nesta revisão, conforme discriminado no Apêndice C.

4.6 RESULTADOS ETAPA 6

A categorização também foi realizada a partir da aplicação dos passos das alíneas A, B e C, descritos no Quadro 4, do método de análise proposto por Gil (2002).

A análise dos documentos da seleção inicial (Apêndice A) para a revisão integrativa, contendo 27 documentos, permitiu criar três categorias distintas: a) Bibliotecas e Centros de Memória, que tratava a literatura que descrevia diretrizes para bibliotecas, de diversos tipos, e centros de memória, muitas vezes citando um mesmo conjunto de autores, com 18 documentos agrupados, b) Arquivos e Museus, que tratava a literatura que descrevia diretrizes específicas para recursos arquivísticos e museológicos, com 8 documentos agrupados, e c) teatro, que tratava a literatura que descrevia diretrizes específicas para o teatro, com apenas 1 documento agrupado.

A análise dos documentos da seleção final (Apêndice B) para a revisão integrativa, contendo 11 documentos, seguindo as mesmas categorias iniciais, ficou do seguinte modo: a) Bibliotecas e Centros de Memória: 7 documentos agrupados, b) Arquivos e Museus: 3 documentos agrupados, e c) Teatro: 1 documento agrupado.

A análise dos documentos selecionados para a revisão narrativa, e também utilizando as mesmas categorias iniciais, ficou do seguinte modo: a) Bibliotecas e Centros de Memória: agrupou 1 documento, b) Arquivos e Museus: agrupou 1 documento, e c) teatro: 1 documento.

4.7 RESULTADOS ETAPA 7

O mapeamento das diretrizes foi feito de acordo com o levantamento e sequenciamento dos processos de indexação e catalogação realizados nas atividades do

CPMT, correlacionando-os aos elementos levantados na literatura sobre políticas de indexação, principalmente os descritos por Rubi (2012), que foram expostos no Quadro 1.

Os procedimentos foram realizados na seguinte sequência: 1) elencar os elementos das políticas de indexação; 2) avaliar cada tipo de tratamento aplicado às coleções bibliográficas, arquivísticas e museológicas; 3) identificar as especificidades de cada material em relação aos elementos das políticas de indexação; 4) elencar elementos próprios de cada coleção.

Essa etapa possibilitou perceber que, para acervos teatrais, existem especificidades derivadas dos próprios elementos de políticas de indexação que definem com clareza as necessidades e propriedades com as quais deve ser tratada cada parte do acervo.

Foram elencadas as seguintes diretrizes: 1) formulários e bases de dados para peças teatrais (textos dramáticos), figurinos e adereços; 2) destaque para informações essenciais dentro do processo de indexação e catalogação sobre peças teatrais (textos dramáticos), tais como descrição de personagem, rubricas, estrutura textual e resumo; 3) destaque para informações essenciais dentro do processo de indexação e catalogação dos figurinos, que prescindem de informações como caracterização do personagem (ator e função dentro da peça), dimensões do vestuário, descrição, histórico, estado de conservação e identificação do espetáculo e, por fim, das peças publicitárias, para as quais devem ser levantados dados tais como identificação da função, formato, material e dimensões.

4.8 RESULTADOS ETAPA 8

Nesta etapa, foi aplicado o passo da leitura interpretativa, conforme a proposta de Gil (2002), descrita na alínea D do Quadro 4, na Seção 3.2.3. Com isso, buscou-se dar um significado mais amplo aos resultados obtidos até este ponto da análise, quando foi possível interpretar os dados coletados a partir do estudo aprofundado da literatura analisada e, sobretudo, levando em consideração a experiência do pesquisador no CPMT, como bibliotecário responsável pelo tratamento de todos os recursos informacionais (arquivísticos, bibliográficos e museológicos) do centro.

Primeiramente, ficou evidenciado que as políticas de indexação incluem informações de diversos tipos, incluindo subsídios que dizem respeito à gestão da instituição, à representação descritiva, à representação temática, aos instrumentos de apoio às distintas atividades e também àqueles sobre a capacitação profissional da equipe.

Partindo dessa concepção, a interpretação dos dados levou à organização das diretrizes em dados referentes a requisitos e dados referentes a elementos para políticas de indexação. Os requisitos compreendem as exigências básicas e primárias para se criarem as condições necessárias ao propósito que é esperado no serviço de tratamento do recurso informacional. Eles são imprescindíveis ou iniludíveis (não admitem dúvida) para o seu desenvolvimento, envolvendo estabelecer as exigências a cumprir, recursos, objetivos, público ao qual eles se destinam e necessidades, para que sejam funcionais e confiáveis, assim como apresentem um bom desempenho. Já os elementos dizem respeito a cada uma das partes que compõe o todo das políticas de indexação. Eles descrevem cada um dos insumos, tendo em vista constituir o todo, e representam, pode-se dizer, os conceitos estruturantes das políticas de indexação. Os elementos são os pontos mais primitivos e simples, a partir dos quais as políticas de indexação se decompõem e podem ser concretizadas.

Considerando que o recurso informacional de um centro de documentação e memória teatral engloba acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, subdividiram-se os requisitos em: a) requisitos gerais, aplicáveis aos três tipos de acervo; e b) requisitos específicos para recurso informacional teatral, que são aqueles somente necessários para acervos peculiares ao teatro. Quanto aos elementos, eles foram subdivididos em: a) elementos gerais, que são aplicáveis aos três tipos de acervo; b) elementos arquivísticos específicos; c) elementos bibliográficos específicos; d) elementos museológicos específicos; e e) elementos específicos para recurso informacional teatral, que são aqueles somente necessários para acervos peculiares ao teatro. Ademais, também foram criadas outras duas novas categorias: a) instrumentos para formalizar as políticas de indexação em centros de documentação e memória teatral, para agruparem os de apoio às atividades; e b) capacitação para profissionais em centros de documentação e memória teatral, para agrupar as recomendações de qualificação contínua.

Ao final, os dados ficaram organizados nas seguintes categorias:

1) Requisitos:

- a. requisitos gerais;
- b. requisitos específicos para recurso informacional teatral.

2) Elementos:

- a. elementos gerais;
- b. elementos arquivísticos específicos;
- c. elementos bibliográficos específicos;

- d. elementos museológicos específicos;
- e. elementos específicos para recurso informacional teatral.

3) Instrumentos para formalizar as políticas de indexação em centros de documentação e memória teatral

4) Capacitação para profissionais em centros de documentação e memória teatral.

O Quadro 6 apresenta a compilação final elaborada nesta pesquisa.

QUADRO 6 - Compilação das Diretrizes para Centros de Documentação e Memória Teatral

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Requisitos		
Identificação da instituição	O tipo de atividade e o tipo de organização afetarão fundamentalmente os objetivos e as demandas pelo quais se justifica a criação de uma unidade de informação em uma instituição, afetando todo o processo da formação do acervo, assim como sua organização e tratamento.	Carneiro (1985); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Lousada <i>et al.</i> (2011)
Identificação do público	Quem são os usuários e quais dos seus interesses indicam possibilidades que vão afetar a aquisição dos itens da coleção, os sistemas e formatos de busca e recuperação da informação e permitir a criação de vocabulários específicos.	Carneiro (1985); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Lousada <i>et al.</i> (2011)
Recursos humanos, financeiros e materiais	As despesas com capital, operacionais e decorrentes da não prestação de serviços específicos de informação referem-se aos esforços humanos, aquisição de maquinário e valor agregado aos serviços prestados, ou mesmo à geração de conhecimento e informação por meio de pesquisa.	Carneiro (1985); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006); Fujita e Santos (2016); Lousada <i>et al.</i> (2011)
Elementos gerais		
Cobertura de assuntos	Bastante influenciada pelo estudo dos usuários de um sistema, a cobertura de assuntos pode ser planejada de forma a cobrir assuntos de forma centralizada e/ou periférica, sendo seu tratamento de forma mais profunda ou superficial, até agir de forma econômica, aproveitando produtos e dados de outros sistemas (índices, resumos, bibliografias e outros).	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Lousada <i>et al.</i> (2011)
Seleção e aquisição de documentos-fonte	A seleção e aquisição ocorrem por critérios muito diferenciados em unidades de informação em acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. As políticas de indexação podem influenciar esse processo por meio de uma bem-estruturada cobertura de assuntos, em que, avaliando-se a busca e o uso por parte dos usuários, se pode influenciar o julgamento e melhora na qualidade dos materiais ofertados.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Lousada <i>et al.</i> (2011)

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Processo de indexação: nível de exaustividade	É a extensão da identificação dos assuntos em um documento.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: nível de especificidade	É a determinação do quanto específico pode ser a abordagem de um assunto em um documento.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: escolha da linguagem	Processo de padronização da linguagem documentária nos campos de assuntos controlados, podendo, ou não, aderir a outras linguagens complementares.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006); Fujita, Lacruz e Diaz (2012); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: capacidade de revocação e precisão do sistema	Aspecto referente à recuperação da informação relacionada à exaustividade, revocação e precisão da indexação, afetando proporcionalmente a quantidade de itens recuperados em uma busca.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: estratégia de busca	Planejamento sobre as formas de busca que serão utilizadas pelos profissionais das unidades de informação e seus usuários, permitindo aos profissionais antecipar, prever e auxiliar os usuários quanto à melhor utilização dos sistemas.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: tempo de resposta do sistema	Tempo considerado para recebimento dos resultados de uma busca, variando devido às exigências de revocação e precisão da pesquisa praticadas pelo usuário.	Carneiro (1985); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: forma de saída dos resultados	A apresentação dos resultados da busca é dependente da formatação de organização de um sistema, deve ser operacionalizada para garantir que a informação recuperada tenha representatividade e relevância sobre a pesquisa e garanta uma melhor representação dos resultados.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Processo de indexação: avaliação do sistema	Compreende o entendimento da satisfação do usuário frente aos resultados de pesquisa.	Carneiro (1985); Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: capacidade de consulta a esmo (<i>browsing</i>)	Esse aspecto é referente à interface de busca e sua eficiência quanto à organização da informação apresentada e à intuitividade da utilização do sistema pelo usuário.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: consistência/uniformidade	Trata da relação conceitual dos assuntos buscando semelhanças entre linguagens documentárias visando um padrão para representação dos documentos.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Fujita, Rubi (2006); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: detalhamento dos procedimentos relacionados à leitura documentária	Orientações sobre como deve ser realizada a leitura de um documento, elencando suas partes primárias, a avaliação e a definição de dados relevantes à indexação ou descrição.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: síntese	Informação textual que descreve o conteúdo do documento ou objeto, com clareza e objetividade. No caso de um elemento bibliográfico, é a construção do texto documentário com os conceitos selecionados. No caso de objetos museológicos, é um resumo da descrição textual do objeto, apresentando as características que o identifiquem inequivocamente e sua função original. No caso de um item arquivístico, atenta-se a objetivar dados sobre conteúdo, procedência e conservação do documento.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); IBRAM Resolução nº 6; Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: adequação ao vocabulário do usuário (garantia de uso)	Expressa a habilidade do catalogador e indexador para adequar e determinar os assuntos ao vocabulário controlado, garantindo maior coerência frente ao usuário.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Anais I SPAT de 2012 (AZEVEDO, 2015); Fujita, Rubi (2006) Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: princípio da entrada específica	Informação sobre o termo que representa o conteúdo informativo do documento ou objeto, retirado, de preferência, de vocabulários controlados. Para objetos museológicos, esse elemento é denominado classificação (segundo tesouros para Acervos Museológicos).	Rubi, Fujita e Boccato (2012); Lousada <i>et al.</i> (2011).
Processo de indexação: princípio da estrutura sindética	Indicação das relações associativas, de equivalência e hierárquicas entre os termos.	Rubi, Fujita e Boccato (2012); Lousada <i>et al.</i> (2011).

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Processo de indexação: campos e subcampos do formato MARC	No caso de registros bibliográficos, o formato MARC refere-se a um padrão de metadados com campos propícios à indexação de assuntos controlados e livres. Existem sistemas de metadados específicos para materiais arquivísticos e museológicos que se utilizam do mesmo esquema do formato MARC, adaptando-o a cada realidade de catalogação e descrição documental.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012).
Processo de indexação: título	Informação atribuída pelo autor, curador ou pelo profissional da documentação.	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: autor	Informação sobre o nome das autorias do documento ou objeto (individual ou coletivo). No caso de item museológico, fazer a identificação de responsabilidade (todos os responsáveis pela obra, tais como: autor, ilustrador, entidade responsável, editor e outros).	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: local ou procedência	Informação sobre o local da editora da publicação, da procedência do documento e do local de produção (indicação geográfica do local onde o objeto foi confeccionado).	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: data	Informação sobre a data de produção ou publicação do documento ou objeto, ou período de confecção/produção/manufatura do objeto.	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: economia	É a opção por evitar a multiplicidade de cabeçalhos de assunto de um mesmo documento, optando por um assunto mais geral.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012).
Código de referência ou de registro do documento ou objeto	Código ou número para identificação individual do documento ou objeto do acervo.	IBRAM Resolução nº 6.
Outros números	Código ou número para identificação facultativa de informação tais como de números antigos e/ou números patrimoniais.	IBRAM Resolução nº 6.
Mídias relacionadas	Informação sobre inserção de arquivos de imagem, sons, vídeos e/ou textuais relacionados ao documento ou objeto.	IBRAM Resolução nº 6.
Tipologia documental	Informação sobre o tipo de material. No caso de item museológico, retirar o dado da Designação Geral do Material (DGM), isto é, da classe geral do material a que pertence o objeto (mapa, livro, periódico e outros).	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Elementos arquivísticos específicos		
Material e técnica	Informação sobre os materiais e a técnica empregada na documentação, tais como fotografias e outras mídias.	IBRAM Resolução nº 6.
Condições de reprodução	Informação sobre as condições de reprodução do documento, com a indicação de restrição para reprodução e divulgação, quando for o caso.	IBRAM Resolução nº 6.
Historicidade	Informações referentes à história administrativa, biográfica e arquivística.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Elementos bibliográficos específicos		
Situação	Informação sobre a situação em que se encontra o documento, o seu <i>status</i> dentro do acervo do museu, com a marcação das seguintes opções: localizado; não localizado; excluído.	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: editora	Informação sobre o nome da editora ou distribuidora da obra.	IBRAM Resolução nº 6.
Processo de indexação: dimensão física	Informação sobre o tamanho e a extensão do documento ou objeto, correspondentes ao número das partes físicas, tais como: páginas, folhas, lâminas, cadernos etc.	IBRAM Resolução nº 6.
Elementos museológicos específicos		
Processo de indexação: denominação	É informação obrigatória que identifica o objeto museológico.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Situação	Informação sobre a situação em que se encontra o objeto, o seu <i>status</i> dentro do acervo do museu, com a marcação das seguintes opções: localizado; não localizado; excluído.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Dimensões	Informação sobre as dimensões físicas do objeto, considerando-se as medidas bidimensionais (altura x largura), tridimensionais (altura x largura x profundidade), circulares (diâmetro x espessura) e peso.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Material e técnica	Informação sobre os materiais do suporte que compõem o objeto, hierarquizando sempre a sua maior área confeccionada/manufaturada e a técnica empregada na sua manufatura.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Estado de conservação	Informação sobre o estado de conservação em que se encontra o objeto, na data da inserção das informações.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Condições de reprodução	Informação sobre as condições de reprodução do objeto (da imagem do objeto), com a indicação de restrição para reprodução e divulgação, quando for o caso.	IBRAM Resolução nº 6; Ballesté e Almeida (2014).
Diretrizes específicas para recurso informacional teatral		
Requisitos específicos para recurso informacional teatral		
Formulário de digitação das peças teatrais	Definição de um formulário para orientar a digitalização de peças teatrais, usando o sistema semiautomático a partir de um <i>scanner</i> e OCR; e o sistema manual, com dados em XML, para peças e textos teatrais cujos estados de conservação não possibilitam entrada via <i>scanner</i> . O formulário deve conter campos para a identificação de: divisões dos textos teatrais em atos, cenas, partes, episódios, quadros, dentre outras possíveis.	Silva, Silva e Arantes (2004).
Formulário para registro de figurinos	Definição de um formulário para orientar o diagnóstico de conservação dos figurinos (vestimentas e acessórios) de peças teatrais, resgatando informações técnicas para identificação: espetáculo, data, personagem/coro, ator, figurino, peça de indumentária/adereço, autor (figurinista), costureira/fabricante, customização, materiais, técnicas, dimensões, localização de guarda e seu acondicionamento; informações descritivas e históricas; diagnóstico de conservação: sujidades, manchas, material aderido, respingos, abrasões, riscos, arranhões, descoloração, amarelamento, oxidação, deformação, uniões defeituosas, fio solto, esgarçamento, ruptura e perda.	CPMT
Formulário/planilha (base de dados) para registro arquivístico	Definição de um formulário para orientar a descrição de peças arquivísticas em questões relativas ao arranjo arquivístico, número de classificação orientado pelo fundo, subfundo, série, subsérie, data específica e sequenciamento no arquivo. Dos documentos são extraídas informações técnicas como: tipo de documento, formato do documento, tipologia secundária, data, ciclo vital, tratamento (conservação e digitalização), situação de uso e empréstimo, observações relevantes sobre perdas, danos e acesso).	CPMT

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Elementos específicos para recurso informacional teatral		
Processo de indexação: personagem	Caracterização do personagem a partir de três elementos: o que a personagem revela sobre si mesma, o que faz, e o que os outros dizem a seu respeito.	Silva, Silva e Arantes (2004).
Processo de indexação: rubrica do dramaturgo	Caracterização da rubrica (marca, didascálias, indicações cênicas ou expressão literária) do dramaturgo e/ou encenador, identificando, sempre que possível, a poética cênica, o vestígio ou a marca do método.	Silva, Silva e Arantes (2004).
Processo de indexação: texto-peça	Registro dos dados de estrutura e texto da peça, destacando as divisões da peça em ato, episódio, parte, cena ou outro tipo de divisão, com a respectiva classificação dos tipos de texto: monólogo, diálogo, letra-música, poesia ou outro.	Silva, Silva e Arantes (2004).
Processo de indexação: resumo das peças	O resumo deve conter informações sobre as personagens (descrições físicas e de comportamento, status socioeconômico, gênero, idade e como se encaixa no ato, funções etc.), espaço, enredo, ambientação, linguagem, recursos, tempo e do tema (questão implícita ou explícita de moral e recursos usados como símbolos). Também deve incluir informação sobre o conflito (ou complicação) focal da peça teatral, abarcando a descrição do momento de maior tensão do drama e o desenlace da ação dramática.	Silva, Silva e Arantes (2004).
Processo de indexação: Figurino - personagem	Caracterização da função, ator, peças constituintes do vestuário.	CPMT
Processo de indexação: Figurino - dimensões	Identificação do tamanho das peças de indumentária e adereço.	CPMT
Processo de indexação: Figurino - descrição	Resumo descritivo de cada parte da peça, relatando sua constituição, função e significados para o personagem.	CPMT
Processo de indexação: Figurino - histórico	Levantamento de informações sobre uso e suas revitalizações (novas costuras e reformas), assim como a autoria dessas intervenções.	CPMT

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Processo de indexação: Figurino - estado de conservação	Identificação de cada peça de indumentária e adereço em relação às possíveis situações de sujidades, manchas, material aderido, respingos, abrasões, riscos, arranhões, descoloração, amarelamento, oxidação, deformação, uniões defeituosas, fio solto, esgarçamento, ruptura e perda.	CPMT
Processo de indexação: Figurino - Identificação do espetáculo	Levantamento de informações sobre o espetáculo: autor do texto (dramaturgo), título, direção, figurinista e produção.	CPMT
Processo de indexação: Peça publicitária	Identificação da função, formato, material e dimensões.	CPMT
Instrumentos para formalizar as políticas de indexação em centros de memória teatral		
Manual de indexação: manual de operação ou procedimentos	Faz parte da documentação oficial da organização, na qual está descrita, contendo os elementos constituintes da política de indexação utilizada no sistema de informação, em ordem lógica de etapas a serem seguidas no tratamento da informação, fornecendo as regras, diretrizes e procedimentos para o trabalho do indexador na atividade de indexação, instruções sobre a sua realização e indicação dos métodos a serem empregados nesta tarefa, proporcionando uniformidade à sua execução.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Fujita, Rubi (2006).
Manual de indexação: manual de política	Faz parte da documentação oficial da organização, descrevendo a visão filosófica, as políticas a serem seguidas, coordenando todos os esforços para cumprir o objetivo da organização e permitindo a integração entre bibliotecas.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012).
Manual de indexação: manual de organização	Faz parte da documentação oficial da organização, com a compilação das experiências acumuladas ao longo do tempo, para que sejam aproveitadas para facilitar o treinamento dos recém-contratados, sendo um manual de consulta.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012).
Capacitação para profissionais em centros de memória teatral		
Formação do indexador e catalogador	Capacitação contínua de catalogadores e indexadores nas especificidades do processo de indexação.	Gil Leiva, Fujita e Rubi (2012); Rubi, Fujita e Boccato (2012); Fujita, Rubi (2006); Fujita (2003); Fujita e Santos (2016).

Diretrizes	Descrição	Documento/Autor
Curso de artes cênicas	Capacitação de catalogadores e indexadores nas especificidades dos saberes, mais especificamente, aqueles referentes aos procedimentos e às estruturas que fazem funcionar o texto teatral.	CPMT

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de um documento sistematizado, com as políticas de indexação, como ferramenta de gestão e tomada de decisão é um dos pilares para o desenvolvimento e para a melhoria das atividades em uma unidade de informação e também de centros de documentação e memória. De todas as diretrizes (requisitos e elementos) inicialmente elencadas por Carneiro (1985) e, mais tarde, ampliadas por outros autores, sobretudo nos estudos de Fujita, Gil Leiva e Rubi (2012), mostra-se que ainda há um grande caminho de pesquisa para uma sistematização de diretrizes para acervos teatrais.

A exploração da situação problemática e justificativas, apresentadas no Capítulo 1, deixaram evidente que, apesar de haver um número significativo de estudos sobre acervos de teatro, pouco se tem debatido sobre políticas de indexação para esse tipo de acervo. Foram identificadas apenas pesquisas de assuntos correlatos ou particionados em artigos e trabalhos sobre a gestão de coleções específicas.

Diante do problema identificado, este estudo teve como questão de pesquisa investigar “quais diretrizes devem compor uma política de indexação para o tratamento de recurso informacional de centros de memória do teatro, tendo por base as necessidades observadas no Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT) do Galpão Cine Horto”. Para responder a esta questão, foram utilizadas, como metodologia de pesquisa, as revisões integrativa e narrativa da literatura, para que fosse possível fazer o levantamento e a compilar diretrizes, assim como mapear as atividades realizadas no CPMT, haja vista que é o ambiente profissional do autor deste estudo.

O objetivo geral deste estudo foi “levantar um conjunto de diretrizes para apoiar a elaboração de uma política de indexação para o tratamento de acervos de centros de memória do teatro, que englobam recursos informacionais arquivísticos, bibliográficos e museológicos, tendo por base as necessidades observadas no Centro de Pesquisa e Memória do Teatro (CPMT)”. Esse objetivo foi atingido, e os resultados estão sintetizados no Quadro 5 (Seção 4.4), pois foi possível compilar todas as diretrizes representadas pelos requisitos e elementos para políticas de indexação e suas variáveis, assim como as especificidades para um acervo teatral. Em complemento ao levantamento realizado, considera-se que a descrição de cada diretriz também colabora para que cada item seja analisado e aprofundado quando da elaboração de uma política de indexação específica para o teatro.

A metodologia aplicada se caracterizou como uma abordagem qualitativa, pautada nos métodos de abordagem dedutiva e do procedimento monográfico, sendo aplicadas duas revisões complementares: uma integrativa e outra narrativa da literatura, em busca dos

resultados almejados. Para a análise do material coletado foram utilizadas as etapas propostas por Gil (2002), que consistiram em: a) leitura exploratória, b) leitura seletiva, c) leitura analítica e d) leitura interpretativa. Esses passos foram aplicados até esgotar as dúvidas sobre a inclusão ou exclusão de materiais, assim como à categorização dos conteúdos dos estudos.

Os procedimentos metodológicos foram realizadas em oito etapas: 1) Preparação: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) Revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave; 4) Revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 5) Revisão narrativa: identificação e seleção de estudos; 6) Categorização dos estudos selecionados; 7) Mapeamento de requisitos para a elaboração de políticas de indexação obtidos a partir das atividades que são realizadas no CPMT; e 8) Interpretação dos resultados.

Na primeira etapa (1) foram definidos o tema e a questão a ser respondida pelas duas revisões: *quais diretrizes devem ser consideradas para uma política de indexação para centros de documentação e memória do teatro, uma vez que englobam recursos de arquivo, biblioteca e museu?* Como pressuposto, tinha-se que as políticas de indexação para bibliotecas já estavam bem estabelecidas na literatura, mas que havia ainda lacunas no que se refere a arquivos e museus, o que foi confirmado no referencial teórico. Nas etapas (2), (3), (4) e (5) foram realizados os procedimentos de revisões integrativa e narrativa, que levaram à definição das fontes e palavras-chave que orientaram a recuperação de documentos alinhados aos critérios de inclusão e exclusão, sendo analisados, com maior aprofundamento, os estudos da amostra, que estão listados nos Apêndices A, B e C. A categorização dos estudos selecionados ocorreu na Etapa 6, organizando os documentos selecionados em: a) Bibliotecas e Centros de Memória, b) Arquivos e Museus e c) Teatro; e, na Etapa 7, foi realizado um levantamento de diretrizes a partir das atividades realizadas no CPMT. Por fim, a Etapa 8 apresentou a interpretação dos resultados encontrados.

Os objetivos específicos foram os seguintes: 1) Conhecer e Caracterizar as políticas de indexação ao longo do tempo, analisando pontos referentes aos arquivos, bibliotecas e museus; 2) Levantar e Compilar, na literatura, as diretrizes para a constituição de uma política de indexação para coleções teatrais arquivísticas, bibliográficas e museológicas; e 3) Mapear os procedimentos de tratamento do recurso informacional do CPMT que, tendo em vista complementar os subsídios para o desenvolvimento da proposta deste estudo, nortearam a resposta à questão de pesquisa; e o objetivo geral, assim como a seleção da metodologia que foi empregada, citada anteriormente.

O primeiro e o segundo objetivos específicos foram concluídos durante a realização e organização do Capítulo II, que trata o referencial teórico, no qual foi possível trazer à tona um breve histórico sobre as políticas de indexação, assim como os conceitos e diferenças entre as práticas no âmbito da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Parte do material usado nesse referencial é proveniente dos documentos recuperados na coleta de dados sobre políticas de indexação, referentes aos resultados das etapas de 1 a 6, dos procedimentos metodológicos.

O terceiro e último objetivo específico foi alcançado na Etapa 7, em que foi realizado o mapeamento das atividades que são efetivamente realizadas no CPMT, correspondentes à experiência profissional do autor deste estudo. Concretizar essa etapa permitiu reconhecer as políticas estabelecidas no CPMT, assim como evidenciar as suas demandas especiais, estabelecendo diretrizes mais específicas para o teatro.

Percebeu-se que a terminologia sobre políticas de indexação nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia não possuem homogeneidade. Ainda que parte de sua conceituação traga conceitos comuns, sua nomenclatura é diversa, dificultando a pesquisa de quem procura material que congregue o tratamento de acervos em espaços híbridos, como os centros de documentação e memória do teatro. Como esperado, as pesquisas sobre políticas de indexação no campo da Biblioteconomia foram, em maior número, em relação às demais áreas. Contudo, pode-se dizer que já há desenvolvimento de pesquisas em Arquivologia e Museologia que buscam estabelecer parâmetros para as políticas de indexação em suas áreas, sobretudo na Arquivologia, conforme conteúdo descrito na Seção 2.1.

O Capítulo II também traz um conteúdo que, acredita-se, servirá como referência para estudos nas áreas relacionadas à Ciência da Informação que buscam entender questões em comum entre arquivos, bibliotecas e museus. Para o campo da organização da informação, fica a evidência dos elementos comuns que envolvem as unidades de informação de caráter híbrido, que necessitam de métodos e instrumentais que potencializem os aspectos específicos delas, em uma relação multidisciplinar.

Dos procedimentos seguintes, foram realizadas oito etapas para responder aos objetivos da pesquisa: 1) Preparação: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3) Revisão integrativa: determinação das fontes e palavras-chave; 4) Revisão integrativa: identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 5) Revisão narrativa: identificação e seleção de estudos; 6) Categorização dos estudos selecionados; 7) Mapeamento de requisitos para a elaboração de

políticas de indexação obtidos a partir das atividades que são realizadas no CPMT; e 8) Interpretação dos resultados.

Dos resultados finais, alguns pontos foram relevantes à conclusão da pesquisa, tais como a necessidade de inclusão de uma diversidade de informações às diretrizes de políticas de indexação: subsídios sobre a gestão da instituição, a representação descritiva e temática, os instrumentos de apoio às atividades e à formação da equipe profissional local. Os dados revelaram os requisitos fundamentais e as condições necessárias para o tratamento do recurso informacional, considerando aspectos institucionais e também de usuários. Juntamente a esses requisitos (gerais e específicos para recurso informacional teatral), foram encontrados elementos (gerais, arquivísticos específicos, bibliográficos específicos, museológicos específicos, e específicos para recurso informacional teatral) que descrevem detalhadamente cada um dos insumos e partes componentes de uma política de indexação, como os que são mostrados na Seção 4.8 desta pesquisa.

Como trabalhos futuros, sugere-se avaliar a consistência da indexação em espaços de documentação e memória do teatro, de modo semelhante ao estudo de Gil Leiva (2008). Considerando conhecer a consistência de indexação de coleções especializadas em teatro, esse tipo de análise contribuiria para o desenvolvimento de políticas de indexação que reforçassem a formação do profissional indexador, avaliassem as ferramentas de indexação e linguagens documentárias, além de permitir uma visualização objetiva do uso e emprego das diretrizes de indexação levantadas e apresentadas neste estudo, promovendo uma gestão e indexação de qualidade. Ampliando o olhar, sugerem-se também estudos voltados para políticas de indexação de acervos arquivísticos e museológicos, visto que foi observada uma lacuna sobre isso na literatura.

Das contribuições, destaca-se que, para o CPMT, os resultados desta pesquisa são importantes, visto que tira proveito das análises das atividades que são realizadas no centro, colaborando diretamente para o seu desenvolvimento, melhorando e potencializando os serviços que a unidade oferece, possibilitando ao espaço atender melhor seus usuários.

O CPMT também se abre a novas pesquisas e aprimoramentos das atividades realizadas em seu acervo, já que tem como uma de suas premissas contribuir com a pesquisa. Acredita-se que publicações ou mesmo desdobramentos deste estudo contribuirão para a continuidade da temática das políticas de indexação. A partir deste estudo também foi possível perceber a necessidade de criação de um documento para registro das políticas de indexação do CPMT, para que o centro se fortaleça e possa ser cada vez mais um provedor daquilo que mais preza em seus objetivos.

Em relação à profissão de bibliotecário, os resultados deste estudo mostraram que é preciso um olhar mais especializado sobre a documentação de centros de documentação e memória do teatro. Isso evidencia um nicho de mercado que deve ser explorado pelos bibliotecários, fazendo com que se possa ampliar e atualizar as políticas de indexação de acervos de teatro, potencializando questões como catalogação, gestão, tomada de decisão, serviços ao usuário, busca e pesquisa de materiais e demais fatores determinantes para o aproveitamento de espaços desse tipo.

No que se refere às contribuições para a sociedade, entende-se que ela se concretiza no sentido de refletir sobre políticas de indexação que promovam melhor acesso e recuperação de itens documentais do teatro, que é parte da memória social de uma nação. Considera-se que o acesso às informações teatrais pode ser significativo sob distintas perspectivas, tais como históricas, científicas, políticas ou educacionais.

Para a Ciência da Informação, este estudo contribui com o aprofundamento das ponderações acerca das políticas de indexação para os centros de documentação e memória, que, em geral, são espaços híbridos, que contemplam recurso informacional de arquivos, bibliotecas e museus. Nesses espaços, o conhecimento deve ser trabalhado de modo mais coeso, buscando encontrar convergência de processos que colaborem com o aperfeiçoamento da organização da informação disponibilizada.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fernanda da Costa Monteiro. A relação conceitual entre arquivos e centros de memória. *Ágora*, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 5-18, jan./jun. 2015.
- AZEVEDO, Elizabeth Cardoso Ribeiro (org.). Seminário de Preservação de Acervos Teatrais. SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS TEATRAIS, 1., Universidade de São Paulo, 8 a 10 de agosto de 2012. *Anais [...]* São Paulo: USP-PRCEU; TUSP; LIM CAC, 2015. 164 p.
- AZEVEDO, Elizabeth. Encontro da memória. *Subtexto*, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 17-24, 2012.
- BALLESTÉ, Adriana Olinto; ALMEIDA, Alea de. Organização e representação da informação no museu virtual de instrumentos musicais - MVIM. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014. *Anais [...]* Belo Horizonte: ANCIB, 2014. GT2, p.848-893.
- BARBA, Eugenio. **Teatro: solidão, ofício, revolta**. 11. ed. Brasília: Teatro Caleidoscópio, 2010.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos objetos**. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BERTHOLD, Margot. **História mundial do teatro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BORKO, Harold, BERNIER, Charles L. **Indexing concepts and methods**. New York: Academic Press, 1978.
- BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121-136, maio/ago. 2011.
- BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In: BOTTALLO, M. Documentação e conservação de acervos museológicos*. São Paulo: Brodowski, 2010, p. 48-74.
- BRASIL. **Resolução Normativa IBRAM N° 6, de 31 de agosto de 2021**. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto n° 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei n° 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-ibram-n-6-de-31-de-agosto-de-2021-342359740>. Acesso em: 13 de dezembro de 2021.
- BROOK, Peter. **A porta aberta: reflexões sobre a interpretação e o teatro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

BUCKLAND, Michael Keeble. What is a Document? **Journal of American Society for Information Science**, Hoboken, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

CAMARGO, Ana Maria; GOULART, Silvana. **Centros de Memória**: uma proposta de definição. São Paulo: Edições Sesc, 2015.

CAMPOS, M. L. A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & Administração**, [s.l.], v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/51656>. Acesso em: 5 dez. 2021.

CÂNDIDO, M. I. Documentação museológica. *In*: CADERNO de diretrizes Museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p.34-79.

CARLSON, Marvin. **Teorias do teatro**: estudo histórico-crítico, dos gregos à atualidade. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARNEIRO, M.V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CARVALHO, R.; FONSECA, L. D. P. A.; REDIGOLO, F. M. Diálogo sobre indexação na biblioteconomia e museologia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-24, 2021.

CASSON, Lionel. **Bibliotecas no mundo antigo**. São Paulo: Vestígio, 2018.

CASTRO, A. L. S. de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. *In*: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade**. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 13-32.

CESARINO, M. A. N. Sistemas de recuperação da informação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 1985.

CHAUMIER, J. **Analisis y lenguajes documentales**. Barcelona: Mitre, 1986.

CONNELL, T. H. Subject Cataloging. *In*: SMITH, L. C.; CARTER, R. C (Ed.). **Technical services management, 1965-1990**: a quarter century of change and a look to the future. New York: Haworth Press, 1996. p. 211-222.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRIPPA, Giulia. Entre paixão e necessidade: a arte de colecionar, os espaços da memória e do conhecimento na história. *In*: FURNIVAL, Ariadne Chloë; COSTA, Luzia Sigoli Fernanes. **Informação e conhecimento**: aproximando áreas do saber. São Carlos: EdUFSCar, 2005. p. 29-48.

CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.

CUTTER, C. A. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1876.

DAVALLON, Jean. L'État de la Museologie en France. **Icofom Study Series**, Paris, n. 28, p. 25-31, 1997.

FARIA, João Roberto (dir.). **História do teatro brasileiro**: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX. v.1. São Paulo: Perspectiva/SESCSP, 2012.

FÉRAL, J. Por uma poética da performatividade: o teatro performativo. **Sala Preta**, São Paulo, v. 8, p. 197-210, 2008. Disponível em: <https://goo.gl/Nv7nze>.

FERRARI, R. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, London, v. 24, n. 4, p. 230-235, 2015. <https://doi.org/10.1179/2047480615Z.000000000329>

FERREZ, Helena Dobb. **Documentação Museológica**: teoria para uma boa prática. Cadernos de Ensaio n. 2, Estudos de Museologia, Rio de Janeiro: MinC; IPHAN, n.2, p. 65-74, 1994.

FONTANA, Fabiana S. O que existe de permanente no reino do efêmero – os arquivos pessoais e o patrimônio documental do teatro. **Sala Preta**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 11-25, 2017.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono; Brasília: UnB, 1973.

FOULCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 1-18, 2006.

FUJITA, Mariângela S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2003.

FUJITA, Mariângela S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-30.

FUJITA, Mariângela S. L.; LACRUZ, Maria Del C. A.; DÍAZ, Raquel G. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.17, n.1, p.94-109, jan./mar. 2012.

FUJITA, Mariângela S. L.; TROITIÑO, S. Política de indexação no contexto da política arquivística de preservação digital do Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM. **Pragmatizes**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 91-110, jun. 2019.

FUJITA, Mariângela. S. L.; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. **Política de indexação em bibliotecas universitárias**: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. *TransInformação*, v.28, p. 59-76, 2016.

FUSTER RUIZ, Francisco. Política archivística e planificación general de los archivos. In: RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Ángel (ed.). **Manual de Archivística**. Madrid: Editorial Síntesis, 1995. p. 281-324.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. **Linguística documental**. Barcelona: Mitre, 1984.

GIL LEIVA, I. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 31-120.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GREEN, B. N.; JOHNSON, C. D.; ADAMS, A. Writing narrative literature reviews for peer-reviewed journals: secrets of the trade. **J Chiropr Med.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 101-117, 2006. DOI:10.1016/S0899-3467(07)60142-6

GUÉNOUN, Denis. **O Teatro é necessário?** São Paulo: Perspectiva, 2004.

GUIMARÃES, J. A. C. Políticas de análisis y representación de contenido para la gestión del conocimiento en las organizaciones. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, 6, n. 2, p. 48 -58, jul./dic. 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. The “Art of Memory” and learning in the museum. **The International Journal of Museum Management and Curatorship**, Amsterdã, v. 7, p. 129-137, 1988.

HUDON, M. Indexation et langages documentaires dans les milieux archivistiques a l'ere des nouvelles technologies de l'information. **Archives**, Quebec, v. 29, n. 1, p. 75-98, 1997-1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Acervos digitais nos museus: manual para realização de projetos** - Instituto Brasileiro de Museus; Universidade Federal de Goiás - Brasília, DF: Ibram, 2020.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. **Centros de Memória: manual básico para implantação**. São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carvalho de. Cultura material e coleção em um museu de história: as formas espontâneas de transferência do provado. *In*: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmenvm; Brasília, DF: CNPq, 2005, p. 85-110.

LOUREIRO, M. L. N. M.; LOUREIRO, J. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Midas**, Évora/Portugal, v. 1, p. 1-13, 2013.

LOUSADA, Mariana et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 191-202, 2011.

MACNEIL, H. Subject access to archival fonds: balancing provenance and pertinence. **Fontes Artis Musicae**, Turku/Finland, v. 43, n. 3, p. 242-258, 1996.

MAGALDI, Sábado. **Panorama do teatro brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing & Management**, Elmsford, v. 41, n. 3, p. 599-611, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Otacílio Guedes. **Informação Histórica: recuperação e divulgação da memória no poder judiciário brasileiro**. Dissertação. CID. Unb. Brasília. 2007. 133fl.

MARTIN, Russell Lewis. **Archival indexing: problems and issues**. 1987. 88f. Dissertação (Master Archives Studies) – University of British Columbia Faculty of Arts, School of Library, Archival and Information Studies, 1987.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. La description et l'indexation. *In: _____*. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Sainte-Foy (Québec): Presses de l'Université du Québec, 1999. p. 255–371.

MEDEIROS, G. M. de; MEDEIROS, M. B. B. A indexação de assunto em documentos arquivísticos. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 18, p. 1-28, 5 mar. 2020.

MENDONÇA, E. C. Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). *In: HOMEM, Paula Menino; HEES, Luciana; ROCHA, Marlene (eds.)*. **Ensaio e Práticas em Museologia**. Porto: Universidade do Porto, 2017. v. 6, p. 50-66.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. *In: FIGUEIREDO, Betânia G.; VIDAL, Diana G. (org.)*. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentum; Brasília: CNPq, 2005.

MOEN, W. E; BENARDINO, P. Assessing metadata utilization: an analysis of MARC content designation use. *In: DUBLIN CORE CONFERENCE: SUPPORTING COMMUNITIES OF DISCOURSE AND PRACTICE – METADATA RESEARCH AND APPLICATION*. 2003, Seattle. Online **Proceedings [...] Seattle: Information School of the University of Washington**, 2003.

NASCIMENTO, R.A. do. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 31-39, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História** (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUCSP), São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Maria de Jesus; SILVA, Lívia dos Reis. Um lugar de memória: o Centro de Documentação como espaço para o Ensino de História. *In: IV ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA*. 4., 10 a 12 de outubro, na cidade de Conceição do Coité/BA. **Anais [...]** Conceição do Coité: UNEB, 2017.

OLSON, H. A.; BOLL, J. **Subject analysis in online catalogs**. 2. ed. Englewood, CO: Libraries

ORTEGA Y GASSET, José. **A ideia do teatro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos, v.2).

PELÚCIO, Chico; AVELAR, Rômulo. **Do Galpão ao Galpão Cine Horto: uma experiência de gestão cultural**. Belo Horizonte: CPMT, 2014.

PICON-VALLIN, B. et al. Archiver le théâtre. **Les Cahiers**, Paris: Comédie Française, n. 30, p. 17-97, 1999.

POMIAN, Krzystof. Memória. *In: ENCICLOPÉDIA Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 2000. v. 42, p. 507-516. (Sistemática).

POMPEO, Daniele Alcalá. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 434-438, 2009.

RAMOS, Luciene Borges. Centro de Pesquisa e Memória do Teatro: uma trajetória singular em torno da memória e da potencialização da informação. *In: GALPÃO CINE HORTO. Galpão Cine Horto: uma experiência de ação cultural*. Belo Horizonte: CPMT, 2014.

RAMOS, Luciene Borges. **Centros de Cultura, espaços de informação: em estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

RAMOS, Luciene Borges; COLETTA, Marcos. Centro de Pesquisa e Memória do Teatro do Galpão Cine Horto: uma experiência pioneira de preservação e disseminação da memória teatral em Minas Gerais. *In: I SEMINÁRIO DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS TEATRAIS*, 2012, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP-PRCEU, TUSP, LIM CAC, 2015.

REDIGOLO, Franciele Marques et al. Elementos de política de indexação em biblioteca universitária da área médica. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 75-86, 2012.

RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O ato colecionador: perspectivas contemporâneas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, São José, v. 20, n. 2, p. 185-199, 2015.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, jun. 2007

RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação. *In*: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

RUIZ, J. A. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. São Paulo (SP): Atlas,

SAMPAIO, D. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória, museus e ciência da informação: uma perspectiva interdisciplinar. **Biblios (Peru)**, n. 52, p. 35-42, 2013. DOI: 10.5195/biblios.2013.121 Acesso em: 29 jan. 2023.

SANTOS CANALEJO, Elisa Carolina de. La indización en la recuperación de la información. **Lligall: Revista Catalana D'arxivística**, Barcelona, n. 12, p. 116-131, 1998.

SANTOS, Valmir. O grupo enquanto sujeito e narrador. **Subtexto**, Belo Horizonte, v. 9, n. 9, p. 37-45, 2012.

SILVA, Ângela M., SILVA, Ilmério R.; ARANTES, Luiz H. M. Biblioteca digital de peças teatrais. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, p. 187-196, 2004.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Nectar, 2011.

SOLOMON, P. Bringing, people, technology, and systems together through classification research: designing, for change, learning, and maintenace. **Advances in Classification Research Online**, Washington (DC), v. 13, n. 1, p. 23-28, 2002.

SOUSA, Renato Tarcisio Barbosa de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. *In*: **II CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**, 2., 2006, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006.

SOUZA, F. W. Arquivo e centro de documentação: semelhanças e diferenças, teoria e prática. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 26, n. 52, p. 30-48, 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1 (Pt 1), p. 102-106, 2010.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, 182).

SUNDSTRÖM, A. da S. S.; ALBUQUERQUE, A. C. de. Colecionismo bibliográfico: contexto histórico, terminologia e perspectivas de estudo na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, p. 250-275, 2020. DOI: 10.19132/1808-5245263.250-275. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/96871>. Acesso em: 29 jan. 2023.

TALLAFIGO, Manuel Romero. **Archivística y archivosística y archivosí: soportes, edificio y organización**, Carmona: S&C, 1994.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003. v. 9.

TIBAJI, Alberto. O objeto de pesquisa da história das artes do espetáculo: do efêmero ao disperso. *In: II CONGRESSO DA ABRACE*, 2., de 8 a 11 de outubro de 2001, realizado em Salvador, Bahia, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). **Anais [...]** Salvador, UFBA, 2002. v. 5, p. 319-324.

VAN SLYPE, G. **Los lenguajes de indización: concepción, construcción y utilización en los sistemas documentales**. Tradução de Pedro Hípola e Félix de Moya. Madri: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámide, 1991. (Biblioteca del Libro).

VÁSQUEZ MURILLO, Manuel. Hacia una política archivística. *In: NAVARRO, Ana Célia. Archivos y documentos: textos seminales*. São Paulo: ARQ-SP, 2015.

VENÂNCIO, Ludmila. S.; NASSIF, Mônica. E. O comportamento de busca de informação sob o enfoque da cognição situada: um estudo empírico qualitativo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 37, n. 1, 2008.

VIANA, Fausto. **Elaboração e viabilidade de um Museu de Teatro na cidade de São Paulo**. 2010. 408f. Tese (Doutorado em Museologia) – Departamento de Arquitetura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa, 2010.

VÍLCHEZ PARDO, J. Tratamiento y ubicación de la colección. *In: ORERA ORERA, L.* (Ed.). **Manual de Biblioteconomía**. Madrid: Síntesis, 2002. p. 113-136.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, New Jersey/USA, v. 52, n. 5, p. 546–553, 2005.

APÊNDICE A – COMPILAÇÃO DA SELEÇÃO INICIAL DA REVISÃO INTEGRATIVA

Categoria Bibliotecas e Centros de Memória

- (1) BAUBIER, Arlete S. M. A.; SOUZA, R. F.; PINHEIRO, L. V. R. Classificação e Representação do Conhecimento em CT&I no contexto da Divulgação Científica em Fontes de Informação Digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte, MG. Anais.... Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 974-992.
- (2) CARNEIRO, M.V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v.14, n.2, p.221-241, 1985.
- (3) CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao patrimônio documental e seus paradoxos. 222f. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com Instituto Brasileiro de Pesquisa em Informação em Ciência e Tecnologia. 2017.
- (4) CRESPO, Maria Rosa. Arqueologia das mídias e profissionais da memória: uma relação simbiótica. *Páginas a&b*, v.3, p.22-33, 2019.
- (5) DAL'EVEDOVE, Paula R.; FUJITA, Mariângela S. L. Research on indexing policy in Brazil: progress and challenges. *Scire: Representación y Organización del Conocimiento*, Zaragoza, v.21, n.2, p.49-56, jul. 2015.
- (6) FUJITA, Mariângela S. L.; LACRUZ, Maria Del C. A.; DÍAZ, Raquel G. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.17, n.1, p.94-109, jan./mar. 2012.
- (7) FUJITA, Mariângela S.L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v.1, n.1, p.60-90, 2003.
- (8) FUJITA, Mariângela S.L. *Política de indexação para bibliotecas*. Marília: Unesp, 2010.
- (9) FUJITA, Mariângela. S. L.; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. *TransInformação*, v.28, p. 59-76, 2016.
- (10) GIL LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena P.; FUJITA, Mariângela S. L. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. *TransInformação*, Campinas, v.20, n.3, p.233-253, set./dez., 2008.
- (11) KOCHANI, Ardala Ponce, BOCCATO, Vera Regina Casari, RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em coordenadorias de comunicação social brasileiras. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 2012, vol. 35, nº3.
- (12) KRONICK, David A. Indexing of early scientific periodicals in the index catalogue. *The Serials Librarian*, v.4, n.1, p.49-59, 1979.
- (13) LOPES, Maria Inês. subject authority control in a union catalogue: perspectives for a National Co-operative Project in Portugal. *Knowledge Organization*, v.20, n.3, p.133-138, 1993.
- (14) LOUSADA, M. et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 21, n.1, 2011.
- (15) REDIGOLO et al. Elements of Indexing Policy for Medical Academic Libraries. *Scire: Representación y Organización del Conocimiento*, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 75-86, dez. 2012.

- (16) RUBI, Milena Polsineli; FUJITA, M. S. L. O ensino de procedimentos de política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional: uma proposta de programa para a educação à distância do bibliotecário. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 11, n.1, p. 1-16, 2006.
- (17) TERRA, Ana Lucia; FUJITA, Mariângela S. L.; LACRUZ, Maria del C. A. School Libraries and Indexing in Brazil and Portugal. *Knowledge Organization*, v.43, n.4, p.279-284, mar. 2016.
- (18) WALKER, G. Describing and evaluating library collections. *Journal of librarianship*, v.10, n.4, p.219-231, 1978.

Categoria Arquivos e Museus

- (19) BALLESTÉ, Adriana Olinto; ALMEIDA, Alea de. Organização e representação da informação no museu virtual de instrumentos musicais - MVIM. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 15.,2014. Anais... Belo Horizonte: ANCIB, 2014. GT2, p.848-893.
- (20) LINDEN, Leobília Luana; BRÄSCHER, Marisa. O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística. *Em Questão* (UFRGS. Impresso), v.24, p.96, 2018.
- (21) MEDEIROS, G.M.; BRÄSCHER, M.; VIANNA, W.B. A indexação de assunto em documentos arquivísticos: convergências e divergências em artigos internacionais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 154-182, Jan 2017.
- (22) SCHMIDT, C. M. S.; MATTOS, R.; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Como surgem as políticas arquivísticas: o 1 Leilão da Memória Nacional e o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP). *Revista Brasileira de História* (online), v. 38, p. 1-20, 2018.
- (23) SILVA, Luiz Carlos da. Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. 137f. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2013.
- (24) SILVA, William; FLORES, Daniel. Política arquivística de preservação digital: um estudo sobre sua aplicabilidade em instituições públicas federais. *Perspectivas em Ciência da Informação*, [S.l.], v. 23, n. 3, p. 144-166, set. 2018.
- (25) SIMIONATO, A.C.; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017.
- (26) STREHL, Leticia. Avaliação da consistência da indexação realizada em uma biblioteca universitária de artes. *Ciência da Informação*, n. 3, v. 27, 1998.

Categoria teatro

- (27) SILVA, Ângela M., SILVA, Ilmério R.; ARANTES, Luiz H. M. Biblioteca digital de peças teatrais. *Ciência da Informação*, v. 33, n. 2, p. 187-196, 2004.

APÊNDICE B – COMPILAÇÃO DA SELEÇÃO FINAL DA REVISÃO INTEGRATIVA

Categoria Bibliotecas e Centros de Memória

- (1) CARNEIRO, M.V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.
- (2) FUJITA, Mariângela S.L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, 2003.
- (3) FUJITA, Mariângela S.L. *Política de indexação para bibliotecas*. Marília: Unesp, 2010.
- (4) FUJITA, Mariângela S. L.; LACRUZ, Maria Del C. A.; DÍAZ, Raquel G. A situação atual da indexação nas tarefas bibliotecárias. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 94-109, jan./mar. 2012.
- (5) GIL LEIVA, Isidoro; RUBI, Milena P.; FUJITA, Mariângela S. L. Consistência na indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. *TransInformação*, Campinas, v. 20, n. 3, p. 233-253, set./dez., 2008.
- (6) KOCHANI, Ardalá Ponce; BOCCATO, Vera Regina Casari, RUBI, Milena Polsinelli. Política de indexação para clippings: otimização do tratamento temático em coordenadorias de comunicação social brasileiras. *Revista Interamericana de Bibliotecología*, 2012, v. 35, n. 3, set./dez. 2012.
- (7) LOUSADA, M. et al. Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento.

Categoria Arquivos e Museus

- (8) BALLESTÉ, Adriana Olinto; ALMEIDA, Alea de. Organização e representação da informação no museu virtual de instrumentos musicais - MVIM. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15.,2014. *Anais...* Belo Horizonte: ANCIB, 2014. GT2, p. 848-893.
- (9) MEDEIROS, G. M.; BRÄSCHER, Marisa; VIANNA, W.B. A indexação de assunto em documentos arquivísticos: convergências e divergências em artigos internacionais. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 23, n.1, p. 154-182, Jan 2017.
- (10) SIMIONATO, Ana Carolina; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Modelo conceitual DILAM: integração entre arquivos, bibliotecas e museus. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 63-73, maio/ago. 2017.

Categoria teatro

- (11) SILVA, Ângela M.; SILVA, Ilmério R.; ARANTES, Luiz H. M. Biblioteca digital de peças teatrais. *Ciência da Informação*, v.33, n.2, p.187–196, 2004.

APÊNDICE C – COMPILAÇÃO DA SELEÇÃO FINAL DA REVISÃO NARRATIVA

Aqui estão listados os documentos selecionados a partir da revisão narrativa da literatura, agrupados pelas três categorias definidas nesta investigação.

Categoria Bibliotecas e Centros de Memória

- (1) RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; BOCCATO, Vera Regina Casari. Do conhecimento tácito ao conhecimento explícito: a elaboração de manual de política de indexação em bibliotecas universitárias. **Scire: Representación y Organización del Conocimiento**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 67-73, jul./dez. 2012.

Categoria Arquivos e Museus

- (2) BRASIL. **Resolução Normativa IBRAM N° 6, de 31 de agosto de 2021**. Normatiza o Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados, em consonância com o Decreto n° 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta dispositivos da Lei n° 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei n° 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-ibram-n-6-de-31-de-agosto-de-2021-342359740>.

Categoria teatro

- (3) AZEVEDO, Elizabeth Cardoso Ribeiro (org.). Seminário de Preservação de Acervos Teatrais. Anais do I Seminário de Preservação de Acervos Teatrais, 1., Universidade de São Paulo, 8 a 10 de agosto de 2012. São Paulo: USP-PRCEU; TUSP; LIM CAC, 2015. 164 p.